

## Inflação do aluguel sobe 1,41% em abril

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que mede a inflação do aluguel, subiu 1,41% em abril, ante 1,74% no mês anterior. Com o resultado, o índice acumula alta de 6,98% no ano e de 14,66% em 12 meses. Em abril de 2021, o índice havia subido 1,51% e acumulava alta de 32,02% em 12 meses. As informações são da Agência Brasil.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 1,45% em abril, ante 2,07% em março. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo Bens Finais subiu 3,10% em abril. No mês anterior, a taxa do grupo havia sido de 2,75%.

Segundo o Ibre/FGV, a principal contribuição para esse resultado partiu do sub-

grupo combustíveis para o consumo, cuja taxa passou de 4,60% para 10,80%, no mesmo período. O índice relativo a Bens Finais, que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, subiu 2,04% em abril ante 1,56% no mês anterior.

A taxa do grupo Bens Intermediários passou de 2,06% em março para 3,40% em abril. O principal responsável pelo resultado foi o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cujo percentual passou de 8,02% para 12,04%. O índice de Bens Intermediários, obtido após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, subiu 1,78% em abril, após variar 1,02% em março.

O estágio das Matérias-Primas Brutas caiu 1,82% em abril, após registrar alta de 1,53% em março. “Contribuíram para o recuo da taxa do grupo os seguintes

itens: soja em grão (7,28% para -7,02%), milho em grão (2,48% para -7,22%) e suínos (10,05% para -3,99%). Em sentido oposto, destacam-se os itens aves (1,77% para 15,47%), mandioca/aipim (-2,30% para 12,35%) e leite in natura (3,30% para 8,80%)”, informou a FGV.

Segundo o coordenador dos Índices de Preços, André Braz, importantes commodities agrícolas contribuíram para o arrefecimento da inflação ao produtor. “Soja, milho e café, grãos que respondem por 13% do IPA, apresentaram queda média de 7,3% e contribuíram para o recuo de 1 ponto percentual na taxa do IPA. A desaceleração só não foi mais expressiva, dado o aumento dos preços do Diesel (14,70%), da gasolina (11,29%) e dos adubos/fertilizantes (10,45%), que responderam por 60% da inflação ao produtor”, afirmou o pesquisador, em nota. Folhapress



## Economia



### Caixa libera segundo lote do FGTS neste sábado

Página - 03

## Política

### Dilma Rousseff conta a Mano Brown sobre o dia em que rasgou dinheiro

Página - 04

### Doria admite abrir diálogo com Lula e agora coloca em dúvida decisões de Moro

Página - 04

## Aquisições

**Viveo faz 5ª aquisição do ano de olho em mercado que movimentará R\$ 16 bilhões** Pág - 05

**Mondelez anuncia expansão no México com compra de fabricante de doces** Pág - 05

### Juros do rotativo do cartão sobem em fevereiro e chegam a 355% ao ano

Página - 03





## No Mundo

### Ataque a hospital de campanha em Azovstal deixa mortos, diz Ucrânia



A Ucrânia acusa a Rússia de atacar um hospital de campanha no complexo de Azovstal, em Mariupol, onde civis estão abrigados e militares fazem resistência à invasão russa. Segundo o Centro de Comunicações Estratégicas e Segurança da Informação, do governo da Ucrânia, há “mortos e feridos”. Os números, porém, não foram divulgados até o momento.

Entre os mortos, segundo o Centro de Comunicações, estão militares, alguns dos quais já estavam feridos.

As informações do Centro foram obtidas com o Regimento Azov, grupo criado em 2014 por ativistas de ex-

trema-direita que foi utilizado pela primeira vez nos combates contra os separatistas pró-Rússia no leste da Ucrânia. Desde então, o grupo foi incorporado à Guarda Nacional ucraniana, sob comando do Ministério do Interior.

Segundo o regimento, “a noite toda, os russos lançaram bombas pesadas capazes de romper qualquer defesa de concreto”. “Depois, já tendo causado destruição, continuaram a bombardear impiedosamente as ruínas com artilharia naval.” As informações não puderam ser verificadas com fontes independentes.

A Câmara de Mariupol também compartilhou o relato do Regimento Azov, que

disse que, “devido ao ataque inimigo, parte do edifício desabou -em particular a sala de cirurgia-, o que impossibilita o socorro aos defensores de Mariupol e civis”.

O complexo de Azovstal tem sido alvo de ataques mesmo após a Rússia ter anunciado, um cessar-fogo no local.

Azovstal é o último reduto da resistência ucraniana em Mariupol, cidade portuária que ficou praticamente destruída após a invasão russa. De acordo com a prefeitura, mais de mil civis estão escondidos na extensa rede de túneis subterrâneos da indústria, que também abriga militares e combatentes do Regimento Azov.

### Região russa sofre novos ataques, e Moscou promete resposta

A região russa de Belgorodo, junto à fronteira nordeste da Ucrânia, ativou suas defesas antiaéreas, após moradores relatarem uma série de explosões.

Ela já havia sido alvo de ataques, presumivelmente de drones e helicópteros ucranianos, em duas ocasiões desde abril. A escalada irritou Moscou, que culpa o incentivo ocidental à retaliação.

“Tais agressões não podem ficar sem resposta. Gostariamos que Kiev e as capitais ocidentais levassem a sério a declaração do Mi-

nistério da Defesa da Rússia de que mais provocações que levem a Ucrânia a atacar instalações russas encontrarão uma resposta dura”, disse a porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova.

Ela afirmou que a presença de “consultores ocidentais” em Kiev não deterá ataques. Nesta semana, os secretários de Estado e de Defesa dos EUA estiveram na capital ucraniana.

“Nós não aconselhamos vocês a continuarem testando nossa paciência”, acrescentou Zakharova.

Igor Gielow/Folhapress



### Pequim teme ‘cenário Xangai’ em combate à Covid e dispara preocupação na China



Minutos após sair para ir à escola, a filha de 13 anos de Humberto Monteiro, 57, voltou para casa. Enquanto esperava o ônibus, a menina recebeu a notificação pelo celular de que o colégio suspendera as aulas em meio às novas restrições implementadas pelas autoridades de Pequim para frear o avanço da Covid-19.

“A gente fica sabendo em cima da hora. Por enquanto a situação está mais ou menos tranquila, mas quando vi todo mundo com sacolas de mercado cheias na segunda-feira [25], corri para fazer um estoque, porque senti que o bicho ia pegar”, diz o cearense que

vive na China há 23 anos. Na capital chinesa, onde comanda uma churrascaria brasileira, ele tem feito testes de Covid-19 dia sim, dia não.

Pequim tem seguido o roteiro que outras cidades do país conhecem bem desde que a variante ômicron do coronavírus furou as rígidas barreiras de controle e pôs à prova a política de “Covid zero”, segundo a qual nenhum nível de contaminação é aceitável.

Nesta quarta (27), o governo confirmou 34 novos casos na cidade de quase 22 milhões de habitantes. Condomínios em que são confirmadas contaminações têm sido fechados, escolas

suspenderam aulas e, em algumas regiões, autoridades recomendam, por ora, evitar sair de casa para atividades não essenciais.

É o que o regime batizou de “política dinâmica da Covid zero”, que adota desde meados do ano passado, em que isola pontualmente áreas com registros da doença antes de decretar lockdown em toda a cidade. A estratégia causa incômodos: na última semana, por exemplo, todos que passaram por um shopping de Pequim precisaram se isolar em casa por dez dias após um único frequentador ter um caso notificado.

Thiago Amâncio/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da





## Caixa libera segundo lote do FGTS neste sábado



A Caixa Econômica Federal pagará, neste sábado (30), até R\$ 1.000 no saque extraordinário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para 3,2 milhões de trabalhadores nascidos em fevereiro, que poderão sacar, no total, R\$ 2,2 bilhões.

O banco libera os valores em lotes a cada sete ou dez dias, conforme o mês de aniversário do profissional. Os saques começaram no dia 20 para os nascidos em janeiro.

A movimentação do dinheiro é feita pelo aplicativo Caixa Tem, mas somente após a data estabelecida para a liberação, conforme calendário, que vai até 15 de junho.

O trabalhador deve acessar o aplicativo FGTS para

verificar se receberá o dinheiro automaticamente no Caixa Tem ou se precisará fazer o pedido de liberação dos valores, procedimento que é feito no próprio aplicativo do FGTS. Depois, será preciso acessar o Caixa Tem a partir do dia em que o dinheiro for liberado, seguindo o calendário.

Nos casos em que é necessário fazer a solicitação de saque por meio do aplicativo FGTS, a Caixa informou que o banco precisa de um “prazo mínimo para os procedimentos operacionais” para que o dinheiro seja liberado. Trabalhadores nascidos em janeiro, que já contavam com o dinheiro liberado no primeiro lote, do dia 20, relataram atraso no pagamento. O banco não detalhou, en-

tretanto, qual a antecedência mínima para solicitar o saque e receber no lote definido no calendário.

Quando o recurso entra na conta que é movimentada pelo aplicativo Caixa Tem é possível transferir o valor para outra conta bancária, fazer Pix, pagar boletos e gerar código para saque em dinheiro.

**APLICATIVO INSTÁVEL E FILA NAS AGÊNCIAS**

No dia 19 de abril, véspera do primeiro saque extraordinário, o aplicativo FGTS apresentou instabilidade. Pelo app o trabalhador consegue saber se terá o saque de forma automática ou se precisará fazer a solicitação dos valores.

Cristiane Gercina e Filipe Andretta/Folhapress

## Juros do rotativo do cartão sobem em fevereiro e chegam a 355% ao ano

O juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito chegou a 355,2% ao ano em fevereiro, divulgou o Banco Central. O número representa um aumento de 8,9 pontos percentuais em relação a janeiro, e é 28,2 pontos percentuais maior do que no mesmo mês em 2021.

No caso do parcelado, ainda dentro de cartão de crédito, o juro passou de 172,5% para 174,3% ao ano entre janeiro e fevereiro. Em fevereiro do ano passado, a taxa era de 167,1%.

Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 67,3% para 73,2% na comparação entre janeiro e

fevereiro. No mesmo mês do ano passado, era de 63,2%.

A nota com estatísticas de juros e crédito foi apresentada pela autoridade monetária com aproximadamente um mês de atraso. A divulgação de indicadores pelo BC tem sido comprometida pela mobilização de servidores que pressionam o governo por reajustes salariais.

O rotativo do cartão, juntamente com o cheque especial, é uma modalidade de crédito emergencial, muito acessada em momentos de dificuldades.

Em abril de 2017, começou a valer a regra que obriga os bancos a transferir, após um mês, a dívida do rotativo do cartão de crédito para o parcelado, a juros mais baixos.

Folhapress



## Gás de cozinha representa 9,4% do salário mínimo e atinge maior média mensal do século



O preço do gás de cozinha, o GLP (gás liquefeito de petróleo), atingiu a maior média mensal real (descontada a inflação) do século 21.

Os botijões de 13 kg estão sendo vendidos no Brasil a um valor médio de R\$ 113,48, valor que representa 9,4% do salário mínimo. Essa é a proporção mais elevada desde março de 2007, quando o botijão custava R\$ 33,06 e o salário mínimo era de R\$ 350.

Os dados são de levantamento do Observatório Social da Petrobras, organização ligada à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e que monitora as políticas e ações da empresa.

A pesquisa foi feita com base no preço médio mensal do GLP e na média de valores

semanais para o mês de abril, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em março, o gás alcançou o maior preço médio real da série histórica, que tem início em julho de 2001, quando o órgão regulador federal começa a divulgar os valores do gás de cozinha, vendido a R\$ 109,31. Antes disso, o recorde tinha sido registrado em novembro de 2021, com o preço médio de R\$ 106,50.

Segundo o economista Eric Gil Dantas, do OSP e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), a elevação do preço do gás e de sua participação no orçamento das famílias impulsionou o crescimento do uso de lenha no Brasil.

“Entre os anos de 2013 e 2016, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa

Energética (EPE), a população consumia mais GLP do que lenha. Mas a partir de 2017, a lenha voltou a ser mais utilizada do que o gás de cozinha nas residências do país. E, em 2020, esse consumo já era 7% maior do que o de GLP”, afirma.

Os sucessivos reajustes no gás de cozinha e na gasolina fazem parte das principais preocupações de Jair Bolsonaro (PL) em seu projeto de reeleição para a Presidência da República.

No final de março, ele demitiu o então presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, em meio ao desgaste gerado por mega-aumento dos preços nos combustíveis promovido pela empresa.

Guilherme Seto/Folhapress



## Política

### Dilma Rousseff conta a Mano Brown sobre o dia em que rasgou dinheiro



As lembranças da infância fizeram parte da entrevista de Dilma Rousseff (PT) no Mano a Mano. No podcast, que está na segunda temporada no Spotify, a ex-presidente falou sobre o pai, a mãe, religiosidade e o início de sua trajetória política.

Em uma conversa em que chamou Mano Brown de querido, queridinho, meu filho e meu amor, a ex-presidente contou que, na infância, tentou dividir uma nota de dinheiro com um menino pobre que apareceu no portão de sua casa, no bairro Funcionários, em Belo Horizonte.

O menino pediu comida, os dois conversaram e Dilma decidiu rasgar a nota para dividir e cada um ficar com uma metade. “O meu pai riu e achou lindo. Minha mãe dizia: essa menina é boba”.

“Eu tinha um sentimento forte pelas pessoas pobres”, revelou.

Nascido na Bulgária, Pedro Rousseff, o pai da petista, fugiu do país para escapar do fascismo e passou pela França e Argentina antes de chegar ao Brasil, onde casou com a mineira Dilma Jane. O casal teve três filhos.

A ex-presidente contou que cresceu em um bairro de classe média que tinha casas com varandas, árvores nas ruas e escola pública de qualidade. “A gente achava que colégio privado era PPP (papai paga e passa)”, contou.

A entrevista teve temas como impeachment, racismo, misoginia e a necessidade de investir na educação e adotar políticas compensatórias no país.

Dilma afirmou que não tem a pretensão de disputar eleições.

“Não quero compromisso eleitoral porque quero falar as coisas que acredito”, disse. Apesar disso, afirmou que tem disposição de participar

da vida pública de outras maneiras. “A bola corre, eu participo, posso ajudar de várias formas”.

Ela retrucou quando Mano Brown afirmou que ainda é nova. “Não tô nova não. Uma pessoa de 74 anos é tudo, menos nova. Estou naquela fase em que a descida é descida mesmo, viu meu filho. Não me engano não”, respondeu.

No final da entrevista, revelou o principal medo que sente atualmente: que algo grave aconteça com seus dois netos. “Não vamos nem falar”, reagiu Brown.

Durante a primeira temporada do Mano a Mano, o cantor e compositor de rap conversou com políticos como o vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que protagonizou o episódio mais escutado do Spotify no Brasil em 2021.

Cristina Camargo/Folhapress

### Bolsonaro se diz orgulhoso e feliz com indulto dado a Daniel Silveira

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta que tem muito orgulho do indulto individual dado por meio de decreto ao deputado federal Daniel Silveira (PTB), condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

“Isso que eu fiz é para todos vocês. A nossa liberdade não pode continuar sendo ameaçada. Me senti orgulhoso e feliz comigo mesmo com a decisão tomada”, disse em discurso em Paragominas (PA), onde esteve para um evento de entrega de títulos de terra em programa de regularização fundiária.

Um dia antes, Bolsonaro promoveu um evento oficial no Palácio do Planalto com

deputados aliados no qual reforçou ataques ao STF (Supremo Tribunal Federal) e cobrou a participação de militares na apuração dos votos pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nas eleições deste ano.

Batizada de “ato cívico pela liberdade de expressão”, com transmissão ao vivo pela TV Brasil, a mobilização foi liderada pelas bancadas evangélica e da bala do Congresso, como uma forma de demonstrar apoio ao presidente em meio ao embate com a corte.

Nos discursos, a repetição de insinuações golpistas contra o STF e as eleições.

José Matheus Santos/Folhapress



### Doria admite abrir diálogo com Lula e agora coloca em dúvida decisões de Moro



O pré-candidato do PSDB à Presidência da República, João Doria, defendeu que haja diálogo com o ex-presidente Lula (PT) em nome da preservação da democracia e da derrota de Jair Bolsonaro (PL).

Doria evitou ainda dizer se as decisões de Sergio Moro (União) em relação ao petista foram corretas ou equivocadas, ressaltando gostar do ex-juiz e ter respeito por ele.

O ex-governador de São Paulo participou de sabatina realizada por Folha de S.Paulo e UOL. A entrevista foi conduzida pela apresentadora Fabíola Cidral, pelo colunista do UOL Josias de Souza e pela jornalista da Folha de S. Paulo Catia Seabra.

“Não há razão para não manter o diálogo com Lula, com o PT, com partidos à esquerda e partidos à direita”, disse Doria, salientando que a democracia pressupõe diálogo.

“Tenho posições muito distintas em relação ao PT, mas isso não impede de manter uma relação respeitosa”, disse Doria. “Só nos regimes autoritários é que não há diálogo”, completou.

Doria, no entanto, rejeitou a ideia de um apoio a Lula já no primeiro turno. Em relação ao segundo turno, o pré-candidato afirmou que o PSDB estará na segunda etapa da disputa. “Sou otimista e determinado”, emendou.

Questionado sobre a mudança de postura, já que sem-

pre criticou Lula e o PT de forma dura, Doria respondeu que “o Brasil está farto de guerra e conflito”.

Doria também afirmou que não daria seu voto a Bolsonaro novamente.

Ele disse ainda que tem respeito e nunca cessou o diálogo com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), que foi seu padrinho político no PSDB, mas deixou o partido após desentendimento com o ex-governador.

Doria minimizou os problemas da sua pré-candidatura, como a rejeição de eleitores e a dificuldade de composição da terceira via formada por PSDB, Cidadania, MDB e União Brasil.

Carolina Linhares/Folhapress



## Fusões & Aquisições

### Viveo faz 5ª aquisição do ano de olho em mercado que movimenta R\$ 16 bilhões



Na semana passada, a Viveo anunciou um pacote de aquisições com a Life, a Famap e a PHD. Os acordos somaram R\$ 365,5 milhões. Mas não foram suficientes para esgotar o ímpeto da distribuidora e fabricante de produtos médicos no plano dos M&As.

Dando sequência a essa estratégia, a Viveo está anunciando – apenas oito dias depois e por um valor não revelado – a compra da Boxifarma, startup de Porto Alegre (RS) que oferece softwares e serviços nas áreas de gestão e de entregas de medicamentos a pacientes.

“Essa aquisição fortalece nosso braço para chegar mais próximo do paciente final”, diz Leonardo Byrro, CEO da

Viveo, em entrevista exclusiva ao NeoFeed. “É onde vemos uma série de deficiências e oportunidades, na adesão aos tratamentos fora do ambiente hospitalar.”

Batizada de D2P (Direct to Patient) e parte da estratégia da Viveo para encorpar sua oferta de serviços, a plataforma em questão começou a ser construída dentro do ecossistema cada vez mais amplo da Viveo no fim de 2020, a partir de um investimento na startup mineira Far me.

Na oferta atual, os usuários – em especial, pacientes crônicos, idosos ou em tratamento com diversas medicações – têm acesso a entregas de remédios em suas residências, além de recursos como a análise de interações medica-

mentos e a solução de dúvidas por meio de uma central de relacionamento.

“Se consideramos apenas os medicamentos voltados a pacientes crônicos no Brasil, estamos falando de um mercado que movimenta anualmente cerca de R\$ 16 bilhões”, afirma Byrro. “E cuja demanda só aumenta, em função da incidência de doenças crônicas e do envelhecimento da população.”

De olho nesse contexto e nessa cifra bilionária, a Viveo dá mais peso e escala à sua plataforma D2P com a aquisição da Boxifarma. Fundada em 2012 por Henri Chazan, que segue na operação, a startup tem atuação mais centrada no Rio Grande do Sul, junto clínicas e casas de repouso de idosos.

### Mondelez anuncia expansão no México com compra de fabricante de doces

A companhia de alimentos Mondelez International afirmou nesta segunda-feira, 25, que chegou a um acordo para comprar a empresa mexicana de doces e chocolates do Grupo Bimbo, Ricolino, por cerca de US\$ 1,3 bilhão. A Ricolino emprega atualmente cerca de 6 mil pessoas, tem quatro fábricas e distribui seus produtos para supermercados e lojas de conveniência em todo o México.

Segundo a Mondelez, o faturamento da empresa de doces é de aproximadamente US\$ 500 milhões em vendas

anuais.

O acordo, segundo a companhia de alimentos, dobraria o tamanho dos negócios da Mondelez no México.

“Esta aquisição mais do que triplica nossas rotas para o mercado e aumenta nossa posição nas principais categorias de lanches”, disse o presidente da Mondelez, Dirk Van de Put.

A empresa ainda afirmou que a negociação será financiada por meio de emissão de dívida e dinheiro em caixa e deve ser concluída no terceiro ou quarto trimestre do ano.

BizNews



### Fusões e aquisições no varejo têm melhor desempenho em 20 anos



As operações de fusões e aquisições globais no setor de consumo e varejo encerraram o ano passado com desempenho recorde: foram 5.917 transações em doze meses. Essa marca supera em 6% o total verificado ao longo de 2020 e se consolida como o melhor resultado dos últimos 20 anos.

Entre janeiro e dezembro do ano passado, o volume de negócios alcançou faturamento de US\$ 311 bilhões, alta de 12% na comparação com o período anterior. Os dados constam na publicação “Global Consumer & Retail 2022 M&A Outlook”, realizada anualmente pela KPMG.

De acordo com a pesquisa, o número recorde de transações em consumo e varejo foi impulsionado pelo bom desempenho de Estados Unidos, Reino Unido e China. Juntos, os três representam

40% de todos os negócios realizados mundialmente. O texto destaca ainda que, no Brasil, o setor dobrou o volume de negociação apenas nos primeiros nove meses de 2021.

“Apesar de condições desfavoráveis, como o aumento das taxas de juros, observamos que as empresas estão reavaliando estratégias de desenvolvimento e transformando os modelos de negócios para capturar novas tendências de consumo, enquanto aprimoram a gestão de caixa para enfrentar esse período de incertezas e sustentar o crescimento recente”, resume o sócio-líder de consultoria em transações para o setor de consumo e varejo da KPMG no Brasil, Alan Riddell.

Saúde, bem-estar e agenda ESG:

O levantamento apontou que, entre os segmentos, o de

alimentos e bebidas foi o que mais registrou fusões e aquisições, especialmente devido à expansão de itens de saúde e bem-estar. As transações na área de produtos de consumo aumentaram 5% em relação ao ano anterior, graças ao interesse crescente em cuidados com animais de estimação. Além disso, os negócios de varejo de internet e por catálogo continuaram em ritmo crescente, fechando o ano com 22% de participação.

A agenda ESG, que engloba conceitos ambientais, sociais e de governança, tornou-se um fator cada vez mais determinante nas negociações, segundo as conclusões da pesquisa. Consumidores e investidores estão mais atentos a opções de alimentação saudável, ingredientes à base de plantas, cadeias de suprimentos sustentáveis e práticas éticas da força de trabalho.

BizNews



# Bitcoin

## República Centro-Africana segue El Salvador e aprova bitcoin (BTC) como moeda legal



O presidente da República Centro-Africana, Faustin Archange Touadera, aprovou uma lei que legaliza as criptomoedas e torna o bitcoin (BTC) uma moeda legalmente reconhecida no país, segundo a agência de notícias AFP.

O presidente do gabinete presidencial, Obed Namsio, disse que a iniciativa é um importante marco histórico para a recuperação econômica do país, conforme uma publicação na página oficial do governo do país no Facebook.

“Com esta decisão histórica, a recuperação econômica e o plano de consolidação da paz entram em uma nova

era, e o Executivo demonstra consistência em aplicar os objetivos de alcançar um crescimento forte e inclusivo para o benefício do desenvolvimento e do desempenho econômico, gerando prosperidade para nossos cidadãos”, consta no comunicado.

Além de legalizar o bitcoin e reconhecer a criptomoeda como uma forma de dinheiro, a República Centro-Africana também está dando novos passos em seus planos mais amplos para adoção de cripto.

República Centro-Africana segue passos de El Salvador

O país é a primeira nação do continente africano a adotar o bitcoin como moeda

legal, e se junta a El Salvador como a segunda nação do mundo a fazer isso.

Assim como El Salvador, a República Centro-Africana não emite sua moeda nacional. O país usa o franco CFA, sigla para Comunidade Financeira da África, enquanto El Salvador usa o dólar americano.

A nação africana está entre as economias menos desenvolvidas do mundo, sendo a agricultura a responsável pela maior parte do produto interno bruto (PIB).

Segundo dados do Banco Mundial, o PIB da República Centro-Africana era de somente US\$ 2,38 bilhões, em 2020.

MoneyTimes

## Cuba aprova serviços de criptomoedas e exige licença do banco central

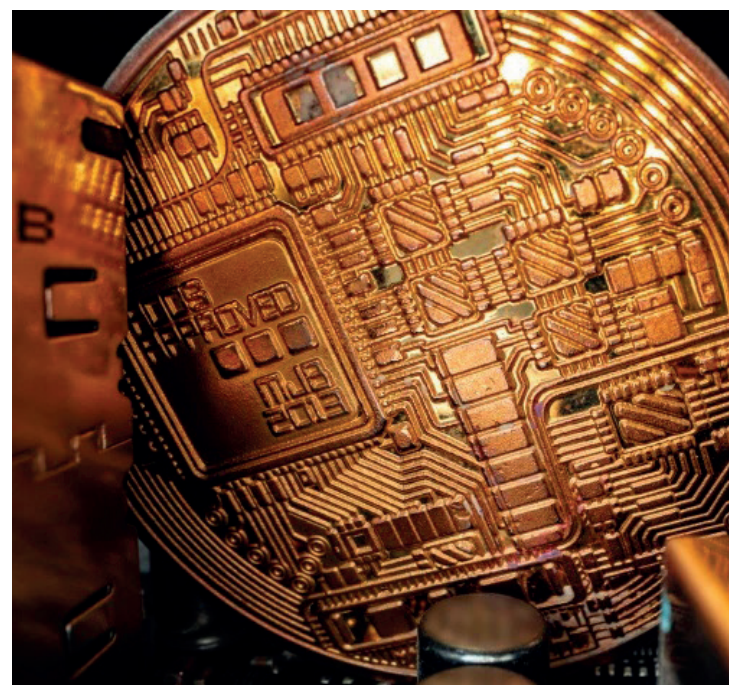
O banco central de Cuba emitiu regulamentos nesta terça-feira para provedores de serviços relacionados a ativos virtuais, depois de ter dado sinais favoráveis no ano passado ao uso pessoal de criptomoedas, em uma decisão que alguns especialistas disseram que pode ajudar a ilha caribenha a contornar as duras sanções impostas pelos Estados Unidos.

A autorização do banco

central, publicada na terça-feira no diário oficial do governo, exige que quem pretende utilizar criptomoedas deve obter uma licença.

O banco central disse que considerará a legalidade, o interesse socioeconômico e as características do projeto de qualquer pedido antes de conceder uma licença, que será válida inicialmente por um ano.

Reuters



## Bitcoin (BTC): mercado cripto continua incerto com cenário macroeconômico



O Bitcoin (BTC) passou o dia abaixo de US\$ 40 mil, mesmo tendo uma variação diária positiva de cerca de 2%.

O Ether (ETH), criptativo da rede de contratos inteligentes da Ethereum, também mostrou variações em 24 horas positivas de mais de 1,5%, mas passou o dia abaixo de US\$ 3 mil.

Segundo dados do CoinMarketCap, a capitalização de mercado da somatória de todos criptoativos teve alta cerca de 2%. O total somado hoje é de US\$ 1,79 trilhões. A dominância do bitcoin e do ether é de, respectivamente, 41,5% e 19,3%.

Análise do mercado:

Pedro Dias, trader no Mercado Bitcoin, diz que “o mau humor se instalou mais uma vez nos mercados de risco globais”.

O S&P 500 fechou em queda de 2,81%, e o índice

da Nasdaq recuou 3,95%, enquanto o bitcoin teve uma retração de 5,72%, devolvendo a alta de segunda-feira como aponta.

“O cenário macro e geopolítico continua pesando contra tais classes de investimentos. Os investidores estão de olho em fatores externos: inflação global, covid-19 na China e possibilidade de aperto monetário nos EUA. Outro fator que também passou a preocupar os investidores foi o anúncio da Rússia de que irá cortar o fornecimento de gás para a Polônia. Além disso, o ministro russo Sergei Lavrov declarou recentemente que o risco de guerra nuclear é real e sério.”

Nesse sentido, para o analista, a faixa de preços entre US\$ 37 mil e US\$ 38 mil se apresenta como um suporte importante. Caso o bitcoin perca essa faixa, o próximo teste será nos US\$ 30 mil.

“Nem os sinais positivos

no mercado brasileiro com o avanço do marco regulatório das criptomoedas foram capazes de levar otimismo aos investidores”.

Dias se refere à PL 3.825/2019, que regula o setor de criptoativos no Brasil. O texto foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A matéria original é de autoria do senador Flávio Arns (Podemos/PR) e teve a relatoria feita pelo senador Irajá (PSD/TO).

“Entre as mudanças feitas antes da aprovação, a principal foi o tempo de reclusão para o tipo penal criado pela lei, que foi diminuído de 4 a 8 anos para 2 a 6 anos, ficando mais próximo do que é previsto no crime de estelionato. Agora, o texto segue para a Câmara dos Deputados, onde precisará ser aprovado pela maioria dos 513 deputados para, então, ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.”

Leonardo Rubinstein/MoneyTimes





# Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

Relatório da Administração

**1. Aos acionistas:** Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") referente às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendimento do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia, então, um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 10,43% e na Companhia Operadora de Rodovias - COPER de 23,28%, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER. A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de infraestruturas públicas, tais como, rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, metrô, ferrovias, aeroportos, aquedutos e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COPER possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP. Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e o desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro,

bem como investimentos diretos do setor privado. Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais e regulamentações, como a das PPPs, aprovadas no Congresso Nacional ao final de 2004, continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento e possibilidades de expansão no nosso mercado de atuação por meio de novas licitações. **4. Resultado das operações:** **Resultado operacional:** A equivalência patrimonial em 2021 foi de R\$ 72.189, em comparação aos R\$ 20.397 de 2020. Esse aumento é explicada, em virtude do resultado influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto CCR S.A. **Resultado financeiro:** No ano 2021, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 160, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 13.076 em 2020. **5. Destaques do ano 2021:** No ano de 2021 a Companhia efetuou pagamento de Juros sobre Capital Próprio a seu acionista no montante de R\$ 3.800 (R\$ 33.970 em 2020). Em 28 de fevereiro de 2021, a Companhia encerrou contrato com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. Após o encerramento deste contrato, o prazo de duração do Consórcio será o necessário para liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. **6. Auditores Independentes:** Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes. **7. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 28 de abril de 2022  
A Administração

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Balancos patrimoniais				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Ativo	Nota	2021	2020	Reservas de lucros					Reservas de Capital				
Circulante				Capital social	Legal	Retenção de lucros	Especial de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações com sócios	Ágio em transações de Capital	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.691	22.740	655.000	92.383	403.027	-	58.769	(4.274)	5.213	129.468	-	1.339.586
Contas a receber				-	-	-	129.468	-	-	-	(129.468)	-	-
- partes relacionadas	9	-	10.015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	6	221	979	-	-	-	-	45.496	-	-	-	-	58.576
Dividendos a receber		1.190	4.732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.496
Outras contas a receber		3	139	-	-	-	-	-	-	(657)	-	-	(657)
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.105</b>	<b>38.605</b>										
<b>Não circulante</b>													
<b>Realizável a longo prazo</b>													
Impostos a recuperar	6	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.928)	-
Outras contas a receber		479	247	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.970)	(33.970)
Total de realizável a longo prazo		479	261	-	-	-	-	-	-	-	7.766	(13.912)	(13.912)
<b>Investimentos Intangível</b>													
Investimentos Intangível	7	1.434.992	1.380.779	655.000	95.311	403.027	129.468	104.265	(4.274)	4.556	7.766	-	1.395.119
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.435.471</b>	<b>1.381.219</b>										
<b>Total do ativo</b>		<b>1.449.576</b>	<b>1.419.824</b>										
<b>Passivo</b>													
<b>Circulante</b>													
Fornecedores		82	3.496	-	-	-	-	-	-	1.591	-	-	1.591
Fornecedores e contas a pagar				-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- partes relacionadas	9	1.029	8.771	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.822)	-
Impostos e contribuições a recolher		11	2.558	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.800)	(3.800)
Obrigações sociais e trabalhistas		9	14	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.156)	(18.156)
Dividendos a pagar		18.157	7.096	-	-	-	-	-	-	-	50.669	(50.669)	-
Cessão de direitos creditórios		-	2.645	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>19.288</b>	<b>24.580</b>										
<b>Não circulante</b>													
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10	10	125	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>10</b>	<b>125</b>										
<b>Patrimônio líquido</b>													
Capital social	12.a	606.577	627.806	655.000									
Reservas de lucros	12.b	116.159	104.265										
Ajuste de avaliação patrimonial	12.c	1.873	282										
Reservas de capital	12.d	50.669	7.766										
Dividendo adicional proposto	12.e	-	-										
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.430.278</b>	<b>1.395.119</b>										
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.449.576</b>	<b>1.419.824</b>										
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>													
<b>1. Contexto Operacional:</b> A Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A., com participação direta de 10,43%; e Companhia Operadora de Rodovias - COPER, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 com a mão de obra fornecida pela COPER. Após o término deste contrato, tanto o COPER como a CCR deixaram de operar e entraram em um processo de dormência, pois ambas não possuem outras operações comerciais. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR S.A. é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objetivo social da CCR S.A. permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. Atualmente, a CCR S.A. é responsável por 3.698 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, sendo que em 3.615 quilômetros é responsável pela administração e em 83 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias, CCR NovaDutra (ate 28 de fevereiro de 2022) e após CCR RioSP (após 20 de fevereiro de 2022), CCR ViaLagos, CCR AutoBAN, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SP-Vias, CCR MSVia, CCR ViaSul, CCR ViaCosteira, Renovias, ViaRio e Rodonorte (até 27 de novembro de 2021). Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR S.A. busca investimentos em outros negócios. Exemplos disso são as participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), ViaMobilidade (Linha 5 e 17-Lilás e Outro do Metrô de São Paulo), Linha 15 (Linha 15-Prata do Metrô de São Paulo), Linhas 8 e 9 (Linha 8 - Diamante e 9 - Esmeralda), SAMM (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e Linha 4 do Metrô de São Paulo), CCR Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros por meio de Veículos Leves sobre trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves), Blocos Sul e Central (concessões aeroportuárias), Pampulha (aeroporto Carlos Drummond de Andrade), Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente), Quicko (programa de fidelização de clientes), que foi vendida em 11 de abril de 2022 para MaaS Global Oy, e T&S (prestadora de serviços em aeroportos dos Estados Unidos da América). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. <b>1.1. Processo de investigação:</b> Em reunião realizada em 1º de novembro de 2018, o Conselho de Administração da controlada em conjunto CCR S.A., (a) tendo verificado o limite de atuação do Comitê Independente, criado pelo Conselho de Administração e responsável pelos trabalhos de apuração dos fatos divulgados na imprensa e conexos envolvendo a CCR e suas controladas; (b) com base na recomendação de seus advogados externos, no sentido de que sem o completo esclarecimento dos fatos era inviável a aceitação dos acordos de leniência pelas autoridades competentes; e (c) diante das possíveis consequências para os envolvidos que se dispusessem a colabo-													
rar com as autoridades competentes, aprovou a criação de um Programa de Incentivo à Colaboração (PIC) que assegurou a esses colaboradores certos direitos, e também preservou o interesse do Grupo CCR, evitando a sua exposição a graves riscos, inclusive de continuidade de seus negócios. Em AGE ocorrida em 22 de abril de 2019, o PIC foi ratificado. Em 29 de novembro de 2018, a controlada em conjunto, CCR S.A., celebrou Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo. Em 06 de março de 2019, a controlada em conjunto CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada RDN celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$ 35.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (ii) arcar com R\$ 350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019 e foi concluído em 13 de outubro de 2020 e os gastos com a execução de obras iniciouse em novembro de 2019. Em 27 de novembro de 2021, estavam concluídas todas as obras e obrigações pactuadas. Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpostos recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à controlada em conjunto, CCR S.A., por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto CCR S.A. reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. A controlada em conjunto CCR S.A. celebrou contratos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 27.891, o qual resulta do saldo de R\$ 41.000 em 31 de dezembro de 2020, atualizado pelo IPCA e diminuído dos valores já pagos. O saldo de R\$ 27.891 será pago da seguinte forma: (i) R\$ 18.342, até no-													
vembro de 2023; e (ii) R\$ 218 referente ao saldo de penas pecuniárias, que está sendo pago em 3 parcelas semestrais, tendo sido a primeira parcela paga na data da homologação de cada acordo individual de cada colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada em conjunto CCR S.A. incorreu em despesas de R\$ 3.812 relativas a reembolso aos participantes. Em 4 de junho de 2020, o Estado de São Paulo interpostos recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição. Em 3 de agosto de 2021, foi realizado o julgamento na 2ª Turma do STJ, tendo o mérito do recurso interposto pelo Estado de São Paulo sido desprovido para manter a destinação original dos valores doados, conforme definido no Termo de Autocomposição. Aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. A controlada em conjunto CCR S.A. continuará contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados. <b>1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19:</b> A controlada em conjunto CCR S.A. acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e suas subsidiárias. A CCR S.A. possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido à incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações. Dentre diversas iniciativas que foram adotadas pela CCR S.A. com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda estão vigentes: • Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de covenants do Grupo CCR como um todo, exceto com relação ao financiamento do BNDES da controlada BH Airport que na data-base de 31 de dezembro de 2021, não alcançou o indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) que deveria ser menor que 3,5, o que obriga a concessionária, para não incorrer em vencimento antecipado, é necessária a apresentação de carta de fiança bancária pela concessionária até 30 de junho de 2022. No momento, a concessionária encontra-se em discussão antecipada com o BNDES, visando obtenção de waiver para apresentação da carta fiança, consequentemente, a dívida está apresentada no passivo circulante até o atendimento do covenant ou obtenção do waiver. Em 15 de abril de 2021, o BNDES aprovou à BH Airport a suspensão do pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de abril de 2021 e 15 de junho de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. • Em 13 de maio de 2021, o BNDES aprovou a renovação do <i>standstill</i> , suspendendo o pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de maio de 2021 e 15 de outubro de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. • Em 2 de julho de 2021, o BNDES aprovou a VLT Carioca a renovação do <i>standstill</i> , suspendendo o pagamento das													
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>													
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>													
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social:													
Amortização													
Juros sobre direitos creditórios													
Provisão (Reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários													
Equivalência patrimonial													
Outras (Despesas) Receitas													
- Aumento de Capital na investida CCR													
<b>5.912 53.720</b>													
<b>Variação nos ativos e passivos</b>													
Contas a receber-partes relacionadas													
Impostos a recuperar													
Outras contas a receber													
Fornecedores													
Impostos e contribuições sociais a recolher													
Obrigações trabalhistas													
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas													
Dividendos a receber													
Recebimento de dividendos													
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>													
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>													
Pagamento de direitos creditórios - principal													
Pagamento de direitos creditórios - juros													
Dividendos pagos													
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>													
<b>(Redução) Aumento do caixa e equivalente de caixa</b>													
<b>Demonstração da (Redução) Aumento do caixa e equivalente de caixa</b>													
No início do exercício													
No final do exercício													
<b>(10.049) 9.324</b>													
parcelas com vencimento entre 15 de julho de 2021 e 15 de dezembro de 2021, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. • Em 6 de julho de 2021, o BNDES aprovou à BH Airport a suspensão do pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de julho de 2021 e 15 de dezembro de 2021, sem custos adicionais, sendo que os valores foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. Além disso, foram aprovadas a alteração do sistema de amortização do contrato para tabela <i>Price</i> e a liberação do saldo vinculado à conta reserva, cuja recomposição deverá ocorrer em até seis meses após a retomada do pagamento das parcelas. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):</b> As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. Em 28 de abril de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. <b>Investimento em sociedade controlada em conjunto:</b> As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:													
<b>Ativo Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa													
Contas a receber - partes relacionadas													
Outros													
<b>Total do ativo circulante</b>													
<b>Não circulante</b>													
Contas a receber - partes relacionadas													
Outros													
<b>Total do ativo circulante</b>													
<b>&gt;&gt;&gt;Continua...</b>													



>>>Continuação...

	2021	2020
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	976	3.425
Impostos e contribuições a recolher	4	610
Obrigações sociais e trabalhistas	-	5
Fornecedores - partes relacionadas	8	8.731
Resultado a distribuir às consorciadas	13.042	17.583
Cessão de direitos creditórios (*)	-	2.645
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>14.030</b>	<b>32.999</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Resultado a distribuir às consorciadas	7.024	-
Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários	10	68
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7.034</b>	<b>68</b>

tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR. Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Capital social - ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Ativos Intangíveis:** A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação em consórcio (COPER) que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e incluído nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ativo intangível possui vida útil definida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. Este ágio foi totalmente amortizado no exercício de 2021. **e) Redução ao valor recuperável de ativos:** Ativos financeiros não derivativos: A Administração julgou que não há necessidade de provisão para perdas com ativos financeiros não derivativos. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impairado*, um novo valor do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor justo do investimento total nas investidas, com base na quantidade de ações da investida e a respectiva cotação dessas ações a valor de mercado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável estimadas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **g) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **h) Receitas de serviços:** As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **i) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido não está sendo reconhecido no resultado, pois a Companhia encontra-se sem expectativa de rentabilidade futura. **k) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **l) Adoção inicial de normas novas e alterações:** As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a CPC 06 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. **m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021; • Con-

tratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). **4. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento: **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Caixa e bancos	7	40
Aplicações financeiras	12.684	22.700
	<b>12.691</b>	<b>22.740</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 4,37% ao ano (99,99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 2,76% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6. Impostos a recuperar:** Refere-se a imposto de renda e contribuição social a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

	2021	2020
CSLL a Compensar	99	967
IRPJ a Compensar	110	11
IRRF a Recuperar	12	15
	<b>221</b>	<b>993</b>

Circulante 221 979  
Não Circulante - 14

**7. Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo (passivo à descoberto)**

	2021	2020	
Patrimônio líquido da investida	8.264.762	7.741.163	
Participação	10,43%	10,43%	
Investimento	861.921	807.316	
Ágio (*)	573.233	573.233	
Investimento - CCR S.A.	1.435.154	1.380.549	
Patrimônio líquido da investida	(693)	989	
Participação	23,28%	23,28%	
Provisão para patrimônio líquido negativo - COR	(162)	230	
(*) Ágio - CCR S.A.: Ágio proveniente da incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan), incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações).			
<b>Movimentação dos saldos</b>	<b>CCR S.A.</b>	<b>COR</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.422.017</b>	<b>(244)</b>	<b>1.421.773</b>
Resultado de equivalência patrimonial	19.923	474	20.397
Dividendos distribuídos	(106.230)	-	(106.230)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo	45.496	-	45.496
Outros	(657)	-	(657)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.380.549</b>	<b>230</b>	<b>1.380.779</b>
Resultado de equivalência patrimonial	72.547	(392)	72.155
Dividendos distribuídos	(31.427)	-	(31.427)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo	11.894	-	11.894
Outros	1.591	-	1.591
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.435.154</b>	<b>(162)</b>	<b>1.434.992</b>

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações a mercado (Cotação B3) em 31 de dezembro de 2021, apresenta um valor de R\$ 2.441.851 (R\$2.837.632 em 31 de dezembro de 2020). **Informações resumidas dos investimentos:**

	2021		2020	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	10,43%	23,28%	10,43%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	4.593.600	706	3.548.987	1.129
Outros ativos	3.315.856	1.542	4.579.093	29.406
Ativo circulante	7.909.456	2.248	8.128.080	30.535
Ativo não circulante	33.446.988	298	25.320.540	485
Ativo	41.356.444	2.546	33.448.620	31.020
Passivos financeiros circulantes (**)	3.484.916	-	5.056.805	231
Outros passivos	2.367.573	959	2.567.404	29.195
Passivo circulante	5.852.489	959	7.624.209	29.426
Passivos financeiros não circulantes (**)	23.266.233	-	14.847.178	-
Outros passivos	3.671.922	2.280	3.037.471	605
Passivo não circulante	26.938.155	2.280	17.884.649	605
Passivo	32.790.644	3.239	25.505.858	30.031
Patrimônio líquido	8.565.800	(693)	7.939.762	989
Receita líquida	12.244.247	1.718	9.889.480	9.641
Depreciação e amortização	(3.152.785)	-	(2.421.014)	-
Receitas financeiras	1.643.073	99	459.726	74
Despesas financeiras	(3.405.833)	(90)	(1.813.223)	(1.212)
Outros	(5.448.461)	(3.409)	(5.433.613)	(5.802)

	2021		2020	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Resultado das operações antes dos impostos	1.880.241	(1.682)	681.356	2.701
Imposto de renda e CSLL	(1.074.645)	-	(595.243)	(664)
Lucro das operações	805.596	(1.682)	86.113	2.037
Outros resultados abrangentes	118.202	-	434.996	-
Resultado abrangente total	923.798	(1.682)	521.109	2.037
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	289.910	-	973.243	-
<b>Compromissos assumidos:</b>				
Compromissos relativos às concessões	14.917.469	-	7.748.476	-
Outorga variável e obras a executar	26.396	-	13.531	-
Outorga fixa - BH Airport	2.507.130	-	2.306.927	-
(**) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, arrendamentos mercantis, contas a pagar em operações com derivativos. <b>Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício - CCR S.A.</b>				
			<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ajustes no patrimônio líquido			8.565.800	7.939.762
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores			(301.038)	(198.599)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora			8.264.762	7.741.163
<b>Ajustes no resultado do exercício</b>				
Lucro das operações			805.596	86.113
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores			(109.965)	104.919
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores			695.631	191.032
<b>8. Intangível:</b> Refere-se ao direito de concessão gerado na aquisição de direitos sobre o contrato COPER efetuado pelos antigos cotistas da Aguilha e incorporação de acervo líquido da SP Realizações. Esse direito foi amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a CCR NovaDutra que foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021. <b>9. Partes Relacionadas:</b> Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nessas datas, relativos às operações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da consorciada COPER para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A. estão apresentados a seguir:				
<b>Ativo</b>			<b>2021</b>	<b>2020</b>
Contas a receber - COPER			-	10.015
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e contas a pagar - COPER			1.029	8.771
<b>Resultado</b>				
Receita bruta de serviços - COPER			96.522	124.271
Custos dos serviços prestados - COPER			(6.284)	(8.090)
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a remuneração da Diretoria no montante de R\$ 282 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2020). Não existem empréstimos para pessoas-chave da administração.				
<b>10. Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários:</b> Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui um processo tributário de R\$ 10 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2020) que a Administração entende como provável a probabilidade de perda. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificada como possível, não tendo sido necessária, a contabilização de provisão para riscos de R\$ 1.063.099 (R\$ 970.325 em 31 de dezembro de 2020), decorrente do processo da Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da CCR S.A., sendo a parte da Companhia proporcional a sua participação no montante de R\$ 110.881 (R\$ 101.205 em 31 de dezembro de 2020). <b>11. Imposto de renda e contribuição social:</b> a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:				
			<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL			77.299	59.737
Alíquota nominal			34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal			(26.282)	(20.311)
Efeito tributário das adições e exclusões: Equivalência patrimonial			24.533	6.935
Juros sobre capital próprio			1.292	11.550
Outros ajustes, líquidos (*)			1.309	665
Despesa com impostos correntes			(852)	(1.161)
(*) Refere-se, substancialmente, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 123.410 (R\$124.491 em 31 de dezembro de 2020), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros. <b>12. Patrimônio líquido:</b> a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$ 655.000, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. b) Reservas de lucros: <b>Reserva legal:</b> É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. <b>Reserva de retenção de lucros:</b> Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 8 de maio de 2019, a administração aprovou a constituição da reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A Administração da Companhia avaliará a distribuição de dividendos de acordo com a disponibilidade de caixa. <b>Reserva especial de dividendos:</b> Conforme artigo 202 da Lei 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Durante o exercício de 2021 foi pago o montante de R\$ 32.817. c) Ajustes de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido. d) Reservas de capital: <b>Ágio em transações de capital:</b> Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora CCR S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. <b>Transações com sócios:</b> Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação >>>Continua...				

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código D235-3BA1-1259-4D7B.







## Publicidade Legal

## Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.

CNPJ/MF em Constituição

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 17 de fevereiro de 2022**  
**1. Data, Hora e Local da Assembleia:** realizada aos 17 (dezesete) dias do mês de fevereiro de 2022, às 14:00 horas na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, Sala 34, CEP 04532-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** (i) **Travessia Assessoria Financeira Ltda.**, sociedade limitada com sede na Rua Bandeira Paulista, 600, Conjunto 44, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04532-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob nº 26.264.237/0001-73, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 3523015547-1, neste ato representada por seu administrador, Sr. **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 SSP-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 218.718.568-09, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, CEP 04532-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ii) **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa**, acima qualificado. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa** e secretariados pelo Sr. **Luis Philippe Camano Passos**. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições foi deliberada a constituição de uma sociedade anônima, com denominação "Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.", nos seguintes termos: (i) **Leitura e Aprovação da minuta do Estatuto Social:** Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da Mesa submeteu-a a discussão e votação o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A. ("Companhia") a ter a redação estabelecida no **Anexo I** a esta ata. (ii) **Boletim de Subscrição de Ações:** Foi aprovada a subscrição do capital social da Companhia, no valor total de R\$500,00 (quinhentos reais), mediante a emissão de 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada uma, nos seguintes termos, conforme descritos no Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo II**: I – a) Nome: Travessia Assessoria Financeira Ltda., qualificada acima, neste ato representada pelo Sr. **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa**, qualificado acima; b) Número de ações subscritas: 499 (quatrocentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais); c) Percentual de ações representativas do capital social subscritas pelo acionista: 99,8% (noventa e oito centésimos por cento); d) Valor integralizado pelo acionista: R\$499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais); II – a) Nome: **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa**, qualificado acima; b) Número de ações subscritas: 1 (uma) ação ordinária, nominativa, sem valor nominal, no valor de R\$1,00 (um real); c) Percentual de ações representativas do capital social subscritas pelo acionista: 0,2% (dois centésimos por cento); d) Valor integralizado pelo acionista: R\$1,00 (um real). (i) **Eleição dos Diretores:** Os acionistas aprovaram a eleição dos diretores da Companhia, os Srs. (i) **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa**, acima qualificado, para assumir o Cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) **Luis Philippe Camano Passos**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 345.394.968-40, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, CEP 04532-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para assumir o Cargo de Diretor de Relações com Investidores; (iii) **Camila Maria Oliveira**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 349.935.818-23, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, CEP 04532-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para assumir o cargo de Diretora sem designação específica; e (iv) **Thais de Castro Monteiro**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133-5 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 421.565.628-14, com endereço comercial na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, CEP 04532-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora de Compliance. Os Diretores ora eleitos declaram, individualmente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em razão de condenação criminal cuja pena impeça, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou contra a propriedade. Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse correspondentes lavrados no "Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria", e permanecerão em seus cargos pelo período de 2 (dois) anos a contar da presente data e não farão jus a remuneração, conforme Termos de Posse, constantes no Anexo III da presente Ata. (iii) **Definição dos períodos nos quais serão efetuadas as publicações legais:** Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), serão realizadas nos jornais competentes. (iv) **Aprovação do endereço da sede social da Companhia:** Os acionistas aprovaram que a sede da Companhia será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, Sala 34, CEP 04532-001. (v) **Descrição da Integralização do Capital Social:** Foi declarado que o capital social de R\$500,00 (quinhentos reais) se encontra totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para atendimento ao disposto no artigo 80, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, conforme recibo de depósito descrito no **Anexo IV** à presente Ata. **5. Encerramento:** Deliberados todos os itens constantes na Ordem do Dia e nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai assinada por mim, **Luis Philippe Camano Passos**, Secretário da Mesa, pelo Sr. Presidente da Mesa **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa**, pelos acionistas fundadores e Diretores eleitos. **Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa** – Presidente da Mesa; **Luis Philippe Camano Passos** – Secretário; **Camila Maria Oliveira** – Diretora; **Thais de Castro Monteiro** – Diretora de Compliance. Visto do advogado responsável: **Thais de Castro Monteiro OAB/SP nº 401.782. Anexo I – Estatuto Social – Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A. Denominação, Sede Social e Duração:** Artigo 1º. A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução 2.686"). Artigo 2º. A Companhia tem sua sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, Itaim Bibi, Conjunto 44, Sala 34, CEP 04532-001, não sendo permitida a abertura de filiais, escritórios ou represen-

tações em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Objeto Social:** Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 ("Créditos Financeiros"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **Parágrafo Primeiro** – No âmbito das securitizações e emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, será permitida a recompra dos Créditos Financeiros por seus cedentes originais, se feita à vista. No mesmo sentido, será permitida a substituição de Créditos Financeiros. **Parágrafo Segundo** – Estão incluídas no objeto social da Companhia, as seguintes atividades: (i) a gestão e administração dos Créditos Financeiros supracitados, sendo permitida a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de gestão, administração e cobrança dos Créditos Financeiros, incluindo poderes para conceder descontos, prorrogar vencimentos ou mudar características dos Créditos Financeiros; (ii) a aquisição e a alienação de títulos representativos de Créditos Financeiros; (iii) a emissão, distribuição, recompra, venda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão nos mercados financeiro e de capitais, com lastro nos Créditos Financeiros; (iv) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização dos Créditos Financeiros; (v) a realização de operações nos mercados de derivativos visando cobertura de riscos; e (vi) a prestação de garantias para os títulos e valores mobiliários por ela emitidos. **Capital Social e Ações:** Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **Artigo 7º.** O capital social somente será representado por ações ordinárias. **Artigo 8º.** Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações. **Assembleia Geral:** Artigo 9º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pelos Acionistas, nos casos previstos em lei. **Parágrafo Único.** Todas as convocações deverão indicar a ordem do dia, explicitando ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. **Artigo 10.** A Assembleia Geral, seja ela ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida por qualquer um dos administradores da Companhia. **Parágrafo Único.** A representação do Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para o qual estiver convocada a respectiva Assembleia. Se o instrumento de representação for apresentado fora do prazo de antecedência, este somente será aceito com a concordância do Presidente da respectiva Assembleia. **Artigo 11.** A Assembleia Geral tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento, observadas as competências específicas dos demais órgãos de administração da Companhia. **Artigo 12.** Com exceção do disposto no artigo seguinte, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não computados os votos em branco. **Artigo 13.** As matérias abaixo somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembleia Geral quando tiverem o voto favorável de Acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias emitidas pela Companhia: (i) alteração de quaisquer das disposições do Estatuto Social que envolva a alteração do objeto social da Companhia, inclusive para a inclusão da prática de novas atividades econômicas; (ii) operações de fusão, incorporação ou cisão da Companhia, ou ainda sua liquidação ordinária ou cessação do estado de liquidação; (iii) redução do dividendo obrigatório; (iv) dissolução da Companhia; e (v) participação em grupo de sociedades, nos termos do artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Primeiro** – Até o pagamento integral dos valores representados pelos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica vedada a prática das seguintes atos: (i) transferência do controle da Companhia; (ii) redução do capital social, incorporação, fusão, cisão ou dissolução da Companhia; (iii) cessão dos créditos financeiros objeto de suas operações de securitização, ou atribuição de qualquer direito sobre os mesmos, ao(s) controlador(es) da Companhia, ou a qualquer pessoa a ele(s) ligada(s), em condições distintas das previstas na documentação que embasa suas operações de securitização, nos termos da Resolução 2.686. **Parágrafo Segundo** – O disposto no Parágrafo Primeiro acima não se aplicará caso haja prévia autorização dos detentores de 50% (cinquenta por cento) ou mais do valor nominal dos referidos títulos e valores mobiliários, excluídos de tal computo aqueles eventualmente detidos pelo(s) controlador(es) da Companhia, sociedade coligada ou submetida a controle comum, e titulares de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam detidos pelo cedente dos Créditos Financeiros, em assembleia geral especificamente convocada e realizada segundo as normas aplicáveis. **Parágrafo Terceiro** – Tendo em vista que a formalização dos itens "i" e "ii" previstos no Parágrafo Primeiro acima, esta é feita nos livros de registro de ações da Companhia, em que os acionistas declaram estar cientes e de acordo com as condições previstas neste artigo, sendo que qualquer operação feita em desacordo com o aqui disposto será considerada nula de pleno direito, não sendo oponível à Companhia ou a terceiros. **Parágrafo Quarto** – É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. **Administração da Companhia:** Artigo 14. A Companhia será administrada pela Diretoria, cuja competência é atribuída pelo presente Estatuto Social, bem como pela legislação aplicável, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro** – A representação da Companhia caberá à Diretoria. **Parágrafo Segundo** – Os membros da Diretoria estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos "Termos de Posse" lavrados no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores. **Parágrafo Terceiro** – A Assembleia Geral deverá estabelecer a remuneração global de seus administradores e a sua distribuição. **Artigo 15.** O mandato dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, sendo possível a reeleição. **Diretoria:** Artigo 16. A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 2 (dois) Diretores sem designação específica e 1 (um) Diretor de Compliance. **Parágrafo Único.** Para o exercício da função de membro da Diretoria, poderão ser contratados profissionais para este fim específico. **Artigo 17.** Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pela Assembleia Geral e, enquanto não houver esta escolha, o Diretor de Relações com Investidores cumulará esta função. **Parágrafo Primeiro** – A mesma situação acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido pelo Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – A situação acima descrita também aplicar-se-á na hipótese de falta, impedimento ou ausência de qualquer dos diretores. **Artigo 18.** Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Companhia ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os

atos necessários para realização de operações relacionadas com o objeto social descrito neste Estatuto Social, conforme normas e diretrizes determinadas pela Assembleia Geral, podendo para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Companhia, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia, sempre em conformidade com o Artigo 18 abaixo. **Artigo 19.** A Companhia deverá obrigatoriamente ser representada: (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente; (ii) por 2 (dois) Diretores; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia; ou (iv) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto, sempre nos limites de seus respectivos mandatos e desde que investidos de poderes específicos. **Parágrafo Primeiro** – As procurações mencionadas no caput deste artigo deverão ser outorgadas obrigatoriamente pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou por, no mínimo, 2 (dois) membros da Diretoria agindo em conjunto, devendo ter expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato, não podendo possuir validade superior a 1 (um) ano, exceto se a procuração for de caráter *ad judicium*. **Parágrafo Segundo** – A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria, ou, ainda, por apenas 1 (um) procurador com poderes especiais, perante repartições públicas, sociedades de economia mista, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos: (i) em atos que não acarretem a criação de obrigações para a Companhia; (ii) no exercício do cumprimento de obrigações tributárias, parafiscais e trabalhistas; e (iii) na preservação de seus direitos em processos administrativos. **Parágrafo Terceiro** – A representação ativa e passiva da Companhia em Juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá ao Diretor Presidente e, na sua ausência, a qualquer um dos Diretores. **Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente: (i) fazer cumprir o Estatuto Social e as diretrizes e as deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (ii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, e emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, para se fazer cumprir a orientação geral da Assembleia Geral acerca dos negócios da Companhia; (iii) manter os Acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (iv) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; (v) elaborar e propor, à Assembleia Geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e (vi) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral. **Artigo 21.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas; e (iii) manter atualizado o registro de Companhia Aberta, caso aplicável. **Artigo 22.** Compete ao Diretor Sem Designação Específica: (i) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral; e (ii) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, conforme deliberado em Assembleia Geral. **Artigo 23.** Compete ao Diretor de Compliance: (i) zelar pelos ativos, financeiros e não financeiros da Companhia; (ii) responsabilizar-se pela manutenção predial da estrutura física da Companhia; (iii) gerenciar a estrutura interna de tecnologia da informação da Companhia; (iv) implementar os sistemas e programas de gestão da qualidade da Companhia; (v) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de recursos humanos da Companhia, responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios; (vi) planejar, implantar e coordenar o projeto de Compliance da Companhia, e quando julgar aplicável, propor aos órgãos e áreas responsáveis os aprimoramentos necessários; (vii) assessorar a administração da Companhia na gestão de riscos corporativos; (viii) definir a estratégia de implementação de novas práticas nos negócios, acompanhando a integração de risco socioambiental e de governança; (ix) assessorar no desenvolvimento de ferramentas e procedimentos para garantir que os riscos socioambiental e de governança corporativa sejam devidamente identificados, avaliados, classificados e controlados; e (x) consolidar as informações e dados que evidenciem a adoção das melhores práticas de mercado e o cumprimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis para a gestão dos de riscos socioambientais e de governança. **Conselho Fiscal:** Artigo 24. A Companhia possuirá um Conselho Fiscal, com as atribuições legais, o qual será composto por 3 (três) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um conselheiro sem denominação específica, eleitos em Assembleia Geral, com atribuições e prazos de mandato previstos em lei, sendo admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios fiscais em que for convocado pelos Acionistas, nos termos da lei. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal também será responsável por estabelecer as respectivas remunerações de seus membros. **Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro:** Artigo 25. O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **Parágrafo Primeiro** – A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e (iii) pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 26.** Será distribuído, em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único.** O montante a ser distribuído será reduzido pela importância destinada à constituição da reserva legal, mencionada no inciso I, do parágrafo primeiro do artigo anterior, e da reserva para contingências previstas no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, acrescido do montante eventualmente revertido da reserva para contingências formada em exercícios anteriores. **Artigo 27.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 28.** A qualquer tempo durante o exercício social, a Assembleia Geral poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes. **Liquidação:** Artigo 29. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá aos acionistas em sede de Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como fixar a remuneração do mesmo. **Parágrafo Único.** No período de liquidação da Companhia, a Assembleia Geral continuará em funcionamento. **Artigo 30.** Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. Visto do advogado responsável: **Thais de Castro Monteiro OAB/SP nº 401.782.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE nº 35.300.589.092 em 22/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Investidor foca no cenário externo e DIs têm viés de alta

Nem mesmo a bateria de dados macroeconômicos domésticos nesta quinta-feira tirou do investidor de renda fixa os olhos do exterior, que foi o drive dos negócios. O impulso global dos retornos dos Treasuries e do dólar diante da percepção de que os juros dos Estados Unidos subirão a um ritmo mais intenso levou a reboque a curva brasileira. Os ajustes,

de todo modo, foram estreitos e acabaram sendo contidos pela virada do câmbio local. Como pano de fundo, o mercado de Depósito Interfinanceiro (DI) observa também as expectativas para a decisão sobre a Selic na semana que vem, bem como as indicações do Banco Central sobre se o ciclo de alta chegou ao fim ou não.

Lá fora, consolidou-se nesta quinta a percepção de

que será necessário que o Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano) terá de ser mais duro no processo de retirada de estímulo à economia, mesmo com um surpreendente Produto Interno Bruto (PIB) negativo no primeiro trimestre. Isso porque os preços seguem resilientes e as pressões futuras, como de commodities, não passam.

Esse cenário se somou aos sinais de desaceleração na

China, à persistência da crise geopolítica no Leste Europeu e à manutenção da política ultra acomodatória do Banco do Japão (BoJ), levando o índice DXY, que mede a variação do dólar ante moedas fortes, à máxima em quase 20 anos.

A despeito desta subida forte global, na última hora da sessão regular o dólar virou ante o real, diante já da pressão pela Ptax e da melhora do apetite ao risco acioná-

rio, o que estancou altas mais intensas nos juros domésticos.

Assim, o contrato de DI para janeiro de 2023 subiu de 12,978% no ajuste de quarta-feira a 13,025%. O janeiro 2024 avançou de 12,542% a 12,585%. O janeiro 2025 passou de 12,006% a 12,010%. E o janeiro 2027 foi de 11,87% a 11,835%, em uma queda suave.

Isto é Dinheiro



## Amendobras – Importação e Exportação de Amendoim S/A

CNPJ/MF nº 07.145.529/0001-42

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)				Demonstrações do Resultado			
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa		90.841,62	810.003,93	Fornecedores		13.076.992,93	7.262.494,90
Aplicações de liquidação imediata		2.149.313,29	2.298.877,67	Empréstimos e financiamentos		-	-
Duplicatas a Receber		7.116.683,18	3.449.623,66	Conta Corrente Pessoas Ligadas		-	-
Estoques		13.299.417,26	7.789.757,99	Obrigações tributárias/trabalhistas		889.059,27	838.079,41
Adiantamentos a Funcionários		23.661,89	-	Outras Contas a Pagar		104.729,35	73.080,44
Adiantamentos a Fornecedores		237.712,79	364.088,08	Adiantamento de clientes		21.864.848,84	13.491.517,11
Impostos a recuperar		6.433.550,49	6.552.969,79	(-) Encargos Financeiros a Transcorrer		-	(127.616,04)
Outros Créditos a Receber		25.000,00	25.000,00			<b>35.935.630,39</b>	<b>21.537.555,82</b>
Despesas exercício seguinte		123.392,06	54.132,25				
		<b>29.499.572,58</b>	<b>21.344.453,37</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e Parcelamentos		147.561,40	147.561,40
Realizável a longo prazo				(-) Encargos Financeiros a Transcorrer		(37.221,55)	(37.221,55)
Outras Contas a Receber		1.453.394,15	2.195.188,11			<b>110.339,85</b>	<b>110.339,85</b>
Impostos a recuperar		18.883,20	18.883,20	<b>Patrimônio líquido</b>			
Depósitos Judiciais		153.364,57	153.364,57	Capital social	(2)	38.013.566,00	38.013.566,00
Imobilizado	(1)	4.880.515,08	4.084.113,75	(-) Capital Social a Integralizar		-	-
(-) Depreciação		(668.748,04)	(499.508,03)	Resultados acumulados		(32.358.302,96)	(31.687.422,03)
Intangível		88.887,39	88.362,09	Lucros/ Prejuízos no Período	(3)	(6.136.334,85)	(669.131,93)
(-) Amortizações		(79.949,35)	(79.949,35)			<b>(481.071,81)</b>	<b>5.657.012,04</b>
		<b>5.846.347,00</b>	<b>5.960.454,34</b>				
<b>Ativo Permanente</b>				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>35.564.898,43</b>	<b>27.304.907,71</b>
Benfeitorias em Imóveis		218.978,85	-				
<b>Total do ativo</b>		<b>35.564.898,43</b>	<b>27.304.907,71</b>				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)			
	Capital social	Ajustes	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	38.013.566,00	-	5.657.012,04
Outros eventos:			
Aumento de Capital	-	-	-
Transferência de Resultado do Período	-	-	(11.553.049,89)
Resultado do Exercício	-	-	11.424.548,90
Lucro e/ou (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	(6.009.582,86)
Reserva Legal	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.013.566,00	-	(48.491.099,00)

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis			
	Reserva	Lucros e Prejuízos	Resultado
	Contingência	Acumulados	do Período
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	-	(36.938.049,11)	4.581.495,15
Outros eventos:			
Aumento de Capital	-	-	-
Transferência de Resultado do Período	-	(11.553.049,89)	11.424.548,90
Resultado do Exercício	-	-	(6.009.582,86)
Lucro e/ou (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(48.491.099,00)	9.996.461,19

1. **Contexto Operacional** – A Sociedade Amendobras – Importação e Exportação de Amendoim S/A, tem por objetivo principal a atividade de Fabricação, Comércio, Importação e Exportação de Amendoim. 2. **Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a compatibilidade. 3. **Principais Práticas Contábeis – Ativos Circulantes:** Os ativos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais até a data do balanço, não estando sujeito a qualquer taxa explícita ou implícita de desconto por não se referir a transações de financiamento. Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição. **Ativos Não Circulantes Realizável a Longo Prazo:** Os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como longo prazo, apresentados pelo valor presente de realização, não possuindo previsão de qualquer taxa de desconto. **Imobilizado/Intangível:** Os bens do imobilizado e intangível estão demonstrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação e amortização, por ausência de estimativa consistente no momento, estão sendo reconhecidos pelo método linear, mediante a

aplicação de taxas de vida útil econômica dos bens admitidas pela legislação fiscal. As taxas anuais de depreciação atualmente utilizadas para os principais itens são: Imóveis: 4% Máquinas e Equipamentos: 10% Móveis e Utensílios: 10% Veículos: 20% Terminais e Periféricos: 20% Instalações: 10% Software e Aplicativos: 20% **Passivos Circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais, incorridos até a data do balanço, levando em consideração a legislação vigente ou as cláusulas contratuais. **Passivos Não Circulantes:** As obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas como longo prazo, apresentados pelo valor presente de realização, não possuindo previsão de qualquer taxa de desconto. **Capital Social:** O Capital Social é de R\$ 38.013.566,00 (Trinta e oito milhões, treze mil, quinhentos e sessenta e seis reais), dividido em 38.013.566 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma. O Capital Social está assim distribuído entre os acionistas:

Acionistas	Ações	% Participação	Valores
Conosur Foods S/A	1.671.400	4,40%	1.671.400,00
Farm Trading And Commerce International Limited	8.352.941	21,97%	8.352.941,20
Tecnologias Agroalimentarias S/A	27.989.725	73,63%	27.989.566,00
<b>Total</b>	<b>38.013.566</b>	<b>100%</b>	<b>38.013.566,00</b>

**Lucros/ Prejuízos do período:** No exercício de 2021 a sociedade apresentou Prejuízo Líquido no valor de R\$ 6.136.334,85 (Seis milhões cento e trinta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Tupã (SP), 31 de dezembro de 2021.

**Luiz Fernando dos Santos** – Diretor Presidente  
**Daiane Vidotto Donato** – Diretora-Tesoureira  
**Victor Carlos Monteiro Paiva** – Contador CRC-SP: 1SP 069.844/O-5

## VR Imóveis e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 11.725.582/0001-90

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	2021	2020	Passivo
<b>Circulante</b>	<b>13.940</b>	<b>12.307</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalente de caixa	12.134	10.020	Fornecedores
Valores a receber	7	54	Obrigações fiscais
Impostos a compensar	1.799	425	Outras Obrigações
Imóveis à comercializar	-	1.808	
<b>Não Circulante</b>	<b>20.054</b>	<b>23.385</b>	<b>Não Circulante</b>
Valores a receber	-	1.603	Créditos a pagar com partes relacionadas
Depósitos judiciais	23	23	Provisão para contingências
Investimentos	68	68	Valores a pagar
Imobilizado	19.963	21.691	
			<b>Patrimônio Líquido</b>
			Capital social
			Reserva legal
			Prejuízos acumulados
<b>Total do Ativo</b>	<b>33.994</b>	<b>35.692</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>Receitas líquidas</b>	<b>9.958</b>	<b>636</b>	
Receita de locação de bens imóveis	741	636	
Receita de venda de imóveis	9.217	-	
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(2.622)</b>	<b>(1.566)</b>	
Despesas gerais e administrativas	(2.810)	(1.737)	
Despesas tributárias	(807)	(1)	
Resultado de participações em controladas	535	-	
Resultado financeiro	460	172	
<b>Resultado Operacional</b>	<b>7.336</b>	<b>(930)</b>	
Resultado não operacional	-	19	
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>7.336</b>	<b>(911)</b>	
Imposto de renda e contribuição social	(1.746)	-	
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>5.590</b>	<b>(911)</b>	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>5.590</b>	<b>(911)</b>	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	5.590	(911)	
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:			
Resultado de equivalência patrimonial	(535)	-	
Depreciações e amortizações	958	958	
<b>Variáveis nos ativos e passivos operacionais:</b>	<b>2.209</b>	<b>316</b>	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>8.222</b>	<b>363</b>	
Alienação de imobilizado	769	513	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>769</b>	<b>513</b>	
Permuta de imóveis	(6.877)	6.877	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(6.877)</b>	<b>6.877</b>	
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.114</b>	<b>7.753</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>			
<b>No início do exercício</b>	<b>10.020</b>	<b>2.267</b>	
<b>No fim do exercício</b>	<b>12.134</b>	<b>10.020</b>	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>7. Despesas gerais e administrativas</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
Despesas de serviços de terceiros	(277)	(261)	
Despesas de manutenção	(770)	(513)	
Despesas de amortização e depreciação	(958)	(958)	
Outras	(805)	(5)	
	<b>(2.810)</b>	<b>(1.737)</b>	

1. **Contexto Operacional** – a. **Objeto social:** A VR Imóveis e Serviços S.A. tem como objeto social a administração de bens imóveis próprios ou de terceiros e a participação em outras sociedades comerciais, industriais, agrícolas ou civis, com recursos próprios e/ou oriundos de incentivos fiscais. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras – Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3. **Principais políticas e práticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. a. **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. b. **Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. c. **Imobilizado:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, conforme CPC 27. 4. **Caixa e equivalente de caixa** – Bancos conta movimento e títulos e valores mobiliários – CDB. 5. **Imobilizado** – Terrenos, Imóveis, Imobilizado em andamento e Depreciação acumulada. 6. **Patrimônio líquido** – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 4.456.

A Diretoria Contador - Ademar Ripke Júnior TC CRC 1SP 217.934/O-2

## Ouro fecha em alta, com maior demanda trimestral desde 2018 e de olho em China

O contrato mais líquido do ouro fechou em leve alta nesta quinta-feira. Neste dia 28 de abril, o Conselho Mundial do Ouro (WGC, na sigla em inglês) afirmou que o metal teve a maior demanda desde 2018 no primeiro trimestre deste ano. No radar das mesas de operação, também esteve o avanço do dólar ante rivais e avaliações sobre as medidas restritivas na China para contenção da covid-19. O ouro para junho encerrou a sessão com alta de 0,14%, a US\$ 1.891,30 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

Isto é Dinheiro

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa



# Publicidade Legal

## Via Sudeste Transportes S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.522/0001-87

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro (Em Reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Em reais)										
Ativo	N.E.	2021	2020	DATA	Título da conta	Capital social exerc.	Resultado do período	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingência	Total		
<b>Ativo</b>		<b>413.002.026,53</b>	<b>377.382.621,73</b>	31/12/2019	Lucro Líquido do Exercício	-	5.577.348,23	-	-	-	-	5.577.348,23		
<b>Circulante</b>		<b>211.675.897,66</b>	<b>158.504.982,92</b>	31/12/2019	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>24.992.000,00</b>	-	-	-	-	-	-		
Caixa e Equivalentes de Caixa		707.605,07	166.774,32	02/01/2020	Transf. Do Período para Exerc. Anterior	-	5.577.348,23	(5.577.348,23)	-	-	-	-		
Caixa		697.021,07	164.417,95	31/12/2020	Transf. Para Reserva de Contingência	-	(3.346.408,94)	-	-	-	-	-		
Banco c/movimento	4	10.584,00	2.356,37	31/12/2020	Transf. Para Reserva de Capital	-	(2.230.939,29)	2.230.939,29	-	-	-	-		
Contas a Receber		38.851.263,24	8.322.545,17	31/12/2020	Transf. Para Reserva de Contingência	-	(9.761.108,90)	-	-	-	-	9.761.108,90		
Contas a Receber (Sprans)	5	38.851.263,24	8.322.545,17	31/12/2020	Transf. Para Reserva de Capital	-	(6.507.405,94)	6.507.405,94	-	-	-	-		
<b>Outros Créditos</b>		<b>158.481.340,39</b>	<b>144.487.854,81</b>	31/12/2020	Transf. Para Reserva Legal	-	(1.066.715,77)	-	1.066.715,77	-	-	-		
Veículos Destinados a Venda	6	125.066.935,74	143.719.900,87	31/12/2020	Transf. Para Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-		
Adiantamentos Diversos	7	33.414.404,65	767.953,94	31/12/2020	Transf. Para Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-		
Mútuos	8	5.962.176,75	-	31/12/2020	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-		
Via Sul Transportes Urbanos Ltda		5.962.176,75	-	31/12/2020	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>24.992.000,00</b>	-	-	-	-	-	-		
<b>Estoques</b>		<b>5.993.512,21</b>	<b>4.127.808,62</b>	02/01/2021	Transf.entre contas (fornecedor)	-	(174,72)	-	-	-	-	-		
Almoxarifado		5.993.512,21	4.127.808,62	18/02/2021	Transf.entre contas (processo)	-	43.333,50	-	-	-	-	43.333,50		
<b>Despesas Pagas Antecip.</b>		<b>1.680.000,00</b>	<b>1.400.000,00</b>	01/03/2021	Transf.entre contas (processo)	-	20.007,00	-	-	-	-	20.007,00		
Apropriações de Aluguéis		1.680.000,00	1.400.000,00	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Capital	-	(8.076.150,39)	8.076.150,39	-	-	-	-		
<b>Não Circulante</b>		<b>201.326.128,87</b>	<b>218.877.638,81</b>	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Capital	-	517.244,25	(517.244,25)	-	-	-	-		
Realizável a Longo Prazo		5.442.412,04	35.909.798,79	31/12/2021	Transf. Para Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-		
Depósitos restituíveis	10	894.565,59	22.733.084,35	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-		
Trans com Partes Relacionadas	11	4.547.846,45	13.176.714,44	31/12/2021	Transf. Para Reserva Estatutária	-	(63.165,78)	-	-	-	-	63.165,78		
Consórcio Via Sul		4.547.846,45	13.176.714,44	31/12/2021	Transf.entre contas (processo)	-	-	-	-	-	-	(2.644.152,50)	(2.644.152,50)	
<b>Investimentos</b>		<b>2.035.579,58</b>	<b>1.508.798,35</b>	31/12/2021	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-		
Investimentos/Terminais		2.035.579,58	1.508.798,35	31/12/2021	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>24.992.000,00</b>	-	-	-	-	-	-		
<b>Imobilizado</b>		<b>193.848.137,25</b>	<b>181.459.041,67</b>											
Imobilizado	12	241.376.584,89	201.330.912,80											
(-) Depreciação e amortização		(47.528.447,64)	(19.871.871,13)											
<b>Total Ativo</b>		<b>413.002.026,53</b>	<b>377.382.621,73</b>											
<b>Passivo</b>		<b>413.002.026,53</b>	<b>377.382.621,73</b>											
<b>Circulante</b>		<b>130.312.222,73</b>	<b>81.144.740,05</b>											
Contas a Pagar		1.682.545,50	1.426.609,15											
Aluguel, água, luz		1.682.545,50	1.426.609,15											
Valores a Pagar		16.647.559,39	12.603.341,21											
Fornecedores	13	16.273.542,92	11.052.256,97											
Outras contas a pagar		1.315,73	1.183.524,35											
Serviços Profissionais		372.700,74	367.559,89											
<b>Obrigações Fiscais</b>		<b>266.370,46</b>	<b>413.233,46</b>											
Tributos Federais	14	251.953,35	395.455,31											
Tributos Municipais		8.620,38	11.981,42											
Outros Impostos e Taxas		5.796,73	5.796,73											
<b>Obrigações Trabalhistas</b>		<b>11.509.335,65</b>	<b>18.632.026,32</b>											
Obrigações Trabalhistas e Prev.	15	11.509.335,65	18.632.026,32											
Mútuos	16	3.389.778,31	1.648.781,90											
Viagem Grajau S/A		3.389.778,31	1.648.781,90											
<b>Obrigações por Emprést.</b>		<b>96.816.633,42</b>	<b>46.420.748,01</b>											
Obrigações por Empr. e Financ.	17	96.816.633,42	46.420.748,01											
<b>Não Circulante</b>		<b>225.808.220,75</b>	<b>244.334.218,05</b>											
Valores a Pagar		225.808.220,75	244.334.218,05											
Empréstimos e Financiamentos	17	141.503.557,48	175.355.606,51											
Mútuos	18	3.650.952,73	10.948.102,83											
Contas a pagar de processos judiciais	19	80.653.710,54	58.030.508,71											
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>56.881.583,05</b>	<b>51.903.663,63</b>											
Capital Social	20	24.992.000,00	24.992.000,00											
<b>Reserva de Capital</b>		<b>16.297.251,37</b>	<b>8.738.345,23</b>											
Reserva de Capital		16.297.251,37	8.738.345,23											
<b>Reserva de Lucros</b>		<b>15.592.331,68</b>	<b>18.173.318,40</b>											
Reserva Legal		1.066.715,77	1.066.715,77											
Reserva para contingência		14.525.615,91	17.106.602,63											
Reserva Estatutária		-	-											
<b>Total Passivo</b>		<b>413.002.026,53</b>	<b>377.382.621,73</b>											

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021. (Valores expressos em reais).**

**1. Contexto Operacional** – A Via Sudeste Transportes S/A. é uma empresa que tem por objetivo a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros e seus atos constitutivos registrados na Jucesp em 05 de dezembro de 2018, iniciou suas operações em março de 2019 operando com cerca de 691 veículos ônibus e responsável por 51% dos passageiros transportados no sistema de ônibus municipal da área sudeste no município de São Paulo, conforme contrato de concessão com a Secretaria Municipal de Transportes da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita é a remuneração recebida da São Paulo Transportes S.A. – SPTRANS., pela prestação de serviço de transporte. Considerando que esta concessionária e a Via Sul Transporte Urbano Ltda., firmaram entre si, Contrato de Aliança para Cooperação Técnica e Operacional com a finalidade de garantir a esta concessionária a capacitação técnica e operacional necessárias para atender às exigências das Concorrências 001/2015-SMT/GAB Contrato 023/19 Lote E4., 002/2015-SMT/GAB Contrato 034/19 Lote AR5 e Contrato nº 091/19-SMT/GAB. Firmaram entre si, instrumento particular

de sub-rogação pelo qual esta subsidiária, sub-roga-se em todos os financiamentos devidos pela VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA, nos termos dos Artigos 347, II e 349 do Código Civil Brasileiro, bem como prometem ceder os direitos e obrigações deles decorrentes, no valor de R\$ 174.117.063,53 fazendo-o na melhor forma de direito.

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos, dispositivos alterados e outros revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941/09 e 12.973/2014. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **3. Principais Práticas Contábeis** – **a) Ajuste do Resultado:** As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. **b) Ativos e Passivos:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data do balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, conseqüentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. **c) Ajuste a valor presente:** Não houve a necessidade de ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12. **d) Estoques:** Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. **e) Imobilizado:** Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. **f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo:** Os registros são efetuados pelo valor líquido de realização. **g) Passivo Circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores dos documentos (notas fiscais, contratos e documentos correspondentes, etc., acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais). **h) Empréstimos e Financiamentos Bancários:** Registra os valores principais atualizados dos contratos de financiamento, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. **i) Tributação: PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social.** O PIS e a COFINS têm sua base de cálculo a Receita Bruta à alíquota de 3,65%. Por força da Lei nº 12.860 as contribuições para o PIS e a COFINS foram reduzidas à alíquota zero (zero), a partir de maio de 2013. Nossa empresa possuía em 31/12/2021, um número de 3.083 empregados diretos, beneficiando indiretamente um número ainda maior de famílias da Zona Sudeste de São Paulo. Mais do que merecido foi o benefício

da desoneração da folha de pagamento para o setor de transporte através da edição da lei nº 12.546/2011, e ampliada por alterações posteriores Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2013 e Lei nº 12.844/2013 que reduziu a contribuição patronal que era de 20% sobre a folha de pagamento para 2% sobre a Receita Operacional. O imposto de renda e contribuição social estão enquadrados no regime de tributação do Lucro Real trimestral, que utiliza as alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro real. **j) Remuneração e Encargos:** Esta conta é representada pelo saldo em 31.12.2021 dos salários, das férias, do pró-labore, dos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições a pagar, bem como dos valores do parcelamento de INSS vencíveis em curto prazo.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2021, com base em documentos e informações apresentados pela sociedade.

Francisco Parente dos Santos – Diretor  
Vicente dos Anjos Dinis Ferraz – Diretor  
José Crisóstomo da Silva – CRC.1SP093845/O-6

## EDSP 88 Participações S.A.

CNPJ/MF N°: 08.720.701/0001-07

Balanco Patrimonial			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	2020	2019	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total	
<b>Circulante</b>			44.308	5.034	(32.890)	61	16.512	
Outros realizáveis	18.931	18.931	-	-	-	-	-	
Reserva de Lucros	18.931	18.931	-	-	-	-	-	
<b>Permanente</b>			-	-	61	(61)	-	
Investimentos	10.400	10.475	-	-	212	(212)	212	
Investimentos	10.400	10.475	-	-	212	(212)	212	
<b>Total do ativo</b>	<b>29.332</b>	<b>29.406</b>	<b>44.308</b>	<b>5.034</b>	<b>(32.830)</b>	<b>212</b>	<b>16.724</b>	
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Dividendos propostos	138	138	-	-	-	(212)	-	
Outros credores	12.543	12.543	-	-	-	(74)	(74)	
Outros credores	12.682	12.682	-	-	-	(74)	(74)	
<b>Patrimônio líquido</b>								
Capital social	44.308	44.308	-	-	-	-	-	
Reservas de Lucro	5.034	5.034	-	-	-	-	-	
Resultados Acumulados	(32.618)	(32.830)	-	-	-	-	-	
Resultado do Período	(74)	212	-	-	-	(74)	(74)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>16.650</b>	<b>16.724</b>						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>29.332</b>	<b>29.406</b>						
<b>Demonstração do Resultado</b>			<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>					
	2020	2019	2019	2018	2020	2019		
<b>Receita operacional líquida</b>	-	-	Receitas	-	-	-	-	
<b>Custo operacional</b>	-	-	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	-	-	
Na incorporação e venda de imóveis	-	-	Insumos adquiridos de terceiros	(74)	212	-	-	
<b>Lucro bruto</b>	-	-	Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	-	
(Despesas) receitas operacionais	-	-	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	-	-	
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	Valor adicionado bruto	-	-	-	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(74)	212	Retenções	-	-	-	-	
<b>Lucro antes do imposto de renda e CSLL</b>	<b>(74)</b>	<b>212</b>	Depreciação, amortização e exaustão	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	Valor adicionado recebido em transferência	(74)	212	-	-	
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>(74)</b>	<b>212</b>	Resultado de equivalência patrimonial	(74)	212	-	-	
			Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	
			Resultado financeiro	-	-	-	-	
			Valor adicionado total a distribuir	(74)	212	-	-	
			Distribuição do valor adicionado	(74)	212	-	-	
			Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	
			Juros e aluguéis	-	-	-	-	
			Lucro do exercício	(74)	212	-	-	
			e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. <b>3. Principais práticas contábeis:</b> (a) Investimentos em controladas: Os investimentos nas controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual, uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades.					

## Dólar a R\$ 5 limita alívio com IGP-M e petróleo e taxas de juros operam estáveis

Os juros futuros começaram a sessão em baixa, em meio à desaceleração do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) de abril e recuo do petróleo, mas em seguida renovaram máximas, em sintonia com o movimento do dólar, que passou novamente de R\$ 5,00. Há pouco, as taxas estavam mais perto da estabilidade. Além disso, o mercado aguarda pelo leilão de LTN e NTN-F (11 horas). Às 10h18, a taxa do contrato de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 marcava 12,995%, de 12,978% no ajuste anterior.











## Prandine Participações S.A.

CNPJ nº 05.004.351/0001-94

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>ATIVO</b>						
Circulante	2.001	2.001	Receita operacional líquida	-	Lucro líquido do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	Custo dos produtos e serviços vendidos	-	Ajustes para conciliar o lucro líquido	-
Estoques	1.995	1.995	Lucro bruto	-	ao caixa originário das atividades	-
Não circulante	103	103	Receitas (Despesas), Operacionais:		operacionais:	
Imobilizado	103	103	Administrativas e gerais	-	Equivalência patrimonial	-
Total do ativo	2.104	2.104	Lucro operac. antes do resultado financeiro	-	Redução (aumento) dos ativos	-
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			Resultado financeiro	-	operacionais:	-
Circulante	567	567	Receitas financeiras	-	Aumento (redução) dos passivos	-
Outras Obrigações	567	567	Despesas financeiras	-	operacionais:	-
Não circulante	-	-	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	-		-
Patrimônio líquido	1.537	1.537	O IRPJ e CSLL	-	Caixa gerado nas atividades operacionais	-
Capital social	437	437	Corrente	-	Caixa líquido gerado pelas atividades	-
Reserva de lucros	1.100	1.100	Lucro líquido do exercício	-	operacionais	-
Total do passivo e patrimônio líquido	2.104	2.104	Qtd. ponderado de ações do capital social	1.128	Fluxo de caixa de operações de	-
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.		Lucro básico e diluído por ação - R\$		-	investimentos:	-
		As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.		-	Caixa aplicado nas atividades de	-
				-	investimentos	-
				-	Fluxo de caixa de operações de	-
				-	financiamentos:	-
				-	Caixa gerado pelas atividades de	-
				-	financiamentos	-
				-	Aumento (redução) de caixa e equivalente	-
				-	de caixa	-
				-	Caixa e equivalente de caixa - no início	6
				-	do exercício	6
				-	Caixa e equivalente de caixa - no fim do	6
				-	exercício	6
				-	As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.	-

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reserva de lucros						Total
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	
Saldo em 31/12/2019		437	-	1.100	-	-	1.537
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva de capital de giro	3 c)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020		437	-	1.100	-	-	1.537
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva de capital de giro	3 c)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021		437	-	1.100	-	-	1.537

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto Operacional:** A Prandine Participações S.A. ("Companhia") com sede em São Paulo - SP tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis e locação de bens. **Impactos Covid-19:** No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em home office na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Principais práticas contábeis:** 2.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de Elaboração: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **d) Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **e) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art. 15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art. 15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60. **f) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **g) Reconhecimento de receita:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **h) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **i) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios. **3. Patrimônio Líquido:** **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reserva Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva para capital de giro:** Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º, da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2021, tivemos um excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021. **4. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2021.

## DIRETORIA

José Marino Prandine - Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento - Contadora - CRC 1SP159.572/O-2

## Magnamed Tecnologia Médica S.A.

CNPJ/ME nº 01.298.443/0001-73 - NIRE 35.300.370.601

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 11 de maio de 2022

Ficam convocados os acionistas da Magnamed Tecnologia Médica S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada de modo exclusivamente digital no dia 11 de maio de 2022, às 10:00 horas, por meio da Plataforma digital indicada abaixo, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar a conta dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar a assinatura de Convênio Vendor Eletrônico Itaú para Concessão de Financiamentos, a ser celebrado por e entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), por meio do qual o Itaú Unibanco passará a poder conceder aos clientes da Companhia financiamentos para a aquisição de bens e serviços da Companhia, até o valor global de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências que se façam necessárias para a implementação da deliberação acima. **Forma de Realização e Participação:** Para participação na AGOE os acionistas ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia o documento de identidade com foto, os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal ou o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, mediante envio de e-mail ao endereço jurídico@ magnamed.com.br. A Companhia informa que, nos termos da Instrução Normativa nº 79 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, a AGOE será realizada de maneira digital, de modo que os acionistas apenas poderão participar e votar mediante atuação remota, via sistema eletrônico. A AGOE será realizada por meio da plataforma digital Zoom. Para participarem por meio da plataforma digital os acionistas ou, conforme o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação de acesso à Companhia para o endereço eletrônico indicado acima com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário designado para a realização da AGOE. Os acionistas presentes na AGOE, por meio da plataforma digital, deverão exercer os seus respectivos direitos de voto e serão considerados presentes e assinantes, sem prejuízo de Lista de Presença e deliberações da AGOE, que será encaminhada para posterior assinatura. O acesso à plataforma digital é pessoal e intransferível, não devendo ser compartilhado com terceiros. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio da plataforma digital. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos acionistas no que diz respeito a presente convocação da AGOE. São Paulo, 26 de abril de 2022. **Wataru Ueda** - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/04/2022)

## Bolsas de NY fecham em alta, apoiadas por balanços melhores que o previsto

Os mercados acionários de Nova York registraram ganhos, nesta quinta-feira, 28. Resultados trimestrais de algumas empresas ampararam o movimento, mesmo após uma leitura pior do que a previsão do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no primeiro trimestre e com uma notícia que pode significar maior acirramento entre a Rússia e o Ocidente por causa da guerra na Ucrânia. O índice Dow Jones fechou em alta de 1,85%, em 33.916,39 pontos, o S&P 500 subiu 2,47%, a 4.287,50 pontos, e o Nasdaq teve alta de 3,06%, a 12.871,53 pontos.

A abertura já foi positiva, com investidores repercutindo balanços publicados após o fechamento misto da quarta-feira. Meta foi destaque,

com alta de 147,59%, após a controladora do Facebook registrar resultados melhores que o previsto. Twitter teve alta de 0,97%, também após balanço, enquanto Caterpillar recuou 0,71%, depois de seus resultados.

O quadro nos mercados acionários chegou a ficar misto no fim da manhã, após o Wall Street Journal informar a partir de fontes que a Alemanha retirou sua oposição a um embargo ao petróleo da Rússia. À tarde, porém, o impulso foi retomado, com várias máximas dos índices. Ainda no dia, o PIB dos EUA recuou 1,4% no primeiro trimestre, em números anualizados, o que contrariou a expectativa de avanço de 1,0% dos analistas.

Isto é Dinheiro

## Lula sela apoio de PSB e Rede e diz que nunca "Brasil precisou tanto de nós como agora"

Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu em Brasília, nesta quinta-feira, a temporada de apoios a sua candidatura à Presidência em encontros com o PSB e a Rede em que deixou claro estar "de braços abertos" a quem mais quiser aderir. À aliança de sete partidos -incluindo o PT-, Lula convocou os presentes para trabalhar pela eleição e por um novo governo. "Nunca antes na história desse país o Brasil precisou tanto de nós como está precisando agora", discursou.

"Não é uma eleição de um conjunto de pessoas que querem só ganhar a eleição e governar o país. A eleição é mais do que isso. A sociedade brasileira está precisando de alguém para salvar o país, para cuidar do povo brasileiro, para reedificar a soberania desse país." Lula voltou a defender a chapa com o ex-governador Geraldo Alckmin, criticada pelo fato de os dois terem estado em lados opostos na maior parte das suas vidas políticas. Hoje no PSB, Alckmin foi do PSDB por décadas, tendo sido adver-

sário direto do petista na disputa presidencial de 2006. Respondendo aqueles que têm questionado por que os dois agora estão juntos, o ex-presidente afirmou: "Porque isso chama-se política, isso chama-se maturidade, compromisso com esse país e com o povo brasileiro". Os encontros com o PSB e com a Rede Sustentabilidade abriram a temporada de declarações de apoio à candidatura de Lula e de Alckmin, que será o vice na chapa. Ao longo dos próximos dias, PSOL e Solidariedade também farão atos de apoio

a Lula, somando-se ainda ao PV e ao PCdoB, que formarão uma federação com o PT. "Estamos agora recebendo apoio da Rede, à noite vamos consolidar apoio do PSB, no dia 3 com o Solidariedade, no sábado à noite no PSOL", disse mais cedo nesta quinta. "Quem governar esse país tem que governar com coração de mãe, que é o mais bondoso. Quero avisar quem não veio ainda, estamos de braços abertos para receber todos que querem recuperar esse país." Em negociações para uma federação com o PSOL,

e por insistência de algumas de suas principais lideranças, a Rede declarou apoio irrestrito a Lula -algo que o único senador do partido, Randolfé Rodrigues (AP), deixou claro: "A sua candidatura não é de uma eleição. Em outubro está em jogo o destino de uma nação. Receba aqui o apoio incondicional da Rede". Mas Marina Silva, fundadora da Rede e ainda hoje um de seus principais nomes e ex-ministra de Lula, e a ex-senadora Heloísa Helena não estavam presentes.

Reuters



# Publicidade Legal

## Abaia Participações S.A.

CNPJ nº 10336085000137

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

Balancos patrimoniais	Demonstração dos resultados				Demonstrações dos fluxos de caixa							
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>												
<b>Circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	425	2	698.380	1.725.705								
Contas a receber de clientes	-	-	2.426.449	4.818.785								
Estoques	-	-	2.956.888	2.911.223								
Outros recebíveis	3.447	3.447	2.084.172	2.778.022								
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.872</b>	<b>3.449</b>	<b>8.165.889</b>	<b>12.233.735</b>								
<b>Não circulante</b>												
Ativo fiscal diferido	-	-	87.339	74.307								
Investimentos	5.144.051	4.680.611	-	4.123								
Imobilizado	-	-	14.678.539	17.077.360								
Intangíveis	-	-	13.688.187	14.325.597								
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.144.051</b>	<b>4.680.611</b>	<b>28.454.065</b>	<b>31.481.387</b>								
<b>Total do ativo</b>	<b>5.147.923</b>	<b>4.684.060</b>	<b>36.619.954</b>	<b>43.715.122</b>								
<b>Passivo</b>												
<b>Circulante</b>												
Fornecedores	-	-	5.442.436	4.066.887								
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.599.628	9.108.722								
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	-	3.002.144	2.668.435								
Outras contas a pagar	29.959	28.559	3.928.256	6.061.619								
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>29.959</b>	<b>28.559</b>	<b>16.972.464</b>	<b>21.905.663</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	8.088.419	9.891.891								
Outras contas a pagar	-	-	3.954.912	5.021.175								
Provisão para perdas em investimento	-	-	112.974	1.848.506								
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.156.305</b>	<b>16.761.572</b>								
Capital social	16.080.881	16.080.881	16.080.881	16.080.881								
Reserva de ágio na emissão de ações	3.801.658	5.012.296	3.801.658	5.012.296								
Prejuízos acumulados	(14.764.575)	(16.437.676)	(14.764.575)	(16.437.676)								
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.117.964</b>	<b>4.655.501</b>	<b>5.117.964</b>	<b>4.655.501</b>								
<b>Participação de não controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.373.221</b>	<b>392.386</b>								
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.147.923</b>	<b>4.684.060</b>	<b>36.619.954</b>	<b>43.715.122</b>								
Marco José Perlman - Diretor Presidente Crislaine Aparecida Machado Esser - CRC 15C-044061/O-6												

## EMPARSANCO S.A.

CNPJ/M.F. Nº 56.473.317/0001-08

Rua Tiradentes, 3207 - Bairro Santa Terezinha - São Bernardo do Campo - São Paulo/SP - CEP 09780-000

### Relatório da Diretoria

Prezados: Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos a V.Sas. a apreciação das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31.12.21 e 31.12.2020 para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Sas. São Bernardo do Campo (SP), 25 de abril de 2022.

### Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Ativo	Balancos Patrimoniais		Passivo		Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>198.361.426,72</b>	<b>194.567.958,55</b>	<b>116.405.120,51</b>	<b>105.714.659,05</b>	<b>4.127.294,02</b>	<b>18.459.613,04</b>
Disponibilidades	19.085,78	32.137,65	26.854.404,07	26.594.308,44	4.127.294,02	18.459.613,04
Caixa e Bancos	19.085,78	32.137,65	33.328.833,96	30.770.162,92	(470.724,09)	(2.061.994,23)
<b>Realizável a Curto Prazo</b>	<b>198.342.340,94</b>	<b>194.535.820,90</b>	<b>41.034.363,82</b>	<b>40.606.098,58</b>	<b>3.656.569,93</b>	<b>16.397.618,81</b>
Clientes	42.419.465,26	42.250.175,44	7.800.021,61	90.611,04	(9.999.521,94)	(6.192.934,86)
Impostos a Recuperar	501.225,41	472.857,40	7.387.497,05	7.653.478,07	(9.999.521,94)	(6.192.934,86)
Adiantamentos Diversos	17.793.201,12	16.888.420,38	<b>116.793.261,99</b>	<b>114.214.642,69</b>	<b>3.226.089,39</b>	<b>(5.885.235,58)</b>
Construções em Andamento	5.756.080,30	5.756.080,30	33.527.829,00	33.795.513,61	(9.569.041,40)	4.319.448,37
Estoques	12.111,05	27.373,67	39.794.345,08	39.794.345,08	28,97	28,97
Imóveis/Terrenos a Comercializar	35.049.000,00	35.049.000,00	43.471.087,91	40.624.784,00	(9.569.012,43)	4.319.448,37
Créditos de Interligadas	28.338.066,16	37.415.442,92	57.370.000,00	57.370.000,00	0,00	(1.012.113,35)
Adiantamentos a Sócios	68.473.191,64	56.676.470,79	74.709.154,62	74.709.154,62	0,00	(274.265,30)
<b>Não Circulante</b>	<b>114.531.443,22</b>	<b>114.624.843,06</b>	<b>42.815.654,75</b>	<b>(46.122.989,77)</b>	<b>(9.569.012,43)</b>	<b>3.307.335,02</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>62.866.529,17</b>	<b>62.866.529,17</b>	<b>312.892.869,94</b>	<b>309.192.801,61</b>	<b>3.307.335,02</b>	<b>3.307.335,02</b>
Outros Créditos	62.866.529,17	62.866.529,17	Reservas de Capital	74.709.154,62	74.709.154,62	74.709.154,62
Investimentos	47.295.088,00	47.295.088,00	Prejuízos Acumulados	(42.815.654,75)	(46.122.989,77)	(46.122.989,77)
Imobilizado Líquido	4.369.826,05	4.463.225,89	Lucro/Prejuízo do Exercício	(9.569.012,43)	3.307.335,02	3.307.335,02
<b>Total Do Ativo</b>	<b>312.892.869,94</b>	<b>309.192.801,61</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>312.892.869,94</b>	<b>309.192.801,61</b>	<b>309.192.801,61</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)</b>						
<b>Saldos em</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas Legais</b>	<b>Lucros/prejuízos Acumulados</b>	<b>Totais</b>	
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	57.370.000,00	74.709.154,62	-	(42.815.654,75)	89.263.499,87	
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	(9.569.012,43)	(9.569.012,43)	
Realização/Constituição de Reservas	-	-	-	(52.384.667,18)	(52.384.667,18)	
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.569.012,43)</b>	<b>(9.569.012,43)</b>	
<b>Saldo Final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>57.370.000,00</b>	<b>74.709.154,62</b>	<b>-</b>	<b>(52.384.667,18)</b>	<b>79.694.487,44</b>	
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais)</b>						
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>		
Lucro Líquido Antes do IRPJ e CSSL	(9.569.012,43)	3.307.335,02	254.632,74	953.535,95		
Depreciação	93.399,84	95.711,79				
<b>(Aumento/ Diminuição) nos Ativos Operacionais</b>	<b>(9.475.612,59)</b>	<b>3.403.046,81</b>				
Valores a Receber	R\$ (169.289,82)	525.329,13				
Impostos a Compensar	R\$ (28.368,01)	(0,02)				
Adiantamentos Diversos	R\$ (904.780,74)	(3.807.016,94)				
Estoques	15.262,62	-				
Adiantamento a Sócios	(11.796.720,85)	4.423.754,36				
Créditos de Interligadas	9.077.376,76	(8.592.102,84)				
<b>(Aumento/ Diminuição) nos Passivos Operacionais</b>	<b>(3.806.520,04)</b>	<b>(7.450.036,31)</b>				
Fornecedores	260.095,63	(121.537,34)				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.558.671,04	3.442.784,38				
Obrigações Fiscais e Tributárias	162.284,22	1.931.590,26				
Empréstimos e Financiamentos	-	(249.999,90)				
Outra Obrigações	10.555.714,48	(2.311,95)				
<b>Total</b>	<b>13.536.765,37</b>	<b>5.000.525,45</b>				
Diretoria: Ricardo Furlan Rodrigues - Presidente Contadora: Marileide da Silva Tenório Santana - CRC/SP-184.151/O-9						

## B3 mantém inclusão das ações da SLC Agrícola na terceira prévia do Ibovespa

A B3 divulgou nesta quinta-feira, 28, a terceira prévia da carteira teórica do Ibovespa que valerá para o período de 2 de maio a 2 de setembro de 2022, com base no pregão da quarta-feira, 27. A versão mantém a inclusão das ações ON da SLC Agrícola, anunciada no dia 1º, agora com peso de 0,256%. A prévia não excluiu nenhum papel do índice, que passa a ter 92 ativos de 89 empresas.

Entre as ações de maior peso, Vale ON aparece na liderança com 15,117%. Em seguida está Petrobras PN, com 6,70%; Itaú Unibanco, com 5,718%; Bradesco PN, com 4,632% e Petrobras ON, com 4,384%.

Segundo a Metodologia do Índice Bovespa (Ibovespa), são selecionados para compor o Ibovespa os ativos que atendam cumulativamente aos critérios como estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das três carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 85% do somatório total desses indicadores.

Isto é Dinheiro

### Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 08.455.185/0001-30 - NIRE 35.300.353.161

Aviso aos Acionistas - Adiantamento da Assembleia Geral Ordinária

Fica comunicado aos acionistas da Águas de Itu Gestão Empresarial S.A. - Em Recuperação Judicial, sociedade anônima devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.455.185/0001-30, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35300353161, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Augusta, nº 890, 9º andar, cj. 905, Consolação, CEP 01304-001 o ADIAMENTO da Assembleia Geral Ordinária que se realizaria no dia 29 de abril de 2022, às 11:00 horas em primeira convocação, e às 11:15 horas em segunda convocação. Oportunamente, os acionistas serão comunicados acerca de uma nova data para realização da Assembleia Geral Ordinária a fim de deliberar sobre as matérias elencadas no Edital de Convocação datado de 13 de abril de 2022. São Paulo, 28 de abril de 2022.

Reinaldo Bertin - Presidente do Conselho de Administração

### Heber Participações S/A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 01.523.814/0001-73 - NIRE 35.300.346.882

Aviso aos Acionistas - Adiantamento da Assembleia Geral Ordinária

Fica comunicado aos acionistas da Heber Participações S/A. - Em Recuperação Judicial, sociedade anônima devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.523.814/0001-73, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35300346882, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, cj. 54, sala 1, o ADIAMENTO da Assembleia Geral Ordinária que se realizaria no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas em primeira convocação, e às 10:15 horas em segunda convocação. Oportunamente, os acionistas serão comunicados acerca de uma nova data para realização da Assembleia Geral Ordinária a fim de deliberar sobre as matérias elencadas no Edital de Convocação datado de 13 de abril de 2022. São Paulo, 28 de abril de 2022.

Silmar Roberto Bertin - Presidente do Conselho de Administração



## FBR Soluções Participações S/A

CNPJ/MF nº 24.272.720/0001-74

Balancos Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de R\$)

Ativo	Nota Explicativa		Nota Explicativa	
	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>361</b>	<b>478</b>	<b>418</b>	<b>635</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	76	–	173
Ativos financeiros	5	–	17	342
Contas a receber de clientes	6	–	20	–
Impostos e contribuições a recuperar	8	8	19	76
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	260	129	129
Outros créditos	9	17	34	–
<b>Não Circulante</b>	<b>190.740</b>	<b>212.923</b>	<b>8.207</b>	<b>267</b>
IRPJ e CSLL diferidos	10	–	21.a	8.207
Valores a receber de partes relacionadas	21.a	–	247	–
Investimentos	11	190.740	212.629	–
Imobilizado	12	–	294	–
Intangível	13	–	–	–
Outros créditos	9	–	–	–
<b>Total do Ativo</b>	<b>191.101</b>	<b>213.401</b>	<b>191.101</b>	<b>213.401</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de R\$)

**1. Informações Gerais:** A FBR Soluções Participações S/A é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1306, conjunto 51, Sala 03, Jardim Paulistano, CEP: 01.451-914. A Sociedade foi constituída em 29/02/2016 tendo como objeto principal a participação em outras sociedades, empresas, empreendimentos ou consórcios, como acionista, sócia, quotista, consorciada ou investidora. Em 03/09/2018 a empresa conferiu suas quotas de emissão da CDHI Brasil, para integralização de aumento do capital social de sua investida UP Brasil – Policard Systems e Serviços S.A. Em 01 de janeiro de 2020, a controlada indireta UP Brasil Administração e Serviços Ltda. "UP Brasil" passou a ser controlada direta da Companhia ao incorporar a UP Brasil – Policard Systems e Serviços S.A. "Policard", em uma operação de incorporação reversa. **2. Base para Elaboração das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** 2.1. **Apresentação das demonstrações financeiras e base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC). Para os assuntos não tratados nesta norma, são aplicadas as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.637/07, Medida Provisória nº 449/08 e nº 11.941/09 e as práticas contábeis contidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para contingências e perdas relacionadas a contas a receber. **2.2. As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:** **a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda do principal ambiente econômico funcional e de apresentação, arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **c) Outros ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ocorridos até a data do balanço. **d) Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais descritas na nota explicativa nº 9, que correspondem à estimativa referente à expectativa de vida útil do ativo imobilizado. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e a reparos quando incorridos são registrados no resultado. **e) Redução do valor recuperável dos ativos:** A Administração da FBR não identificou no imobilizado ou em outros ativos não circulantes evidências de perdas não recuperáveis a fim de que fosse necessário reconhecimento no resultado. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **g) Apuração do resultado do exercício:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo da rubrica

Imobilizado	Taxa Anual		Custo		Depreciação		Custo		Depreciação	
	Depreciação	Corrigido	Acumulada	Residual	Acumulada	Residual	Acumulada	Residual	Acumulada	Residual
Equipamentos de Informática	20%	–	–	0	11	7	–	4	–	–
Veículos	20%	–	–	0	468	178	290	–	–	–
					479	185	294	–	–	–

Intangível	Taxa Anual		Custo		Amortização		Custo		Amortização	
	Amortização	Corrigido	Acumulada	Residual	Acumulada	Residual	Acumulada	Residual	Acumulada	Residual
Direito Uso Software	20%	–	–	–	–	–	–	–	–	–
					1	1	–	–	1	–

Mutações do Imobilizado:	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>294</b>	<b>389</b>		
Adições – Equipamentos de Informática	–	–	35	12
Adições – Veículos	–	–	86	157
Alienações	–	–	221	242
(-) Depreciação	(294)	(95)	342	411
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>–</b>	<b>294</b>		
Mutações do Intangível:				
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>–</b>	<b>1</b>		
Adições – Software	–	–	–	–
(-) Amortização	–	(1)	–	–
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>–</b>	<b>–</b>		

**10. Empréstimos e Financiamentos a Pagar:** Nessa rubrica estão representados os valores referentes a Leasings Financeiros para a aquisição de veículos necessários para a atividade operacional da empresa.

Curto Prazo	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Leasing Financeiro a Pagar	–	173	–	173
<b>Longo Prazo</b>	<b>–</b>	<b>173</b>	<b>–</b>	<b>173</b>
Leasing Financeiro a Pagar	–	20	–	20

**11 Salários, Encargos e Provisões Trabalhistas:** Estão representados, basicamente por salários a pagar, férias e encargos sociais incorridos até a data do balanço conforme demonstramos abaixo:

Passivo	Nota Explicativa		Nota Explicativa	
	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>	<b>418</b>	<b>635</b>	<b>418</b>	<b>635</b>
Empréstimos e financiamentos	16	–	16	–
Salários, provisões e encargos sociais	17	342	17	342
Impostos e contribuições a recolher	20	–	20	–
Outros débitos e valores	19	76	19	76
<b>Não Circulante</b>	<b>8.207</b>	<b>267</b>	<b>8.207</b>	<b>267</b>
Empréstimos e financiamentos	16	–	16	–
Valores a pagar a partes relacionadas	21.a	8.207	247	–
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>182.476</b>	<b>212.499</b>	<b>182.476</b>	<b>212.499</b>
Capital Social	22.a	32.948	32.948	–
Reserva de Capital	22.b	209.985	209.985	–
Prejuízos acumulados	22.d	(60.457)	(30.434)	–
<b>Total do Passivo</b>	<b>191.101</b>	<b>213.401</b>	<b>191.101</b>	<b>213.401</b>

"Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder do Grupo, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
	76	293	76	293

**4. Dividendos a receber:** Não houve proposta de dividendos, em virtude da apuração de prejuízo. **5. Impostos a Recuperar:** Os valores de impostos a recuperar que serão objeto de compensação futura estão demonstrados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
	1	13	3	8
	4	–	–	–
	–	1	–	–
	8	22	–	–

**6. Valores a receber de partes relacionadas:** Os valores dessas rubricas referem-se ao saldo de reembolso de despesas a receber da controladora e acionistas minoritários, com observação das condições estabelecidas na Solução de Divergência COSIT nº 23/2013.

**7. Outros créditos:** Despesas antecipadas referente a Seguros a apropriar e adiantamentos diversos, conforme demonstramos a seguir:

Prêmios de seguro a apropriar	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a Funcionários	17	18	–	–
Adiantamento a fornecedores	–	–	–	–
	17	34	–	–

**8. Investimento:** O investimento na sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como Receita (ou Despesa) operacional. Na data do encerramento do balanço a FBR possuía o seguinte investimento em Controladas:

Controlada	% Participação	
	2021	2020
UP Brasil Administração e Serviços LTDA	100,00%	–
Os saldos dos investimentos e equivalências patrimoniais estão demonstrados no Balanço conforme abaixo:		
Investimento Up Brasil Administração	115.895	107.895
Equivalência Patrimonial Up Brasil Administração (53.657)	(53.657)	(23.768)
Ágio Up Brasil Administração	77.876	77.876
Ágio Empório Card	50.626	50.626
	<b>190.740</b>	<b>212.629</b>

**9. Imobilizado e Intangível:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada em cada ativo pelo modo linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzindo da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzindo das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

**12. Imposto e Contribuições a Recolher:**

Contas a pagar – suprimentos	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Outros credores diversos	40	20	36	31
	76	51	–	–

**14. Valores a pagar a partes relacionadas:** A Sociedade formalizou contrato de mútuo em 05/01/2017 mediante empréstimo para Up Brasil Adm. e Serviços Ltda.

Mútuo a pagar – Up Brasil	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
	8.207	247	8.207	247

**15. Capital Social:** O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.948.175,58 (Trinta e dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos),

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de R\$)

Despesas com pessoal	Nota Explicativa		Nota Explicativa	
	2021	2020	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	25	(1.570)	26	(1.570)
Outras receitas (despesas)	–	–	–	–
operacionais, líquidas	27	2.004	27	2.899
Amortização e Depreciação	12 e 13	(88)	12 e 13	(96)
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e do IRPJ e da CSLL</b>	<b>166</b>	<b>61</b>	<b>166</b>	<b>61</b>
Receitas financeiras	29	1	29	3
Despesas financeiras	29	(284)	29	(69)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>28</b>	<b>(283)</b>	<b>28</b>	<b>(66)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	(29.889)	11	(23.126)
<b>Resultado antes do IRPJ e da contribuição social</b>	<b>(30.066)</b>	<b>(23.131)</b>	<b>(30.066)</b>	<b>(23.131)</b>
IRPJ e CSLL – Correntes	10	(16)	10	(16)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(30.022)</b>	<b>(23.131)</b>	<b>(30.022)</b>	<b>(23.131)</b>
<b>Resultado por Ação – 15.098.638 ações</b>	<b>(1,99)</b>	<b>(1,53)</b>	<b>(1,99)</b>	<b>(1,53)</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de R\$)

Saldo em 31/12/2019	Capital Social de Capital		Prejuízos Acumulados		Total
	2019	2019	2019	2019	
Resultado do exercício	–	–	(6.661)	(23.131)	(23.131)
Varição relativa na participação de controladas	–	–	(642)	(642)	(642)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>32.948</b>	<b>209.985</b>	<b>(30.434)</b>	<b>212.499</b>	<b>212.499</b>
Resultado do exercício	–	–	(30.022)	(30.022)	(30.022)
Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>32.948</b>	<b>209.985</b>	<b>(60.456)</b>	<b>182.476</b>	<b>182.476</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de R\$)

Lucro líquido do exercício	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Depreciação e amortização	88	96	88	96
Provisão PLR	62	83	62	83
Equivalência patrimonial	29.889	23.126	29.889	23.126
Aumento de Investimento	(8.000)	–	(8.000)	–
Provisão Juros com Partes relacionadas	246	28	246	28
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>(7.737)</b>	<b>202</b>	<b>(7.737)</b>	<b>202</b>
<b>Varições nos ativos e passivos</b>	<b>7.755</b>	<b>(80)</b>	<b>7.755</b>	<b>(80)</b>
(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	14	(11)	14	(11)
(Aumento) redução de outros ativos	17	(2)	17	(2)
Aumento (redução) de salários, provisões e encargos sociais	(131)	(54)	(131)	(54)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	–	(5)	–	(5)
Aumento (redução) de outros débitos e valores	25	(13)	25	(13)
Aumento (redução) de partes relacionadas	7.830	5	7.830	5
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>206</b>	<b>–</b>	<b>206</b>	<b>–</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado	–	–	–	–
Baixas de bens do ativo Imobilizado	–	–	–	–
Alienação de imobilizado	206	–	206	–
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>(441)</b>	<b>57</b>	<b>(441)</b>	<b>57</b>
Entrada (amortização) de empréstimos/financiamentos obtidos	(194)	(165)	(194)	(165)
Entrada (amortização) de mútuo com partes relacionadas	(247)	222	(247)	222
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(217)</b>	<b>179</b>	<b>(217)</b>	<b>179</b>
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	293	114	293	114
No final do exercício	76	293	76	293
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(217)</b>	<b>179</b>	<b>(217)</b>	<b>179</b>

representado por 15.098.638 (Quinze milhões, noventa e oito mil e seiscentos e trinta e oito) ações ordinárias, no valor de R\$ 2,1822 cada uma, distribuídas entre os acionistas como segue:

UP Groupe Invest. Participações Ltda.	2021		2020	
	Ações	Reais	Ações	Reais
CD Holding Internationale	1	2	1	2
	<b>15.098.638</b>	<b>32.948.174</b>	<b>15.098.638</b>	<b>32.948.174</b>

**16. Reserva de Capital:** O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 209.985. Não houve constituição de reserva em 2021 e 2020. **17. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:** Tais valores referem-se majoritariamente a reembolso de despesas por parte das controladas com observação das condições estabelecidas na Solução de Divergência COSIT nº 23/2013. **18. Resultado Financeiro:** As receitas e despesas financeiras representam os ganhos e gastos ocorridos durante o exercício de 2021, conforme detalhados abaixo:

Receitas financeiras:	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Rendimento Aplicação Financeira	–	1	–	1
Atualização de créditos fiscais	–	3	–	3
	–	4	–	4
<b>Despesas financeiras:</b>				
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	(225)	(6)	(	







## Gafisa Propriedades Incorporação, Administração, Consultoria e Gestão de Ativos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 08.168.657/0001-74

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de reais)

## BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	(23.047)	3	587	71.246	Empréstimos e financiamentos	38.519	(382)	73.856	103.795
Aplicações financeiras	400.893	-	-	-	Obrigações por Incorp. Imobiliárias	-	12	-	28.473
Clientes	1.808	8	13.297	23.927	Provisões para Garantias CPC	-	3.030	127.139	5.349
Estoques	33.186	2.860	275.727	111.052	Fornecedores de materiais e serviços	132.226	1.438	8.472	4.731
Gastos com vendas a apropriar	3	-	3	-	Impostos e contribuições	296	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	Dividendos propostos	-	-	-	-
Outros realizáveis	58.203	42.184	59.670	8.209	Cessão de Crédito	-	9	319	9
	<b>471.046</b>	<b>45.055</b>	<b>349.284</b>	<b>214.434</b>	Salários, Encargos e PLR a Pagar	319	1.807	6.020	13.692
<b>Não Circulante</b>					Adiantamento de Clientes	1.807	145.286	92.483	90.545
Clientes	-	-	-	2.041	Intercompany	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	13.565	-	13.565	-	Outros credores	65.209	-	-	-
Aplicações Financeiras - LP	-	-	400.893	-		<b>238.375</b>	<b>151.199</b>	<b>308.288</b>	<b>246.594</b>
Outros realizáveis	269	1.461	327	(25.164)	<b>Não Circulante</b>				
	<b>13.834</b>	<b>1.461</b>	<b>414.785</b>	<b>(23.123)</b>	Empréstimos e financiamentos	165.000	23.399	164.297	(23.157)
<b>Permanente</b>					Imposto de renda e contrib. social diferidos	13.565	-	13.565	-
Investimentos	524.765	219.867	163.918	120.982	IR/CS Diferidos - CPC	62.824	-	62.824	-
Imobilizado	-	69	3	460	Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Stand	-	-	-	-	Cessão de Créditos	-	-	-	-
Intangível	-	-	161.271	-	Outros credores	145	9.810	10.551	7.272
	<b>524.765</b>	<b>219.936</b>	<b>325.192</b>	<b>121.442</b>		<b>241.534</b>	<b>33.209</b>	<b>251.237</b>	<b>(15.885)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.009.645</b>	<b>266.452</b>	<b>1.089.261</b>	<b>312.753</b>					

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.717</b>	<b>1</b>	<b>41.705</b>	<b>6.771</b>
<b>Custo operacional</b>				
Na incorporação e venda de imóveis	(11.249)	-	(41.846)	(5.503)
<b>Lucro bruto</b>	<b>468</b>	<b>1</b>	<b>(141)</b>	<b>1.268</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>				
Despesas de vendas	(1.697)	(5)	(3.135)	(2.385)
Despesas gerais e administrativas	(2.472)	(148)	(2.921)	(427)
Outras receitas e despesas operacionais	46.906	(4.594)	10.595	(13.012)
Provisão para Reserva de Contingência	129	587	129	8.610
Resultado de Equivalência Patrimonial	172.266	(2.001)	169.690	11
Depreciações e Amortizações	(6)	-	(6)	-
Depreciações Stand de Vendas - CPC	-	-	(238)	-
Receitas financeiras	-	-	42.465	204
Despesas financeiras	(39.380)	128	(39.847)	(237)
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>176.214</b>	<b>(6.032)</b>	<b>176.591</b>	<b>(5.968)</b>
IRPJ e contribuição social	-	-	(377)	(64)
IRPJ e contribuição social diferidos	(62.824)	-	(62.824)	-
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>113.390</b>	<b>(6.032)</b>	<b>113.390</b>	<b>(6.032)</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	176.214	(6.032)	176.591	(5.968)
<b>Despesas que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Depreciações e Amortizações	69	30	(160.815)	872
<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>				
Clientes	(1.800)	1	12.670	13.845
Estoques	(30.326)	1.750	(164.675)	67.443
Outros	(14.830)	993	(77.023)	41.255
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>				
Fornecedores de materiais e serviços	130.788	727	3.741	(6.370)
Impostos e contribuições	296	-	-	(1.548)
Outros credores	55.544	(55.699)	3.280	(29.605)
Obrigações por Incorp. Imobiliárias	(12)	12	(28.473)	5.653
Provisões para Garantias CPC	(3.030)	-	121.790	5.349
Cessão de Crédito	(9)	9	-	9
Salários, Encargos e PLR a Pagar	(1.488)	711	(7.672)	6.114
Adiantamento de Clientes	(143.479)	142.012	1.938	16.897
Reserva de capital	-	(89.698)	-	(89.697)
<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades operacionais</b>	<b>167.937</b>	<b>(5.184)</b>	<b>(118.648)</b>	<b>24.249</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Redução de Capital	334.303	150.000	334.303	150.000
Títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas	(304.898)	(166.623)	(42.936)	(115.102)
Aplicações financeiras	(400.893)	6	(400.893)	5.122
<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimentos</b>	<b>(371.488)</b>	<b>(16.617)</b>	<b>(109.526)</b>	<b>40.020</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e financiamentos	180.502	21.780	157.515	6.749
<b>Utilização de caixa nas atividades financeiras</b>	<b>180.502</b>	<b>21.780</b>	<b>157.515</b>	<b>6.749</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(23.050)</b>	<b>(21)</b>	<b>(70.659)</b>	<b>71.019</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	3	24	71.246	227
No fim do exercício	(23.047)	3	587	71.246
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(23.050)</b>	<b>(21)</b>	<b>(70.659)</b>	<b>71.019</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. **Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. 2. **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. (a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Gafisa Propriedades, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia. 3. **Principais práticas contábeis:** (a) **Auração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado quando a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (c) **Clientes por incorporação e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (e) **Investimentos em participações societárias:** Os investimentos em participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica passivo a descoberto, uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida. (f) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, emissão de debêntures, fornecedores e outras dívidas. (g) **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. (h) **Custos com emissão de títulos e valores mobiliários e debêntures:** Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários são contabilizados como item redutor do montante captado pela Companhia e são amortizados de acordo com o prazo de vigência das operações, sendo o saldo líquido classificado como redutor do valor da respectiva transação. (i) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** (i.i) corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no lucro real, sendo IRPJ e a CSLL são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais a base negativa de contribuição social para fins de determinação, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. (i.ii) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos. 4. **Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 495.123 (milhares de reais), dividido em 495.123.013 (quatrocentos e noventa e cinco milhões e cento e vinte e três mil e treze) ações ordinárias, todas nominativas escriturais sem valor nominal.

## CONTADORA

TAIMIR LARISSA CONTO BARBOSA  
CRC 1SP 330186/O-3

## Anvisa: mais chocolates da Kinder são proibidos no Brasil; confira

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou uma nova resolução, nesta quarta-feira (27), que atualiza as medidas de fiscalização em relação aos chocolates Kinder fabricados na Europa.

A nova norma inclui todos os produtos de nome Schoko-Bons procedentes da Bélgica. Foi mantida a proibição da comercialização, distribuição, importação e uso dos produtos da marca Kinder fabricados na Bélgica pela empresa Ferrero. No início do mês, os produtos dessa fábrica foram alvo de alerta internacional comunicando um surto de Salmonella typhimurium em chocolates da marca.

"A Ferrero do Brasil informou ter identificado a comercialização de lotes desses produtos, importados por terceiros para o nosso país. Esse chocolate é fabricado nos sabores cacau e branco e está disponível em embalagens de 46g, 125g, 200g e 300g. A empresa também iniciou o recolhimento voluntário do produto", comunicou, em nota, a Anvisa.

A Agência orienta o consumidor a verificar no verso do produto se ele foi fabricado na Bélgica. Se o chocolate tiver procedência belga, não deve ser consumido e o Serviço de Atendimento ao Consumidor da empresa Ferrero (telefone 0800 701 6595 e e-mail sacbrasil@ferrero.com) deve ser contatado para o recolhimento da mercadoria.

A Anvisa informou que segue acompanhando o caso e adotando as medidas necessárias para que a população brasileira não seja exposta a riscos.

Reuters







**UPCON SPE 26 Empreendimentos Imobiliários S.A.**

CNPJ nº 18.160.464/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	2021	2020	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Circulante</b>							
Caixa e bancos	42	30.972	1.939	-	(2.662)	2	(721)
Aplicações financeiras	6.965	-	-	-	-	-	-
Clientes	634	0	-	-	2	(2.416)	(2.419)
Estoques	76.897	50.795	1.939	-	(2.660)	(2.414)	(3.135)
Gastos com vendas a apropriar	-	-	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	2.851	2.851
Outros realizáveis	337	924	-	-	(2.414)	-	(2.414)
	<b>84.875</b>	<b>82.691</b>	<b>1.939</b>	-	<b>(5.074)</b>	<b>437</b>	<b>(2.698)</b>
<b>Não Circulante</b>							
Clientes	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	8.051	20.953	-	-	-	-	-
	<b>8.051</b>	<b>20.953</b>					
<b>Permanente</b>							
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	74	-	-	-	-	-	-
Stand	74	-	-	-	-	-	-
	<b>148</b>	<b>-</b>					
<b>Total do ativo</b>	<b>93.000</b>	<b>103.644</b>					
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	25.508	17.206	-	-	-	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	1.375	578	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	47	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	19.868	29.968	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	6.788	22.714	-	-	-	-	-
	<b>53.587</b>	<b>70.466</b>					
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	40.000	33.049	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Créditos	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	2.111	3.265	-	-	-	-	-
	<b>42.111</b>	<b>36.313</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	1.939	1.939	-	-	-	-	-
Reservas de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	(5.074)	(2.660)	-	-	-	-	-
Resultado do Período	437	(2.414)	-	-	-	-	-
	<b>(2.698)</b>	<b>(3.135)</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>93.000</b>	<b>103.644</b>					

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (c) **Clientes por incorporação e vendas de imóveis:**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	2021	2020
Receita operacional líquida	-	-
Custo operacional	-	-
Na incorporação e venda de imóveis	(2.111)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>(2.111)</b>	<b>-</b>
(Despesas) receitas operacionais	(10)	(181)
Despesas gerais e administrativas	(88)	(88)
Provisão de Bonus	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	4	(1)
Provisão para Reserva de Contingência	-	-
Depreciações e Amortizações	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas financeiras	758	206
Despesas financeiras	(69)	(175)
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>683</b>	<b>(2.351)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(246)	(63)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>437</b>	<b>(2.414)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	-	(2.111)
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	(2.111)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	(5)	-
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5)	-
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.111)</b>
<b>RETENÇÕES</b>	-	-
Depreciação, amortização e exaustão	-	-
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.111)</b>
<b>PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>(5)</b>	<b>(2.111)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>758</b>	<b>(63)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	(181)
Despesas Gerais e Administrativas	-	(88)
Resultado financeiro	758	206
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>753</b>	<b>(2.175)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>753</b>	<b>(2.175)</b>
Impostos, taxas e contribuições	247	63
Juros e aluguéis	69	175
Resultado do exercício	437	(2.414)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	683	(2.414)
<b>Despesas que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(74)</b>	<b>-</b>
Depreciações e Amortizações	(74)	-
<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>(634)</b>	<b>(7.134)</b>
Clientes	(634)	-
Estoques	(26.102)	(7.134)
Gastos com vendas a apropriar	-	-
Impostos e contribuições	-	(847)
Imobilizado	-	-
Outros	13.489	4.643
<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>	<b>33.248</b>	<b>(963)</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>797</b>	<b>(963)</b>
Fornecedores de materiais e serviços	797	-
Impostos e contribuições	-	66
Outros credores	(17.031)	3.761
Cessão de Crédito	-	-
Adiantamento de Clientes	(10.100)	-
AFAC	-	-
Retenção de Lucros	-	-
<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades operacionais</b>	<b>(38.972)</b>	<b>30.359</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aumento de Capital	-	-
Investimentos	-	-
Aquisição de Investimentos	(6.965)	-
<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimentos</b>	<b>(6.965)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dividendos pagos	-	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	15.254	-
Impostos pagos	(246)	-
<b>Utilização de caixa nas atividades financeiras</b>	<b>15.008</b>	<b>-</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(30.930)</b>	<b>30.359</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>30.972</b>	<b>614</b>
No início do exercício	30.972	614
No fim do exercício	42	30.972
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(30.930)</b>	<b>30.359</b>

São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) **Imóveis a comercializar:** Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) **Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a da contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas vigentes de 15% para IRPJ e 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre e 9% de CSLL. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. (h) **Imposto de Renda e Contribuição Social diferido:** O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos. (i) **Incorporação de Investidas:** Não houve movimentações significativas referente a incorporação no período vigente. **4. Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 1.939, representado por 1.939.500 (um milhão, novecentas e trinta e nove mil, quinhentas) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**CONTADOR**  
NATAN SANTOS - 1SP 325.568/O-6

**Hypera: lucro líquido soma R\$ 346,9 milhões no 1º trimestre, avanço de 13,7%**

A Hypera Pharma registrou lucro líquido de R\$ 346,9 milhões no primeiro trimestre de 2022, avanço de 13,7% ante o mesmo período de 2021. No lucro líquido das operações continuadas, a companhia somou R\$ 349,5 milhões, alta anual de 13,6%.

No primeiro trimestre, a companhia somou Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) das operações continuadas de R\$ 505,7 milhões, aumento de 39,7% na mesma base de comparação. A margem Ebitda cresceu 3 pontos percentuais na comparação, passando para 33,9%.

Segundo a companhia, "a evolução do indicador é consequência principalmente da combinação do crescimento de 24,8% do lucro bruto e da diluição das despesas com Marketing, Vendas e Gerais e Administrativas".

A receita líquida cresceu 27,6% no período, alcançando R\$1,493 bilhão. "Esse desempenho foi impulsionado pelo crescimento de 21,5% do sell-out orgânico, ou 6,3 pontos percentuais acima do crescimento do mercado, favorecido principalmente pelo desempenho registrado no primeiro bimestre de 2022", destaca a empresa, no release de resultado, impactado positivamente também pela contribuição do portfólio de medicamentos adquirido da Takeda.

O resultado financeiro apresentou saldo negativo de R\$ 173,6 milhões no primeiro trimestre, ante R\$ 41,3 milhões no mesmo intervalo de 2021. Essa variação é resultado do aumento das despesas com juros pelo maior endividamento bruto da companhia, decorrente principalmente das emissões de debêntures para o pagamento pelas aquisições recentes.

Isto é Dinheiro

**Canvas Capital S/A**

CNPJ/MF nº 15.377.863/0001-50

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>	<b>48.527</b>	<b>77.804</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>47.514</b>	<b>69.113</b>
Caixa e equivalentes de caixa	32.263	40.598	Contas a pagar	770	808
Contas a receber	15.417	36.790	Arrendamento mercantil	7.961	560
Crédito tributário	94	197	Dividendos e bonificações	21.459	37.847
Despesas antecipadas	372	158	Obrigações fiscais	11.866	23.560
Outros ativos circulantes	381	61	Obrigações sociais	430	421
			Provisão para despesa de pessoal	5.028	5.917
<b>Ativo não circulante</b>	<b>8.455</b>	<b>778</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Investimentos em coligadas	68	-	Ativo insubstancial	-	1
Imobilizado	8.387	776	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.468</b>	<b>9.468</b>
Intangível	-	2	Capital social	4.181	4.181
			Reservas de lucros	5.287	5.287
<b>Total do ativo</b>	<b>56.982</b>	<b>78.582</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>56.982</b>	<b>78.582</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>84.925</b>	<b>113.522</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(25.396)</b>	<b>(25.079)</b>
Despesas gerais e administrativas	(24.655)	(24.255)
Despesas de depreciação e amortização	(1.593)	(1.140)
Despesas tributárias	(269)	(319)
Resultado financeiro	1.187	697
Equivalência patrimonial	(66)	(62)
<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>59.529</b>	<b>88.443</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(19.926)</b>	<b>(29.683)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(19.926)	(29.683)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>39.603</b>	<b>58.760</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020		2021	2020
Lucro líquido do exercício	39.603	58.760	Redução/aumento em arrendamento mercantil	7.401	(1.033)
<b>Ajustes</b>			Aumento em obrigações fiscais	(2.743)	1.588
Imposto de renda e contribuição social	19.926	29.683	Redução em obrigações sociais	9	-
Depreciação e amortização	1.593	1.140	Aumento em obrigações trabalhistas, bônus e PLR	(889)	1.606
Equivalência patrimonial	66	62	Imposto de renda e CSLL pagos no exercício	(28.877)	(15.954)
<b>Lucro líquido do exercício, ajustado</b>	<b>61.188</b>	<b>89.645</b>	<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>56.993</b>	<b>75.242</b>
<b>Atividades operacionais</b>	<b>(4.195)</b>	<b>(14.403)</b>	<b>Atividades de investimentos</b>	<b>(9.337)</b>	<b>(86)</b>
Aumento em contas a receber	21.373	(669)	Aquisições de participações societárias	(135)	(50)
Aumento/redução em impostos a compensar	103	(197)	Aquisições de bens do ativo imobilizado	(9.202)	(36)
Redução em despesas antecipadas	(214)	281	<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(9.337)</b>	<b>(86)</b>
Redução/(aumento) em outros ativos circulantes	(320)	81			
Redução em contas a pagar	(38)	(107)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Antonio Carlos Quintella - Diretor Presidente

José Luiz Gonzaga - Contador CRC 1SP 132.371/O-5

**Data Mercantil**  
A melhor opção para sua empresa



## Publicidade Legal

N.O.T.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.									
CNPJ nº 34.953.961/0001-32									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de reais)									
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	2021	2020	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total		
<b>Circulante</b>			<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>						
Caixa e bancos	629	21.830	Constituição de Capital	-	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	Prejuízo do exercício	-	-	16	16	16	16
Clientes	-	-	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>						
Estoques	-	-	Constituição de Capital	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	110.210	246.863	Prejuízo do exercício	-	-	(26)	(26)	(26)	(26)
	<b>110.839</b>	<b>268.693</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>						
<b>Não Circulante</b>									
Clientes	-	-							
Outros realizáveis	-	-							
<b>Total do ativo</b>	<b>110.839</b>	<b>268.693</b>							
<b>Passivo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
<b>Circulante</b>			<b>Receita operacional líquida</b>			<b>RECEITAS</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	-	<b>Custo operacional</b>			Vendas de mercaderia, produtos e serviços	-	-	
Fornecedores de materiais e serviços	-	-	Na incorporação e venda de imóveis	-	-	<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	-	-	
Impostos e contribuições	55	55	<b>Lucro bruto</b>	-	-	Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	
Dividendos propostos	-	-	<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	
Cessão de Crédito	-	-	Despesas de vendas	-	-	<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	-	-	
Adiantamento de Clientes	-	-	Despesas gerais e administrativas	-	-	<b>RETENÇÕES</b>	-	-	
Outros credores	110.794	268.622	Outras receitas e despesas operacionais	-	-	Depreciação, amortização e exaustão	-	-	
	<b>110.849</b>	<b>268.677</b>	Provisão para Reserva de Contingência	-	-	<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	-	-	
<b>Não Circulante</b>			Receitas financeiras	-	-	<b>PRODUTIVO PELA ENTIDADE</b>	-	-	
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	Despesas financeiras	(26)	16	<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	-	-	
Cessão de Créditos	-	-	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	(26)	16	Resultado de equivalência patrimonial	-	-	
Outros credores	-	-	Imposto de renda e contribuição social	-	-	Despesas Gerais e Administrativas	-	-	
			Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	Resultado financeiro	-	-	
<b>Patrimônio líquido</b>			<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	(26)	16	<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	-	-	
Capital social	-	-				<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Reservas de Lucro	-	-				Impostos, taxas e contribuições	26	(16)	
Resultados Acumulados	16	-				Juros e aluguéis	-	-	
Resultado do Período	(26)	16				Prejuízo do exercício	(26)	16	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(10)</b>	<b>16</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>110.839</b>	<b>268.693</b>							
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>									
<p>1. <b>Contexto operacional:</b> A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. 2. <b>Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:</b> As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. 3. <b>Principais práticas contábeis:</b> (a) <b>Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:</b> Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (c) <b>Aplicações financeiras:</b> As aplicações financeiras caucionadas são realizadas por meio de fundo de renda fixa, com valorização de suas cotas através de aplicação dos recursos exclusivamente em títulos públicos federais, indexados a taxas pré-fixadas, ou índices de preços e são caucionadas como parte da garantia de emissões da Companhia. (d) <b>Clientes por incorporação e vendas de imóveis:</b> São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes até a entrega das chaves, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber referentes ao período "pós-chaves". (e) <b>Imóveis a comercializar:</b> Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (f) <b>Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:</b> São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço; (g) <b>Outros passivos circulantes e não circulantes:</b> São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (h) <b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:</b> Corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia é registrado com base no lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a da contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ e 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre e 9% de CSLL). 4. <b>Patrimônio Líquido:</b> O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 500, dividido em 500 (Quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e não integralizadas.</p>									
<b>CONTADOR</b>									
EDUARDO CHATAH - ISP 236971/O-9									

## Apple vê impacto de US\$ 4 bi a US\$ 8 bi devido a restrições de fornecimento

Apple disse que vê as restrições de fornecimento causadas por interrupções relacionadas a covid-19 e a escassez de chips impactando seus negócios entre US\$ 4 bilhões e US\$ 8 bilhões no trimestre atual. Na teleconferência da empresa após publicar seu balanço, o diretor financeiro da Apple, Luca Maestri, disse que o impacto projetado é "substancialmente maior do que o que experimentamos durante o trimestre de março".

Quando perguntado se as vendas perdidas são recuperáveis, o presidente-executivo Tim Cook disse, de acordo com uma transcrição da Factset: "Acreditamos que há uma porcentagem que é recuperável e uma porcentagem que provavelmente não é onde alguém precisa de algo rapidamente".

Maestri também disse que pausar todas as vendas na Rússia prejudicaria sua taxa de crescimento este ano em cerca de 1 ponto base na comparação anual.

As 20h48 (horário de Brasília) as ações da Apple recuavam 2,25% no after hours em Nova York.

• Isto é Dinheiro

## Ibovespa perde força e quase zera alta de olho em incerteza mundial

O apetite por risco no exterior atinge o Ibovespa nesta quinta-feira. O otimismo internacional reflete balanços trimestrais de grandes empresas nos Estados Unidos e na Europa. Nesta toada e ainda repercutindo notícias internas, sobretudo na seara corporativa, o índice Bovespa tenta emplacar uma segunda sessão seguida de alta. Porém, a agenda de indicadores e de balanços está pesada aqui e lá fora, o que gera volatilidade, impondo certa cautela, bem como a pressão sobre o dólar ante o real. A moeda subiu acima de 1%, a R\$ 5,0318, na máxima, às 10h52.

Ontem, o Ibovespa fechou com ganho de 1,05%, aos 109.349,37 pontos. Porém, acumula queda de

8,87% em abril nesta reta final do mês, com registro já de dez sessões de saídas de capital externo. Até terça-feira, o total acumulado de retiradas de recursos estrangeiros da B3 é de R\$ 4,322 bilhões.

"O movimento de saída de estrangeiros da Bolsa tem chamado a atenção. Tem de acompanhar, mas é natural alguma realização. De todo modo, no ano está positivo R\$ R\$ 61,005 bi e a tendência é que continue assim, apesar da possibilidade de novas retiradas", avalia Alexandre Brito, sócio da Finacap Investimentos.

A despeito de informar ontem um lucro líquido (R\$ 4,458 bilhões) 12,19% abaixo do esperado no Prévias Broadcast, os papéis da Vale reagiram em alta já na véspera em Nova York. Os ADRs

da companhia tiveram valorização de 4,57%. Isso porque a mineradora anunciou compra de ações.

De certa forma, analistas acreditam que parte do desempenho fraco do primeiro trimestre já tenha sido precipitado pelo mercado. No entanto, instituições financeiras já começaram a revisar suas estimativas sobre a Vale para o ano, o que pode limitar ganhos das ações na B3, em meio a incertezas com o ritmo de desaquecimento da China, que enfrenta novos surtos de covid-19. No entanto, o minério de ferro subiu por lá. Às 10h45, contudo, os papéis voltavam a subir (1,24%).

Já a Petrobras informou que teve no primeiro trimestre do ano um desempenho operacional sólido, com aumento de 3,4% na produção

total de petróleo e gás natural em relação ao quarto trimestre de 2021. As ações da estatal tinham alta acima de 1%, apesar da valorização moderada do petróleo no exterior.

Apesar de a economia americana ter encolhido 1,4% no primeiro trimestre em termos anualizados, surpreendendo o mercado, que esperava alta de 1%, não deve mudar a expectativa de uma postura dura pelo Fed na condução da política monetária, afirma Brito. Isso porque a inflação segue elevada e considera comum algum ajuste.

"Praticamente só teve expansão nos últimos dez anos, é natural alguma desaceleração. Portanto, não deve tirar a pressão sobre o Fed de aceleração no ritmo de alta dos FED funds", diz o sócio da

Finacap.

As bolsas europeias e as americanas sobem em sua maioria na faixa de 1%, dando continuidade à recuperação de preços da véspera, diante de balanços e de olho em manutenção de liquidez pelo Banco Central do Japão. Na Ásia, quase todas as bolsas fecharam com valorização.

"Japão dando sinal de que manterá as condições de liquidez e da mesma forma os balanços das empresas têm vindo bem", cita o economista-chefe do BV, Roberto Padovani, em comentário matinal a clientes e à imprensa. Porém, pondera que é preciso ficar atento à agenda do dia, que pode "fazer preço".

• Isto é Dinheiro







## Publicidade Legal

## Congresso aprova reforço para Plano Safra 2021/2022 e para despesas com pessoal

O plenário do Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que garante recursos para a retomada das linhas de financiamento do Plano Safra de 2021/2022 e ainda abre um crédito adicional para o pagamento de salários e aposentadorias no governo federal.

A proposta inclui um crédito suplementar de R\$ 2,6 bilhões no Orçamento deste ano. Desse total, R\$ 1,7 bilhão irá bancar o pagamento de despesas de pessoal no Executivo. Outros R\$ 868,5 milhões irão irrigar as linhas de financiamento do Plano Safra, subsidiadas pelo governo federal.

Conforme o Estadão/Broadcast publicou, o governo tenta encontrar fontes de recursos para bancar os créditos aos agricultores no Plano Safra de 2022/2023, após a alta da taxa básica de juros. O projeto aprovado permite à União bancar a alta para os contratos já assinados no Plano Safra 2021/2022, mas ainda há a necessidade de encontrar os recursos para a próxima safra, que começa em julho.

Agora, o governo corre contra o tempo não só para negociar até junho novos termos com os produtores para a safra 2022/2023 – que devem incluir taxas mais altas –, como busca espaço no Orçamento e, sobretudo, no teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas à inflação) para viabilizar a safra.

Fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast avaliam que a única alternativa seria um re-manejamento, já que um crédito extraordinário, ou seja, recursos fora do teto de gastos, seria inviável para essa situação.

Segundo o diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, a maior parte das operações de crédito é contratada no segundo semestre, quando acontece o plantio da soja e da primeira safra do milho.

## ENSEADA PARAÍSO S.A.

CNPJ nº 07.152.260/0001-21

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativo	2021	2020	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Circulante</b>			<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.627</b>	<b>(5.002)</b>	<b>10</b>	<b>(365)</b>
Caixa e bancos	70	70	Reserva de Lucros	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	Resultados Acumulados	-	10	-	10
Clientes	-	-	Prejuízo do exercício	-	-	(10)	(10)
Estoques	-	-	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.627</b>	<b>(4.992)</b>	-	<b>(364)</b>
Gastos com vendas a apropriar	-	-	Reserva de Lucros	-	-	-	-
Intercompany	-	-	Resultados Acumulados	-	-	-	-
Outros realizáveis	70	70	Prejuízo do exercício	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>			<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.627</b>	<b>(4.992)</b>	-	<b>(364)</b>
Clientes	-	-					
IRPJ e CSLL diferidos	-	-					
Outros realizáveis	-	-					
<b>Permanente</b>							
Investimentos	-	-					
Imobilizado	-	-					
Stand	-	-					
<b>Total do ativo</b>	<b>70</b>	<b>70</b>					
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	-	-					
Fornecedores de materiais e serviços	-	-					
Impostos e contribuições	-	-					
Dividendos propostos	-	-					
Cessão de Crédito	-	-					
Adiantamento de Clientes	-	-					
Intercompany	-	-					
Outros credores	83	83					
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	-	-					
Imposto de renda e contrib. social diferidos	-	-					
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	352	352					
Cessão de Créditos	-	-					
Outros credores	-	-					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>70</b>	<b>70</b>					

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar

estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. 3. Principais práticas contábeis: (a) Investimentos em controladas: Os investimentos nas controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas parcelas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual, uma vez que assume obrigações e efetua

pagamentos em nome dessas sociedades. 4. Patrimônio Líquido: O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 4.627 (milhares de reais), totalmente integralizado e dividido em 4.627.266 (quatro milhões, seiscentos e vinte e sete mil, e duzentos e sessenta e seis) ações nominativas, ordinárias e sem valor nominal.

## CONTADOR

EDUARDO CHATAH  
1SP 236971/O-9

## Gafisa 80 Participações S/A

CNPJ/MF Nº: 09.272.306/0001-71

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancão Patrimonial			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	2021	2020	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
<b>Circulante</b>			<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>61</b>	<b>(103)</b>	<b>-</b>	<b>(42)</b>
Caixa e bancos	-	8	Aumento de Capital	76.143	-	-	76.143
Outros realizáveis	11.818	82.247	Resultado do exercício	-	-	315	315
<b>Não Circulante</b>			Absorção do prejuízo	-	103	(103)	-
Outros realizáveis	224	224	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>76.205</b>	<b>-</b>	<b>212</b>	<b>76.417</b>
<b>Permanente</b>			Redução de Capital	(70.000)	-	-	(70.000)
Investimentos	-	-	Resultado do exercício	-	-	308	308
Imobilizado	-	-	Absorção do prejuízo	-	-	315	315
<b>Total do ativo</b>	<b>12.042</b>	<b>82.479</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.205</b>	<b>-</b>	<b>835</b>	<b>7.040</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores de materiais e serviços	(184)	436					
Impostos e contribuições	2.213	2.498					
Dividendos propostos	265	265					
Outros credores	2.708	2.863					
<b>Não Circulante</b>							
Outros credores	-	-					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	6.205	76.205					
Reservas de Lucro	-	-					
Resultados Acumulados	-	-					
Resultado do Período	835	212					
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.040</b>	<b>76.417</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>12.042</b>	<b>82.479</b>					

## Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. 3. Principais práticas contábeis: (a) Aparentação do resultado de incorporação e venda de imóveis: (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; (c) Clientes por incorporação e vendas de imóveis: São

apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) Imóveis a comercializar: Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) Outros passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: Corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia é registrado com base no lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a da contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ e 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre e 9% de CSLL). 4. Patrimônio Líquido: O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 6.205 (milhares de reais), representado por 6.204.521 (seis milhões, duzentas e quatro mil quinhentas e vinte e uma) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## A Diretoria

Taimir Larissa Conto Barbosa - Contadora Responsável - CRC 1SP 330186/O-3

Isto é Dinheiro



## UPCON SPE 18 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ: 17.147.991/0001-32

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	2021	2020	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
<b>Circulante</b>							
Caixa e bancos	-	-	1.576	-	2.774	762	5.112
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	762	(2.379)	(1.617)
Estoques	6.066	9.172	1.576	-	3.536	(1.617)	3.497
Gastos com vendas a apropriar	-	-	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	(1.616)	1.724	108
Outros realizáveis	340	339	1.576	-	1.920	107	3.604
	6.405	9.511					
<b>Não Circulante</b>							
Clientes	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	489	5	-	-	-	-	-
	489	5					
<b>Permanente</b>							
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Stand	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>6.894</b>	<b>9.515</b>					
<b>Passivo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>					
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	-	1.197	-	-	-	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	960	372	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	2	199	-	-	-	-	-
Salários e encargos	155	-	-	-	-	-	-
Provisões sociais	199	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	(0)	(0)	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	545	812	-	-	-	-	-
	1.861	2.579					
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	1.040	1.040	-	-	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Créditos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	389	2.400	-	-	-	-	-
	1.429	3.440					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	1.576	1.576	-	-	-	-	-
Reservas de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	1.920	3.536	-	-	-	-	-
Resultado do Período	107	(1.616)	-	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.604</b>	<b>3.496</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>6.894</b>	<b>9.515</b>					

## Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. 3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis: Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque. As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montan-

tes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (c) Clientes por incorporação e vendas de imóveis: São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) Imóveis a comercializar: Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) Outros passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) Imposto de renda e contribuição

Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa			
2021	2020	2021	2020		
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.650</b>	<b>2.720</b>	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	107	(1.616)
<b>Custo operacional</b>	<b>(3.271)</b>	<b>(3.790)</b>	<b>Despesas que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>		
Na incorporação e venda de imóveis	(3.271)	(3.790)	Resultado de equivalência patrimonial	-	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>379</b>	<b>(1.069)</b>	<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>		
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(83)</b>	<b>(231)</b>	Aplicações Financeiras	-	-
Despesas de vendas	(83)	(231)	Clientes	-	6.835
Despesas gerais e administrativas	(24)	(19)	Estoques	3.105	(256)
Provisão de Bônus	-	-	Gastos com vendas a apropriar	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(3)	(61)	Impostos e contribuições	(0)	61
Provisão para Reserva de Contingência	-	-	Imobilizado	-	-
Depreciações e Amortizações	-	-	Outros	(484)	(5)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>		
Receitas financeiras	82	11	Empréstimos e financiamentos	(1.197)	237
Despesas financeiras	(224)	(247)	Fornecedores de materiais e serviços	953	(832)
<b>Lucro antes do imposto de renda e CSLL</b>	<b>127</b>	<b>(1.616)</b>	Impostos e contribuições	(562)	(150)
Imposto de renda e contribuição social	(20)	-	Salários e encargos	155	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	Provisões sociais	199	-
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>107</b>	<b>(1.616)</b>	Outros credores	(2.277)	2.356
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	Cessão de Crédito	-	-
<b>Receitas</b>	<b>3.650</b>	<b>2.720</b>	Adiantamento de Clientes	-	(6.630)
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.650	2.720	AFAC	-	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.271)</b>	<b>(3.790)</b>	Retenção de Lucros	-	-
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(3.271)	(3.790)	<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades operacionais</b>		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>379</b>	<b>(1.069)</b>	Aumento de Capital	-	-
<b>Retenções</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Investimentos	-	-
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	Aquisição de Investimentos	-	-
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>379</b>	<b>(1.069)</b>	<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimentos</b>		
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(28)</b>	<b>(300)</b>	<b>Atividades de financiamentos</b>		
Despesas de vendas	(83)	(231)	Dividendos pagos	-	-
Despesas gerais e administrativas	(24)	(19)	Captação de Empréstimos e financiamentos.	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(3)	(61)	Impostos pagos	-	-
Resultado financeiro	82	11	<b>Utilização de caixa nas atividades financeiras</b>		
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>351</b>	<b>(1.369)</b>	<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>351</b>	<b>(1.369)</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Impostos, taxas e contribuições	20	-	No início do exercício	-	-
Juros e alugueis	224	247	No fim do exercício	50	-
Prejuízo do exercício	107	(1.616)	<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50</b>	<b>-</b>

A Diretoria  
Natan Santos

Contador Responsável - CRC 1SP 325.568/O-6

Isto é Dinheiro

## Caixa anuncia pacote de crédito imobiliário para agradar construtoras e mutuários

A Caixa Econômica Federal anunciou nesta quinta-feira, 28, um pacote de estímulos ao mercado imobiliário, setor que tem ajudado a puxar para cima o Produto Interno Bruto (PIB) e que também representa uma base de apoio importante para o governo de Jair Bolsonaro.

O foco está na reformulação do Plano Empresário, linha de financiamento destinada à construção pelas empresas, conforme antecipado mais cedo pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Esta modalidade de crédito encolheu neste ano, ao contrário dos empréstimos para pessoas físicas, que tiveram uma

alta relevante.

O banco estatal liberou R\$ 21,4 bilhões em financiamentos para a compra e a construção de imóveis no primeiro trimestre de 2022, considerando apenas as operações que utilizam recursos originários da caderneta de poupança. O montante foi 32% maior do que no mesmo período do ano passado.

O crédito para a construção caiu 1,2% no período, para R\$ 5,3 bilhões. O crescimento foi puxado pelo crédito para aquisição, com alta de 48,6%, para R\$ 16 bilhões.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, anunciou que o novo Plano Empresário vai cortar pela metade a quantidade de documentos

exigidos para liberação de recursos, visando dar mais celeridade à concessão de empréstimos. A medida vai valer a partir de 18 de maio.

A taxa promocional de contratação pelas construtoras, de 3% ao ano mais taxa referencial (TR), terá a validade estendida até 30 de junho. Depois deverá retornar ao patamar de 3,32% mais TR.

As construtoras também passarão a ter quatro opções de indexadores nos contratos de financiamento: TR, Poupança, IPCA e CDI – semelhante ao que já acontece para pessoas físicas. A Caixa ainda vai facilitar o financiamento para obras em que há doação de terrenos por um ente pú-

blico, um tipo de negócio associado a empreendimentos para famílias carentes.

As novidades anunciadas por Guimarães aconteceram em uma transmissão pela internet organizada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O presidente da entidade, José Carlos Martins, elogiou o que considerou "sensibilidade" da Caixa aos pleitos do setor.

Em entrevista ao Broadcast, Martins explicou que a queda na demanda das construtoras por financiamentos se deve à percepção de que o poder de compra da população diminuiu com a inflação e deve esfriar as vendas de imóveis nos próximos meses. "O financiamento que o

## Governo sobe tributo de bancos e instituições financeiras para bancar Refis do Simples

O governo aumentou a tributação dos bancos para liberar o Refis (programa de parcelamento de débitos tributários) para os microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas.

Medida Provisória (MP) publicada nesta quinta-feira, 28, em edição extra do Diário Oficial da União elevou de 20% para 21% a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) dos bancos. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras não bancárias sobe de 15% para 16%.

O aumento da tributação entrará em vigor a partir de agosto deste ano (primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da MP). O prazo é necessário porque o aumento da carga tributária precisa obedecer o princípio da noventena (90 dias) para começar a valer. A carga tributária mais alta valerá até 31 de dezembro de 2022.

No ano passado, o governo aumentou também a taxa de imposto de renda sobre o diesel e o gás de cozinha.

Isto é Dinheiro



## Publicidade Legal

## GAFISA SPE-89 Empreendimentos Imobiliários S/A

CNPJ/MF Nº: 10.347.563/0001-04

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Balancete Patrimonial			Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Lucro	Lucro do exercício	Total
Ativo	2021	2020					
<b>Circulante</b>							
Caixa e bancos	-	-	31.648	19.238	145	(15)	51.015
Clientes	112	112	-	(15)	-	-	-
Outros realizáveis	20.821	51.855	-	-	-	(3)	(3)
	20.933	51.967	31.648	19.223	145	(3)	51.012
<b>Não Circulante</b>							
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	(30.000)	-	(3)	-	(30.000)
Outros realizáveis	24	23	-	-	-	(1.033)	(1.033)
	24	23	1.648	19.223	142	(1.033)	19.979
<b>Permanente</b>							
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	20.957	51.990					
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores de materiais e serviços	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	1	1	(435)	22	-	-	-
Dividendos propostos	655	655	-	(2)	-	-	-
Adiantamento de Clientes	-	-	(598)	(23)	-	-	-
Outros credores	322	322	(1.033)	(3)	-	-	-
	978	978	-	-	-	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	1.648	31.648	-	-	-	-	-
Reservas de Lucro	142	145	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	19.223	19.223	-	-	-	-	-
Resultado do Período	(1.033)	(3)	-	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	19.979	51.012	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	20.957	51.990	-	-	-	-	-

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são

registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (b) **Clientes por incorporação e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (c) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (d) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** (a) corrente: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no

lucro real, sendo IRPJ e a CSLL são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais a base negativa de contribuição social para fins de determinação, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. (b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos. **4. Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 1.648 (milhares de reais), dividido em 1.647.568 (um milhão pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido ordinárias, todas subscritas e integralizadas.

**Demonstração do Resultado**

	2021	2020
Receita operacional líquida	-	-
Custo operacional	-	-
Na incorporação e venda de imóveis	-	-
Lucro bruto	-	-
(Despesas) receitas operacionais	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(435)	22
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2)	-
Despesas financeiras	(598)	(23)
Lucro antes do imposto de renda e CSLL	(1.033)	(3)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Lucro/Prejuízo do exercício	(1.033)	(3)

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e CSLL	(1.033)	(3)
Despesas que não afetam o caixa e equivalentes de caixa	-	2
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Redução (aumento) nas contas do ativo	-	-
Clientes	-	-
Impostos e contribuições	-	-
Outros	31.032	62
Aumento (redução) nas contas do passivo	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	-	-
Impostos e contribuições	-	-
Outros credores	-	(57.162)
Adiantamento de Clientes	-	-
Geração (utilização) de caixa nas atividades operacionais	29.999	(57.101)
Atividades de investimentos	-	-
Investimentos	-	57.103
Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimentos	-	57.103
Atividades de financiamentos	-	-
Dividendos pagos	-	-
Impostos pagos	-	-
Utilização de caixa nas atividades financeiras	-	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	29.999	2
Caixa e equivalentes de caixa	-	(2)
No início do exercício	-	-
No fim do exercício	-	-
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	-	2

## Parlamento do Panamá aprova projeto que regula uso de ativos digitais

Os parlamentares do Panamá aprovaram um projeto para regular o uso e o comércio de criptoativos, que foram questionados por organizações internacionais, justamente quando o país está tentando deixar para trás os escândalos de lavagem de dinheiro.

O Panamá entrou duas vezes na lista cinza da Força-Tarefa de Ação Financeira (Gafi) por suas deficiências na luta contra a lavagem de dinheiro. Sua última entrada ocorreu em junho de 2019 e as autoridades insistiram em sua disposição de sair.

O projeto de lei abre as portas para o uso público e privado de tais ativos e permitirá que as pessoas paguem seus impostos com criptomonedas.

A legislação é mais ampla em escopo do que as medidas aprovadas por El Salvador, que no ano passado tornou o bitcoin moeda legal, disse o parlamentar independente e promotor do projeto de lei Gabriel Silva.

Entre outras coisas, o projeto de lei abrange a negociação e uso de ativos criptográficos, emissão de títulos digitais e novos sistemas de pagamento. "Estamos vendo o surgimento de muitos tipos diferentes de ativos criptográficos, como obras de arte. E por isso que não queremos nos limitar apenas às criptomonedas", disse Silva.

Sob a nova legislação, os panamenhos podem usar criptoativos como meio de pagamento para qualquer operação civil ou comercial não proibida por lei no país.

"Apenas 45% dos panamenhos têm contas bancárias, mas a taxa de penetração da internet no país chega a 72%. As criptomonedas podem ajudar os não bancarizados", disse Belisario Castillo Sancen, presidente-executivo da empresa de criação de ativos digitais Feanor Corp.

O projeto também pode forçar os bancos a serem mais cooperativos e justos no uso desses ativos, disse José Fabrega, membro do grupo Cryptos Panama.

## Governo tem déficit fiscal menor que o esperado em março e Tesouro vê dado melhor no ano

O governo central registrou um déficit primário de 6,304 bilhões de reais em março, divulgou o Tesouro nesta quinta-feira, dado melhor do que as expectativas de mercado.

Pesquisa Reuters com analistas projetava um rombo fiscal de 13,6 bilhões de reais. Ainda assim, o número ficou abaixo do registrado no mesmo mês de 2021, quando houve superávit de 2,0 bilhões de reais.

Os números reúnem as contas de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social.

Com dados acima do previsto na arrecadação, o Tesouro já enxerga um resultado melhor para as contas públicas neste ano. A estimativa oficial mais recente, divulgada em março, apontava para um déficit primário de 66,9 bilhões de reais no encerramento de 2022.

"Os resultados apurados no primeiro trimestre do ano sugerem que o balanço primário do governo central po-

derá ser superior ao projetado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 1º bimestre", disse o órgão em nota, sem apresentar uma nova estimativa.

De acordo com o Tesouro, as receitas estão subindo em maior intensidade do que o projetado. Por outro lado, a expectativa é que as despesas fiquem próximas aos valores já estimados por conta da limitação do teto de gastos.

Em 12 meses, as contas federais acumulam um déficit primário de 15,5 bilhões de reais pela série corrigida pela inflação, equivalente a 0,17% do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta fiscal de 2022 é de déficit de 170,5 bilhões de reais, mas o Orçamento deste ano foi aprovado com a previsão de um rombo menor, de 76,2 bilhões de reais.

Mesmo com o cenário mais favorável, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, recomendou cautela na condução das contas do governo, ressaltando que há dificuldade para cumprir o teto de gastos

e conceder reajustes salariais de servidores e atender a outras demandas de ministérios que estão desfalcados.

O resultado de março foi composto por um superávit de 13,9 bilhões de reais do Tesouro Nacional, além de rombos de 20,2 bilhões de reais nas contas da Previdência e de 54 milhões de reais no Banco Central.

No mês, a receita líquida do governo teve alta real de 6,7%, na comparação com março de 2021, a 140,4 bilhões de reais.

O número reflete uma alta real na arrecadação, de 6,9%, divulgada nesta quinta-feira pela Receita Federal, sob impacto de ganhos com royalties de petróleo e ajustes feitos por empresas referentes ao exercício de 2021.

A despesa total no mês, por sua vez, cresceu 13,5% acima da inflação, para 146,7 bilhões de reais.

Houve aumento de 262,1% nos gastos com abono salarial e seguro desemprego, na comparação com março de 2021, atingindo 16,0 bilhões

de reais. O salto foi motivado por uma mudança no calendário de pagamento do abono, que foi antecipado para o primeiro trimestre.

Subsídios e subvenções aumentaram 141,2%, a 148 milhões. Também houve crescimento na despesa com o Fundeb (fundo para educação), salto de 48,6%, indo a 1,8 bilhão de reais.

Houve ainda um aumento nos gastos com programas sociais. A despesa com o Auxílio Brasil ficou em 7,4 bilhões de reais no mês, contra 3,0 bilhões de reais do Bolsa Família em março de 2021.

Por outro lado, o gasto do governo com pessoal e encargos sociais caiu 8,1%, para 25,2 bilhões de reais.

No acumulado dos três primeiros meses do ano, há um superávit nas contas públicas de 49,627 bilhões de reais, contra saldo positivo de 24,205 bilhões de reais em igual período de 2021.

Reuters

Reuters



## UPCON SPE 17 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ: 17.147.975/0001-40

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancete Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	2021	2020	
<b>Ativo</b>			<b>Capital social</b>
<b>Circulante</b>			<b>Reserva de Lucros</b>
Caixa e bancos	-	-	<b>Resultados Acumulados</b>
Aplicações financeiras	-	-	<b>Lucros / Prejuízos Acumulados</b>
Clientes	-	-	<b>Total</b>
Estoques	12	10	
Gastos com vendas a apropriar	-	-	
Intercompany	-	-	
Outros realizáveis	290	290	
	302	300	
<b>Não Circulante</b>			
Clientes	-	-	
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	
Outros realizáveis	-	2	
	-	2	
<b>Permanente</b>			
Investimentos	-	-	
Imobilizado	-	-	
Stand	-	-	
<b>Total do ativo</b>	<b>302</b>	<b>302</b>	
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	-	7	
Fornecedores de materiais e serviços	-	1	
Impostos e contribuições	3	-	
Salários e encargos	2	-	
Provisões sociais	-	-	
Dividendos propostos	-	-	
Cessão de Crédito	-	-	
Adiantamento de Clientes	-	-	
Intercompany	-	-	
Outros credores	-	1.595	
	4	1.603	
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	1.594	-	
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	
Cessão de Créditos	-	-	
Adiantamento de clientes	7	-	
Provisão para contingência	-	-	
Outros credores	-	1.880	
	1.601	1.880	
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	4.788	2.908	
Reservas de Lucro	-	-	
Resultados Acumulados	(6.089)	(4.378)	
Resultado do Período	(2)	(1.711)	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(1.303)</b>	<b>(3.181)</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>302</b>	<b>302</b>	

## Google/Coelho: crescimento das techs na pandemia não vai durar para sempre

O diretor executivo do Google Brasil, Fábio Coelho, considera natural uma desaceleração do desempenho das empresas de tecnologia. Na terça-feira, a Alphabet, controladora do Google, anunciou um ganho líquido de US\$ 16,44 bilhões nos três primeiros meses de 2022, queda de cerca de 8% ante igual período de 2021. O valor equivale a um lucro por ação de US\$ 24,62, aquém da previsão de analistas consultados pela FactSet, de US\$ 25,89.

“As empresas de tecnologia no geral tiveram um ritmo de crescimento na pandemia que não vai durar para sempre. Esse é um processo natural”, afirmou o executivo durante conversa com jornalistas no evento Think with Google, promovido nesta quinta-feira, 28.

Coelho destacou que as ações da companhia acumulam alta de 65% em um ano. O que também contribui, na sua avaliação, para um movimento de ajuste. Os papéis chegaram a cair 4% no after market em Nova York após o balanço ser mal recebido pelo mercado.

“Hoje, por exemplo, já está subindo de novo. A volatilidade faz parte do cenário atual.

Isto é Dinheiro

Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa	
	2021	2020	
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>
<b>Custo operacional</b>			<b>Despesas que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>
Na incorporação e venda de imóveis	(1.582)	(1.582)	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Lucro bruto</b>			<b>Redução (aumento) nas contas do ativo</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			Resultado de equivalência patrimonial
Despesas de vendas	(32)	(1)	Clientes
Despesas gerais e administrativas	(1)	(1)	Estoques
Provisão de Bônus	-	-	Gastos com vendas a apropriar
Outras receitas e despesas operacionais	(1)	(1)	Impostos e contribuições
Provisão para Reserva de Contingência	-	-	Imobilizado
Depreciações e Amortizações	-	-	Outros
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	<b>Aumento (redução) nas contas do passivo</b>
Receitas financeiras	4	4	Empréstimos e financiamentos
Despesas financeiras	(1)	(98)	Fornecedores de materiais e serviços
<b>Lucro antes do imposto de renda e CSLL</b>	<b>(2)</b>	<b>(1.710)</b>	Impostos e contribuições
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(1)	Salários e encargos
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	Provisões sociais
<b>Lucro/Prejuízo do exercício</b>	<b>(2)</b>	<b>(1.711)</b>	Outros credores
			Cessão de Crédito
<b>Demonstração do valor adicionado</b>			Adiantamento de Clientes
			AFAC
<b>Receitas</b>			Retenção de Lucros
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades operacionais</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.582)</b>	<b>(1.582)</b>	<b>Atividades de investimentos</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(1.582)	(1.582)	Aumento de Capital
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	Investimentos
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(1.582)</b>	<b>(1.582)</b>	<b>Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimentos</b>
<b>Retenções</b>			<b>Atividades de financiamentos</b>
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	Dividendos pagos
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>(1.582)</b>	<b>(1.582)</b>	Captação de Empréstimos e financiamentos
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(1)</b>	<b>(30)</b>	Impostos pagos
Despesas de vendas	(32)	(32)	<b>Utilização de caixa nas atividades financeiras</b>
Despesas gerais e administrativas	(1)	(1)	<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>
Outras receitas e despesas operacionais	(1)	(1)	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>
Resultado financeiro	4	4	No início do exercício
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.612)</b>	No fim do exercício
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.612)</b>	<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>
Impostos, taxas e contribuições	-	-	
Juros e aluguéis	1	98	
Prejuízo do exercício	(2)	(1.711)	

**Notas Explicativas**

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (c) **Clientes por incorpora-**

**ção e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) **Imóveis a comercializar:** Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) **Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, emissão de debêntures, fornecedores e outras dívidas. (a) **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

**A Diretoria**  
Natan Santos  
Contador Responsável - CRC 1SP 325.568/O-6

## McDonald's admite que McPicanha não tem picanha e é notificado pelo Procon

O McDonald's no Brasil admitiu que a carne utilizada na nova linha de sanduíches, a 'McPicanha', não é do tipo picanha. A empresa reconheceu o fato após forte repercussão nas redes sociais, o que fez ao menos dois Procons pedirem respostas da rede de fast food.

Segundo nota do McDonald's, os novos 'McPicanha' são desenvolvidos com um sabor "mais acentuado de churrasco", obtido por meio de um molho com aroma natural de picanha". O hambúrguer, de acordo com o comunicado, é "100% carne

bovina, produzido com um blend de cortes selecionados".

A repercussão negativa entre consumidores na internet levou órgãos de defesa do consumidor a cobrar um posicionamento da empresa.

O Procon-SP notificou o McDonald's, solicitando, até o dia 2 de maio, o recebimento da tabela nutricional dos sanduíches, atestando a composição de cada um dos ingredientes (carne, molhos, aditivos, dentre outros), além de documentos que comprovem os testes de qualidade realizados, demonstrando o processo de manipulação,

acondicionamento e tempo indicado para consumo.

"Também foi solicitado que o McDonald's apresente os gabaritos das embalagens utilizadas para acondicionamento dos produtos nas lojas físicas para consumo imediato e para entrega (delivery) e cópia dos materiais publicitários e das mídias de divulgação da linha de 2022, bem como da campanha imediatamente anterior dos sanduíches com a presença de "sabor acentuado de churrasco e/ou picanha", veiculados nos meios de comunicação e nas redes sociais pela empresa e por parceiros", diz nota

do Procon-SP

Já o Procon-DF proibiu o McDonald's de vender os sanduíches 'McPicanha' em todo o Distrito Federal, a partir desta quinta-feira, 28, até que haja a "correção total da publicidade".

"Na publicidade não há informação clara de que o hambúrguer contém qualquer porcentagem do corte bovino picanha. Então, a forma como o McDonald's usa o nome 'picanha' em seu produto e na divulgação da campanha publicitária do sanduíche induzem ao entendimento de um produto composto pelo corte de carne picanha. Isso induz

o consumidor ao erro", diz Marcelo Nascimento, diretor-geral do Procon-DF.

A campanha do McDonald's, lançada no começo do mês nas redes sociais, sinaliza em letras miúdas que o hambúrguer é "100% bovino" com molho sabor picanha. A empresa reconheceu a falha na comunicação.

"A marca lamenta que a comunicação criada sobre os novos produtos possa ter gerado dúvidas e informa que novas peças, destacando a composição dos sanduíches de maneira mais clara, já estão sendo produzidas", diz a empresa, em nota.. Isto é Dinheiro



## Publicidade Legal

## Jardins da Barra Desenvolvimento Imobiliário S/A

CNPJ/MF Nº: 09.253.266/0001-10

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Lucros acumulados		Total
Balço Patrimonial		Capital social	Reservas de capital	Reservas de Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Ativo	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>						
Caixa e bancos	759	765	6.547	1.509	79	7.090
Aplicações financeiras	175	201	-	-	1.408	1.408
Clientes	891	570	-	-	-	-
Estoques	443	443	-	-	79	(79)
Outros realizáveis	3.311	3.415	-	-	(966)	1.408
	<b>5.578</b>	<b>5.394</b>	<b>6.547</b>	<b>1.509</b>	<b>993</b>	<b>8.498</b>
<b>Não Circulante</b>						
Clientes	4	4	-	-	-	-
Outros realizáveis	6.594	6.513	-	-	1.408	(1.408)
	<b>6.598</b>	<b>6.517</b>	<b>6.547</b>	<b>1.509</b>	<b>442</b>	<b>9.491</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>12.176</b>	<b>11.911</b>				
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores de materiais e serviços	185	858	-	-	-	-
Impostos e contribuições	2.221	2.237	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	7	12	-	-	-	-
Outros credores	272	306	-	-	-	-
	<b>2.685</b>	<b>3.413</b>				
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	6.547	6.547	-	-	-	-
Reservas de Lucro	1.509	1.509	-	-	-	-
Resultados Acumulados	442	(966)	-	-	-	-
Resultado do Período	993	1.408	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.491</b>	<b>8.498</b>				
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>12.176</b>	<b>11.911</b>				

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Auração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (b) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras caucionadas são realizadas por meio de fundo de renda fixa, com valorização de suas cotas através de aplicação dos recursos exclusivamente em títulos públicos federais, indexados a taxas pré-fixadas, ou índices de preços e são caucionadas como parte da garantia de emissões da Companhia. (c) **Clientes por incorporação e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil

(INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes até a entrega das chaves, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber referentes ao período "pós-chaves". A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessária, é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. (d) **Imóveis a comercializar:** Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) **Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação (g) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** (a) **corrente:** O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no lucro presumido RET - Regime Especial de Tributação, à razão de 1,28% IRPJ e 0,66% CSLL sobre as receitas brutas (4% também considerando Pis e Cofins sobre as receitas) e lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas

(IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no lucro presumido RET - Regime Especial de Tributação, à razão de 1,28% IRPJ e 0,66% CSLL sobre as receitas brutas (4% também considerando Pis e Cofins sobre as receitas) e lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas

## A Diretoria

Tairim Larissa Conto Barbosa - Contadora Responsável - CRC 1SP 330186/O-3

## Huawei registra queda de receita no 1º tri e crescimento no negócio de consumo

A chinesa Huawei disse nesta quinta-feira que suas receitas do primeiro trimestre caíram 13,9% em relação ao ano anterior, com novas áreas de negócios ainda se recuperando dos estragos por ter sido colocada em uma lista de sanções dos EUA.

A gigante chinesa de telecomunicações registrou receita de 131 bilhões de iuanes (19,9 bilhões de dólares) no primeiro trimestre, abaixo dos 152,2 bilhões de iuanes do ano anterior.

"Nosso negócio de consumo foi fortemente impactado, e nosso negócio de infraestrutura de TIC (tecnologia da informação e comunicação) experimentou um crescimento constante", disse Ken Hu, presidente rotativo da Huawei.

Em 2019, os Estados Unidos colocaram a Huawei em uma lista restrita de exportações, impedindo-a de acessar tecnologia de origem americana, prejudicando sua capacidade de projetar chips e fornecer componentes de fornecedores externos.

Um porta-voz da Huawei disse que a empresa tomou medidas para atender à demanda dos consumidores por smartphones.

"Os consumidores podem comprar smartphones Huawei com mais facilidade agora, incluindo os mais recentes modelos mais vendidos", como as principais séries P50 e Nova, disse o porta-voz, sem dar mais detalhes.

A empresa detinha apenas 6,2% do mercado de celulares da China no primeiro trimestre, disse a Counterpoint Research. No mesmo período, a Honor, unidade que a Huawei vendeu em dezembro de 2020, viu sua participação de mercado subir para 16,9%.

A margem de lucro líquido da Huawei no trimestre também caiu 6,8 pontos percentuais ano a ano, para 4,3%, queda que a empresa atribuiu ao aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, bem como à queda na receita.

## Dívida pública federal cai 2,89% em março, mas risco cresce em abril, diz Tesouro

A dívida pública federal do Brasil caiu 2,89% em março sobre fevereiro, a 5,565 trilhões de reais, informou o Tesouro Nacional nesta quinta-feira, mencionando uma melhora no cenário dos países emergentes apesar de um ambiente externo com fatores negativos, e ponderando que os riscos aumentaram em abril.

No mês passado, a dívida pública mobiliária interna teve recuo de 2,69%, a 5,343 trilhões de reais. O movimento é resultado de um grande volume de vencimentos de títulos, o que resultou em um resgate líquido de 204,7 bilhões de reais.

No período, houve uma redução de 16,03% na reserva de liquidez do Tesouro, de 1,278 trilhão de reais para 1,073 trilhão de reais.

Nos próximos 12 meses está previsto o vencimento

de 1,225 trilhão de reais em títulos da dívida interna. Com o volume disponível em caixa, o Tesouro consegue quitar 9,8 meses de vencimentos.

De acordo com o coordenador-geral de operações da dívida pública do Tesouro, Luís Felipe Vital, é natural que haja resgate líquido em meses com volumes elevados de vencimentos de papéis. Nesses momentos, o governo consome seu colchão de liquidez para não ter que ampliar emissões em condições desfavoráveis.

"O Tesouro não precisa fazer emissões de pior qualidade em função desses vencimentos grandes, essa flutuação é absorvida pelo colchão de liquidez", disse. "O colchão de liquidez segue em nível bastante confortável".

De acordo com o Tesouro, houve melhora nos prêmios de risco de nações emergentes em março apesar da guer-

ra na Ucrânia, do novo surto de Covid-19 na China e do possível ciclo mais agressivo de aperto monetário nos Estados Unidos.

No mês, o CDS (credit default swap) do Brasil, que mede o risco relacionado ao país, caiu 6,54%, segundo o Tesouro, a 208 pontos base.

Em março, houve um alongamento do prazo médio de vencimento dos títulos brasileiros para 3,97 anos, ante 3,86 anos registrados em fevereiro.

O custo médio do estoque da dívida pública federal apresentou redução, passando de 8,68% ao ano em fevereiro para 8,59% ao ano no mês passado. Na dívida interna, o custo do estoque subiu de 9,25% para 9,65% ao ano.

O custo médio das novas emissões da dívida interna também cresceu, indo de 9,5% para 10,5% ao ano.

Ainda de acordo com o

dados, investidores estrangeiros reduziram a participação na dívida interna de 10% para 9,4%, um recuo de 45,7 bilhões de reais.

Para o mês de abril, o Tesouro aponta uma ampliação dos riscos, provocando uma elevação nas taxas de juros no Brasil, com pressões inflacionárias em diversas economias, além da guerra e do surto de Covid na China.

Vital ressaltou que o evento que mais tem chamado a atenção em abril é a perspectiva da política monetária nos Estados Unidos, que tem ampliado a volatilidade no mercado.

"É um cenário de maior aversão ao risco, mais volatilidade e piora na percepção de risco dos emergentes", afirmou

Reuters

Reuters



## UPCON SPE 7 Empreendimentos Imobiliários S/A

CNPJ/MF Nº: 15.334.737/0001-18

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração do Fluxo de Caixa			
Ativo	2021	2020	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
<b>Circulante</b>							
Caixa e bancos	85	-	11.471	-	(2.139)	-	9.331
Aplicações financeiras	2.615	-	2.629	-	-	-	2.629
Clientes	1.687	2.882	-	-	-	1.199	1.199
Estoques	12.707	9.337	-	-	(3.323)	-	(3.323)
Gastos com vendas a apropriar	-	-	-	-	(3.061)	(1.201)	9.837
Intercompany	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	2.472	119	-	-	-	-	-
	<b>19.566</b>	<b>12.338</b>					
<b>Não Circulante</b>							
Clientes	1.433	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	-	1.270	-	-	-	-	-
	<b>1.433</b>	<b>1.270</b>					
<b>Permanente</b>							
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	483	-	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>483</b>					
<b>Total do ativo</b>	<b>20.999</b>	<b>14.091</b>					
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	77	359	-	-	-	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	335	20	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	75	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	-	1.604	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	771	2.108	-	-	-	-	-
	<b>1.258</b>	<b>4.091</b>					
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	9.894	669	-	-	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Créditos	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	10	-	-	-	-	-	-
	<b>9.904</b>	<b>669</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	14.099	11.471	-	-	-	-	-
Reservas de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	(3.061)	(261)	-	-	-	-	-
Resultado do Período	(1.201)	(2.400)	-	-	-	-	-
	<b>9.837</b>	<b>9.331</b>					
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.837</b>	<b>9.331</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>20.999</b>	<b>14.091</b>					

## Notas Explicativas

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referenciados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos rela-

cionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; (c) **Clientes por incorporação e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) **Imóveis a comercializar:** Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as

variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) **Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** Corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia é registrado com base no lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a da contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ e 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre e 9% de CSLL). **4. Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2022 é de R\$ 14.099 (milhares de reais), representado por 14.099.308 (quatorze milhões noventa e nove mil trezentos e oito) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## A Diretoria

Taimir Larissa Conto Barbosa  
Contadora Responsável - CRC 1SP 330186/O-3

Isto é Dinheiro

## CMN destina R\$ 6,058 bi para concessão de crédito por meio do Funcafé

O Conselho Monetário Nacional (CMN) destinau R\$ 6.058.500.000 para a concessão de crédito por meio do Funcafé em 2022. Em nota, o colegiado informou que a decisão foi tomada após um pleito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O conselho também elevou o limite de crédito de custeio para cooperativa de produção de R\$ 30 milhões para R\$ 50 milhões e manteve os limites nas operações por cooperado em R\$ 500 mil.

“As cooperativas de produção exercem importante papel na cafeicultura por sua capacidade de operacionalização e capilaridade na distribuição dos recursos diretamente aos cafeicultores, especialmente neste período de aumento dos custos de produção, puxado pela alta dos fertilizantes e defensivos agrícolas”, informou o colegiado.

Isto é Dinheiro

## Lucro da Hershey cresce 35% e atinge US\$ 533,5 milhões no 1º trimestre

A Gol se surpreendeu com o retorno de viagens corporativas no final do primeiro trimestre e continuação da demanda por lazer e avalia que o indicador que mede receita por assento por quilômetro percorrido (Rask) será maior no segundo trimestre ante os três primeiros meses do ano.

A companhia divulgou mais cedo resultados acima do esperado pelo mercado para o primeiro trimestre, com lucro líquido de 2,6 bilhões de reais.

“Em março, o resultado

foi superior ao de janeiro, inédito na indústria porque tipicamente os meses de julho, dezembro e janeiro trazem os resultados mais significativos para o setor”, disse o presidente da Gol, Paulo Kakinoff, em conferência com analistas e jornalistas nesta quinta-feira.

“O segundo trimestre, em volume de passageiros, sempre foi, e continua sendo, menor que o primeiro trimestre...Mas, considerando o volume de demanda em relação à oferta, a gente vê que este segundo trimestre tem alguns indicadores como o

Rask superior ao que vimos no primeiro trimestre”, disse Kakinoff.

A Gol divulgou um lucro líquido acima do esperado no primeiro trimestre de 2022, à medida que ganhos com câmbio ajudaram a compensar os preços mais altos de combustíveis.

A empresa disse que os resultados operacionais foram os melhores desde o início da pandemia de Covid-19, com vendas trimestrais acima dos níveis vistos no primeiro trimestre de 2019, período anterior à crise instalada pela propagação do coronavírus.

O lucro líquido trimestral de 2,6 bilhões de reais registrado pela companhia compara-se à estimativa de mercado de 394,8 milhões de reais, com base em analistas consultados pela Refinitiv, revertendo as perdas multibilionárias nas comparações anual e mensal.

O resultado foi impulsionado principalmente pelos ganhos cambiais, disse a Gol, diante da forte valorização do real em relação ao dólar no período.

A empresa divulgou dados preliminares de tráfego para o primeiro trimestre no

início deste mês, com aumento de cerca de 1 ponto percentual na taxa de ocupação ante o ano passado. A oferta por seus voos medida pelo indicador ASK cresceu cerca de 44%.

A receita líquida trimestral da Gol mais que dobrou ano a ano, para 3,2 bilhões de reais no primeiro trimestre, superando a projeção de mercado de 2,92 bilhões de reais, mostram os dados da Refinitiv.

Isto é Dinheiro

## Gol vê demanda acima da esperada em março, espera receita Rask maior no 2º tri

A Gol se surpreendeu com o retorno de viagens corporativas no final do primeiro trimestre e continuação da demanda por lazer e avalia que o indicador que mede receita por assento por quilômetro percorrido (Rask)

será maior no segundo trimestre ante os três primeiros meses do ano.

A companhia divulgou mais cedo resultados acima do esperado pelo mercado para o primeiro trimestre, com lucro líquido de 2,6 bilhões de reais.

“Em março, o resultado foi superior ao de janeiro, inédito na indústria porque tipicamente os meses de julho, dezembro e janeiro trazem os resultados mais significativos para o setor”, disse o presidente da Gol, Paulo Kakinoff, em conferência com analistas

e jornalistas nesta quinta-feira.

“O segundo trimestre, em volume de passageiros, sempre foi, e continua sendo, menor que o primeiro trimestre...Mas, considerando o volume de demanda em relação à oferta, a gente vê que

este segundo trimestre tem alguns indicadores como o Rask superior ao que vimos no primeiro trimestre”, disse Kakinoff.

A Gol divulgou um lucro líquido acima do esperado no primeiro trimestre de 2022.

Isto é Dinheiro



## Publicidade Legal

## APOGEE Empreendimento Imobiliário S/A

CNPJ/MF Nº: 07.984.072/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balço Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração do Fluxo de Caixa			
	2021	2020	Capital social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Caixa e bancos	2.411	9.275	20.873	-	(396)	47.013	67.490
Aplicações financeiras	12.771	-	460	-	-	-	460
Clientes	(60.464)	33.513	-	-	-	(49.400)	(49.400)
Estoques	190.830	114.418	-	-	46.566	-	46.566
Gastos com vendas a apropriar	100	-	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	30.692	301	-	-	-	-	-
	<b>176.339</b>	<b>157.507</b>	<b>21.333</b>	<b>-</b>	<b>46.170</b>	<b>(2.387)</b>	<b>65.117</b>
<b>Não Circulante</b>							
Clientes	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	-	1.055	-	-	-	-	-
		<b>1.055</b>					
<b>Permanente</b>							
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Stand	4	-	-	-	-	-	-
	<b>4</b>	<b>-</b>					
<b>Total do ativo</b>	<b>176.343</b>	<b>158.562</b>					
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	(751)	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	4.976	2.522	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições	3.596	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Crédito	-	(0)	-	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	800	-	-	-	-	-	-
Intercompany	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	61.422	85.272	-	-	-	-	-
	<b>70.043</b>	<b>87.794</b>					
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	38.974	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e CSLL diferidos	1.324	1.499	-	-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Cessão de Créditos	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	885	1.780	-	-	-	-	-
	<b>41.183</b>	<b>3.278</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	21.333	20.873	-	-	-	-	-
Reservas de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	46.170	(396)	-	-	-	-	-
Resultado do Período	(2.387)	47.013	-	-	-	-	-
	<b>65.117</b>	<b>67.490</b>					
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>65.117</b>	<b>67.490</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>176.343</b>	<b>158.562</b>					

## Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. 3. Principais práticas contábeis: (a) Auração do resultado de incorporação e venda de imóveis: (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; (c) Clientes por incorporação e vendas de imóveis: São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) Imóveis a comercializar: Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados pelo

valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) Outros passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: Corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia é registrado com base no lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a da contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas vigentes (15% para IRPJ e 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre e 9% de CSLL). 4. Patrimônio Líquido: O capital social da Companhia em 31/12/2022 é de R\$ 21.333 (milhares de reais), representado por 21.333.218 (Vinte e um milhões trezentas e trinta e três mil duzentas e dezoito) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

## A Diretoria

Taimir Larissa Conto Barbosa  
Contadora Responsável - CRC 1SP 330186/O-3

## Suzano compra Vitex e Parkia por US\$667 mi

A fabricante de celulose Suzano anunciou nesta quinta-feira que assinou contrato para compra de todas as ações detidas pela Arapar e pelo fundo de investimento Florestais FIP na Vitex e na Parkia por 667 milhões de dólares.

O pagamento será em duas parcelas, a primeira no fechamento da transação e a segunda após doze meses, disse a empresa em fato relevante. O acordo ainda requer a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Em nota a clientes, o Itaú BBA comentou que os ativos são de florestas, as mesmas que a Fibria vendeu para a Parkia em 2013: 206 mil hectares nos Estados de Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo e São Paulo. Após a venda para a Parkia, a Fibria assinou contrato de compra de madeira dessas terras por 50 milhões de dólares por ano.

Segundo o Itaú BBA, a transação faz sentido porque a base florestal está localizada próxima às atuais fábricas da empresa, que tem uma posição de balanço mais confortável e um custo de dívida mais baixo do que quando a Fibria quando decidiu vender essa base florestal em 2013.

Além disso, “é um movimento defensivo, uma vez que o terreno comprado é grande o suficiente para que um potencial concorrente o utilize para instalar nova fábrica de celulose no Brasil”, diz trecho do relatório assinado por Daniel Sasson e equipe.

Os analistas ainda comentaram que, do aspecto operacional, não esperam que o negócio traga mudanças para a Suzano, cuja ação tinha queda de 1% às 14h16 (horário de Brasília). No mesmo horário, o Ibovespa tinha alta de 0,4%.

Reuters

Reuters

## Adoção do bitcoin pela República Centro-Africana choca criptoverso

A adoção do bitcoin pela República Centro-Africana, enquanto muitas das maiores economias do mundo seguem cautelosas com a divisa virtual, intrigou o mundo das criptomoedas e os moradores do país produtor de ouro e diamantes, e provocou um pedido por cautela pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O uso do bitcoin para comprar e vender bens e serviços depende de internet confiável e rápida e acesso generalizado a computadores ou smartphones.

Mas a República Centro-Africana tem taxas de apenas 11% de penetração na internet, ou cerca de 550 mil pessoas online em 2021, estima o site DataReportal. Enquanto isso, só cerca de 14% das pessoas têm acesso à eletricidade e menos da metade tem conexão de telefone celular, diz a Economist In-

telligence Unit.

Analistas e especialistas em criptomoedas disseram que grandes desafios vêm pela frente na adoção do bitcoin em um dos países mais pobres do mundo, com baixo uso de internet, conflito generalizado, eletricidade irregular e uma população pouco familiarizada com moedas digitais.

A República Centro-Africana deu poucos detalhes no anúncio da véspera sobre como planeja enfrentar esses desafios. O governo não respondeu aos pedidos de comentários da Reuters.

O comunicado disse que a medida faz da República Centro-Africana um dos “países mais visionários” do mundo, mas os moradores da capital Bangui, onde a maioria está familiarizada com dinheiro em espécie, ficaram perplexos.

“Bitcoin. O que é isso?!”, disse Auguste Agou, que administra uma madeireira em

Bangui.

O país africano de 4,8 milhões de pessoas é o segundo do mundo a recorrer ao bitcoin, além de El Salvador, que adotou o bitcoin como divisa em junho. Mas seu uso comercial foi frustrado por falhas na internet.

A pesquisadora de blockchain Chainalysis, que rastreia o uso de divisas digitais, não tinha dados sobre a República Centro-Africana, há anos dominada pela violência e que abriga mercenários russos que ajudam o governo a superar rebeldes.

Alguns disseram que, ao adotar o bitcoin, a República Centro-Africana envia uma mensagem sobre o franco CFA da África Central, moeda regional usada por seis países governada pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC) e atrelada ao euro.

O BEAC deve, por meio da união monetária, manter pelo menos 50% dos ativos estrangeiros com o Tesouro

francês, arranjo que tem sido criticado por retardar o desenvolvimento econômico.

“A África Central está extremamente atrasada em termos de desenvolvimento”, disse Chris Maurice, presidente da empresa de câmbio de criptomoedas Yellow Card Financial.

“É um grande dedo do meio para o sistema econômico francês.”

O FMI, que em janeiro instou El Salvador a acabar com sua decisão de tornar o bitcoin uma moeda de curso legal, expressou cautela sobre a decisão da República Centro-Africana.

“É realmente importante não ver essas coisas como uma panaceia para os desafios econômicos que nossos países enfrentam”, disse o diretor do Departamento da África do FMI, Abebe Aemro Selassie.



## UPCON SPE 12 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ: 15.752.189/0001-46

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Balancete Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	2021	2020	
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e bancos	-	-	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Aplicações financeiras	-	-	Aumento de Capital
Clientes	-	-	Prejuízo do exercício
Estoques	604	604	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Gastos com vendas a apropriar	-	-	Aumento de Capital
Intercompany	-	-	Prejuízo do exercício
Outros realizáveis	4	4	Saldos em 31 de dezembro de 2020
	608	608	
<b>Não Circulante</b>			
Clientes	-	-	Receita operacional líquida
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	Custo operacional
Outros realizáveis	1.243	1.243	Na incorporação e venda de imóveis
	1.243	1.243	Lucro bruto
<b>Permanente</b>			(Despesas) receitas operacionais
Investimentos	-	-	Despesas de vendas
Imobilizado	-	-	Despesas gerais e administrativas
Stand	-	-	Provisão de Bônus
	-	-	Outras receitas e despesas operacionais
<b>Total do ativo</b>	<b>1.851</b>	<b>1.851</b>	Provisão para Reserva de Contingência
<b>Passivo</b>			Depreciações e Amortizações
<b>Circulante</b>			Resultado de Equivalência Patrimonial
Empréstimos e financiamentos	-	117	Receitas financeiras
Fornecedores de materiais e serviços	-	56	Despesas financeiras
Impostos e contribuições	-	90	Lucro antes do imposto de renda e CSLL
Salários e encargos	57	-	Imposto de renda e contribuição social
Provisões sociais	90	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Dividendos propostos	-	-	Lucro/Prejuízo do exercício
Cessão de Crédito	-	-	
Adiantamento de Clientes	410	410	<b>Demonstração do valor adicionado</b>
Intercompany	-	-	
Outros credores	557	787	<b>Receitas</b>
			Vendas de mercadorias, produtos e serviços
<b>Não Circulante</b>			Insumos adquiridos de terceiros
Empréstimos e financiamentos	-	-	Custos das mercadorias e serviços vendidos
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	-	Valor adicionado bruto
Cessão de Créditos	-	-	Retenções
Adiantamento de clientes	238	-	Depreciação, amortização e exaustão
Provisão para contingência	-	-	Valor adicionado líquido produzido pela entidade
Outros credores	247	423	Valor adicionado recebido em transferência
	484	423	Despesas de vendas
<b>Patrimônio líquido</b>			Despesas gerais e administrativas
Capital social	1.672	1.495	Outras receitas e despesas operacionais
Reservas de Lucro	-	-	Resultado financeiro
Resultados Acumulados	(857)	(854)	Valor adicionado total a distribuir
Resultado do Período	(5)	(1)	Distribuição do valor adicionado
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>810</b>	<b>641</b>	Impostos, taxas e contribuições
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.851</b>	<b>1.851</b>	Juros e aluguéis
			Prejuízo do exercício

## Notas Explicativas

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto social o planejamento, a promoção, a incorporação e a venda de unidades habitacionais. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas que afetam os montantes demonstrados de ativos, passivos, e outras transações durante os períodos reportados e requerem a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis:** Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque; As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". (c) **Clientes por incorpora-**

**ção e vendas de imóveis:** São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. (d) **Imóveis a comercializar:** Demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende construção (materiais, mão-de-obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados) e terrenos, inclusive encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. (e) **Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e rendimentos auferidos até a data do balanço. (f) **Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. (g) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, emissão de debêntures, fornecedores e outras dívidas. (h) **Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. (g) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** corrente: O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) na Companhia são calculados e registrados com base no lucro presumido RET - Regime Especial de Tributação, à razão de 1,26% IRPJ e 0,66% CSLL sobre as receitas brutas (4% também considerando Pis e Cofins sobre as receitas) e lucro presumido, sendo imposto de renda à razão de 8% e a da contribuição social sobre o lucro líquido à razão de 12%. A base calculada nas alíquotas vigentes de 15% para IRPJ e 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 60.000,00 por trimestre e 9% de CSLL. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. (b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos. (h) **Incorporação de Investidas:** Não houve movimentações significativas referente à incorporação no período vigente. **4. Patrimônio Líquido:** O capital social da Companhia em 31/12/2021 é de R\$ 1.672 (milhares de reais), representado por 1.671.886 (Um milhão, seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Diretoria

Natan Santos

Contador Responsável - CRC 1SP 325.568/O-6

## Multiplan reaproxima-se do pré-pandemia, lucro do 1º tri mais do que triplica

A Multiplan viu seu lucro mais do que triplicar no primeiro trimestre, uma vez que as vendas em seus shopping centers ganharam tração na esteira da gradual flexibilização das medidas de isolamento social.

A companhia anunciou nesta quinta-feira que seu lucro líquido de janeiro a março somou 171,6 milhões de reais, um salto de 270,5% ante mesma etapa de 2021.

A receita líquida da companhia no trimestre cresceu 57,9% sobre mesma etapa do ano passado, a 420 milhões de reais, ajudadas por uma fraca base de comparação, já que no começo de 2021 ainda vigoravam maiores restrições sociais contra Covid-19.

As vendas na base mesmas lojas no trimestre subiram 68,3% ante igual período de 2021, segundo a Multiplan.

As vendas nos shoppings da Multiplan em março foram equivalentes a 120,8% do mesmo mês de 2019.

A receita de aluguel pagas por lojistas no trimestre deu um salto de 88,6% sobre um ano antes, para 353,2 milhões de reais, com a empresa gradualmente deixando de subsidiar lojistas atingidos pela queda nas vendas.

Reuters

## Amazon faz previsão fraca de resultados, sob pressão de custos maiores

A Amazon entregou um resultado trimestral decepcionante e divulgou perspectivas de desempenho abaixo do esperado pelo mercado nesta quinta-feira, mencionando custos mais altos de operação de centros de distribuição e logística. As ações da empresa desabaram 10% no pregão estendido. A Amazon projetou receita líquida de entre 116 bilhões e 121 bilhões de dólares para o segundo trimestre. Analistas esperavam 125,48 bilhões, segundo dados da Refinitiv.

Após registrar aumento de vendas durante a fase mais crítica da pandemia de

Covid-19, as perspectivas da Amazon diminuíram. As despesas da empresa aumentaram, pois está pagando salários mais altos para atrair trabalhadores durante um período de escassez de mão de obra nos Estados Unidos.

Além disso, os preços mais altos dos combustíveis estão reduzindo a renda disponível dos consumidores, ao mesmo tempo em que torna a entrega de produtos mais cara para a Amazon.

A empresa elevou no fim do primeiro trimestre em 17% nos Estados Unidos o preço do seu clube de entrega rápida Prime, que já conquistou mais de 200 milhões

de assinantes. Além disso, a empresa a partir desta quinta-feira impôs um reajuste médio de 5% relativo a custos de inflação de combustíveis para os vendedores de sua plataforma nos EUA.

A previsão para o segundo trimestre mostra que essas ações podem não ser suficientes. A empresa espera lucro operacional de 3 bilhões de dólares no atual trimestre, abaixo dos 7,7 bilhões obtidos um ano antes.

"Este foi um trimestre difícil para a Amazon, com tendências em cada área importante do negócio indo na direção errada e uma perspectiva fraca para o segundo

trimestre", disse o analista Andrew Lipsman, da Insider Intelligence.

Andy Jassy, presidente-executivo da Amazon, disse que a empresa finalmente conseguiu preencher suas necessidades de pessoal e capacidade e centros de distribuição, mas ainda tem trabalho a fazer para melhorar a produtividade.

"Isso pode levar algum tempo, principalmente porque trabalhamos com pressões inflacionárias e da cadeia de suprimentos", disse o executivo.

Na América do Norte, maior mercado da empresa, as vendas subiram 8%, en-

quanto as despesas operacionais subiram 16%, para 71 bilhões de dólares, resultando em um prejuízo operacional de 1,6 bilhão de dólares para a unidade no trimestre.

A divisão que Jassy dirigiu antes de se tornar presidente-executivo da companhia no ano passado, Amazon Web Services, tem sido tradicionalmente um ponto positivo da empresa. A unidade aumentou a receita em 37%, para 18,4 bilhões de dólares, ligeiramente acima das estimativas dos analistas.

Reuters



### Allonda Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.718.542/0001-05

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

Balancos Patrimoniais (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					Demonstrações do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>										
<b>Ativo circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.030	-	55.321	18.038					
Contas a receber	6	-	-	272.963	103.013					
Tributos a recuperar	7	-	-	17.725	4.763					
Adiantamento à fornecedores	8	-	-	16.995	7.280					
Dividendos a receber		2.407	2.407	-	-					
Despesas antecipadas		5	-	3.089	2.562					
Outros ativos		967	-	1.880	426					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.409</b>	<b>2.407</b>	<b>367.973</b>	<b>136.082</b>					
<b>Ativo não circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Aplicações financeiras restritas	5	-	-	1.201	4.835					
Contas a receber	6	-	-	147.469	-					
Despesas antecipadas		-	-	886	2.021					
Tributos diferidos	19.a	-	-	-	-					
Partes relacionadas	9	25.378	1.933	26.004	19.407					
Outros ativos		-	-	17.339	-					
		<b>25.378</b>	<b>1.933</b>	<b>192.899</b>	<b>26.263</b>					
Investimento em controladas	10	415.772	88.894	-	-					
Imobilizado	11	-	-	122.027	91.652					
Intangível		-	-	713	121					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>441.150</b>	<b>90.827</b>	<b>315.639</b>	<b>118.036</b>					
<b>Total do ativo</b>		<b>445.559</b>	<b>93.234</b>	<b>683.612</b>	<b>254.118</b>					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>										
<b>Passivo circulante</b>										
Fornecedores	12	104	-	103.593	34.613					
Empréstimos, financiamentos e Finame	13	2.250	-	25.511	25.714					
Debêntures	14	65.197	-	65.197	-					
Tributos a recolher	15	-	-	33.605	18.976					
Salários e encargos a pagar	16	-	-	29.457	6.936					
Adiantamento de clientes	17	-	-	49.737	10.143					
Dividendos a pagar		-	-	334	1.612					
Outros passivos	2	-	-	15.688	24					
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>67.553</b>	<b>334</b>	<b>322.788</b>	<b>98.018</b>					
<b>Passivo não circulante</b>										
Empréstimos, financiamentos e Finame	13	9.290	-	53.474	95.331					
Debêntures	14	192.920	-	192.920	-					
Tributos a recolher	15	-	-	22.299	9.625					
Tributos diferidos	19.b	-	-	33.605	7.595					
Provisão para contingências	18	-	-	649	649					
Partes relacionadas	9	117.919	50.000	-	-					
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>320.129</b>	<b>50.000</b>	<b>302.947</b>	<b>113.200</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	20.a	37.762	20.894	37.762	20.894					
Reserva de lucros		20.115	22.006	20.115	22.006					
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>57.877</b>	<b>42.900</b>	<b>57.877</b>	<b>42.900</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>445.559</b>	<b>93.234</b>	<b>683.612</b>	<b>254.118</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Realização de investimentos	Reserva de lucros		
20.894	-	-	-	-	20.894	20.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.607	-	23.607
Destinação:						
Reserva legal (nota 20.b)	-	337	-	(337)	-	-
Dividendos distribuídos (nota 20.b)	-	-	-	(1.601)	(1.601)	(1.601)
Reserva para realização de investimentos (nota 20.b)	-	-	21.669	(21.669)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.894</b>	<b>337</b>	<b>21.669</b>	<b>-</b>	<b>19.641</b>	<b>42.900</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.641	-	19.641
Ajuste predecessor (nota 2.d)	16.868	-	(16.868)	-	-	-
Destinação:						
Reserva legal (nota 20.b)	-	982	-	(982)	-	-
Dividendos distribuídos (nota 20.b)	-	-	-	(4.664)	(4.664)	(4.664)
Reserva para realização de investimentos (nota 20.b)	-	-	13.995	(13.995)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>37.762</b>	<b>1.319</b>	<b>18.796</b>	<b>-</b>	<b>57.877</b>	<b>57.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1.1. Contexto operacional** – A Allonda Ambiental Participações S.A., anteriormente denominada Valovani Investimentos e Participações S.A. (“Allonda Participações”, “Companhia” ou “Holding”) tem sua sede no município de Barueri, Estado de São Paulo e tem como objeto social a realização de investimentos em empreendimentos e/ou participação no capital de outras sociedades. A Administração preparou tais demonstrações financeiras considerando o pressuposto de continuidade operacional.

**a) Reestruturação societária:** Em 2020 a Companhia e suas controladas iniciaram o processo de reestruturação societária, que visa concentrar os investimentos do Grupo Allonda na Holding e segregar seus segmentos de atuação por investida, sendo as principais ações realizadas até a presente data: • Em 02 de setembro de 2020, Allonda Construtora Ltda. controlada da Allonda Ambiental S.A. (Ambiental), teve sua razão social alterada para Allonda Energias Renováveis Ltda. e sua participação foi migrada para Companhia. Ainda na mesma data, a Allonda Construtora Ltda., alterou sua razão social para Allonda Energias renováveis Ltda. (“Allonda Energia”). • Em 20 de outubro de 2020, as acionistas do Grupo Allonda: Dalgali Investimentos e Participações S.A. (Dalgali), Falowanie Investimentos e Participações S.A. (Falowanie) e Golving Investimentos e Participações S.A. (“Golwing”), aportaram a totalidade das ações detidas na controlada Allonda Ambiental no montante de R\$ 37.762 mil (Nota 10.b). • Em 20 de outubro de 2020, as acionistas da Companhia (Dalgali, Falowanie e Golwing), constituíram a Allonda Participações como Holding do Grupo Allonda, aportando sua participação detida na Allonda Ambiental S.A. (“Allonda Ambiental”). • Em 28 de outubro de 2020, a WH2 Empreendimentos e Participações S.A., alterou sua razão social para Allonda Ambiental Saneamento S.A. (“Allonda Saneamento”). • Em 28 de janeiro de 2021, foram aportadas na Companhia pelas Holdings do Grupo Allonda: Dalgali Investimentos e Participações S.A. (“Dalgali”), Falowanie Investimentos e Participações S.A. (“Falowanie”) e Golving Investimentos e Participações S.A. (“Golwing”), as quotas detidas na Allonda Saneamento, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e ALLPRIME PUMPS Equipamentos Mecânicos LTDA. (“Allprime”), nos valores de R\$ 2 (nota 10(b)). • Em 19 de maio de 2021, a Allonda Ambiental foi cindida, a valor contábil, migrando a totalidade das ações detidas na investida Allonda Engenharia Ltda. (“Allonda Engenharia”). Com as movimentações acima, as atividades da Companhia ficaram divididas nos segmentos:

Segmento	Atividades principais
Allonda Ambiental	Soluções ambientais como dragagem, desassoreamento, serviços emergenciais e economia circular.
Allonda Engenharia	Serviços de infraestrutura ligados à área de saneamento, construção de Estações de tratamento de água e esgoto.
Allonda Energia	Serviços de infraestrutura ligados à área de energia em parques solares, Hidrelétricas, eólica e serviços de alta tensão e linhas de transmissão.
Allonda Saneamento	Operação efetiva de concessão plena e PPP.
Allprime	Venda e locação de bombas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm poder de alterar as demonstrações financeiras. **b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** O COVID-19, foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidades devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Desencadeando decisões de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos que podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos das Demonstrações financeiras. A partir de março de 2020, a Companhia e suas Controladas, de forma gradual, foram liberando as áreas administrativas para o trabalho na modalidade *home office*, como forma de prevenir o avanço do contágio, as atividades administrativas permanecem sendo exercidas normalmente. Em 2021 a empresa adotou a modalidade híbrida das atividades administrativas, seguindo todos os protocolos de segurança de distanciamento, uso obrigatório de máscara e agendamento de posição de trabalho. Cabe salientar ainda, que não houve paralisação em nenhum projeto da Companhia. Outrossim, a administração avalia de forma constante o impacto dos desdobramentos do surto do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas Controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os riscos de continuidade nas operações e possíveis impactos nas demonstrações financeiras, sendo as principais medidas tomadas: • Em pleno alinhamento com nossos clientes, medidas de segurança mais rígidas foram adotadas, neste momento em todas as operações de campo e nossas obras continuam em andamento e performando dentro do previsto em *Budget e Forecast*; • Renegociações de dívidas contraídas junto à fornecedores, instituições financeiras e impostos federais foram efetivadas, estendendo os prazos de pagamento, protegendo o fluxo de caixa da empresa nos curto e médio prazos. **1.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas

de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 11** – Vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado (vida útil); e **Nota 18** – Mensuração de contingências baseadas em premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Nota 21** – Parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando-se em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado Porcentagem de obra concluída – POC). O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas dos orçamentos de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **2. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Base de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia antes da reestruturação societária (Nota 1.1(a))** Combinações de negócios entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPCs”) e pelas normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”). Sendo assim, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração considerou a aplicabilidade dos requisitos e a orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratam de assuntos semelhantes e relacionados. O IFRS 3/CPC 15(R1) – Combinação de negócios é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, e, portanto, não pode ser aplicado neste caso. Alternativamente, ainda conforme parágrafos 10 e 11 do IAS 8/CPC 23, na ausência de orientação da estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usam uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do IAS 8/CPC 23. A prática contábil do custo precedente (“predecessor basis of accounting”) é uma alternativa contábil e está em linha com as práticas contábeis de outros países, tais como os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e no Reino Unido (“USGAAP” e “UKGAAP”, respectivamente), os quais permitem a utilização dessa prática em reestruturações societárias e outras transações entre entidades sob controle comum. Dessa forma, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil que representa melhor a transação ocorrida e fornece ao investidor uma informação de maior relevância. A adoção da prática contábil do custo precedente, assim como sua aplicação de forma retroativa, representa mudança de prática contábil conforme parágrafo 29 do IAS 8/CPC 23. Como tal, seus efeitos estão sendo apresentados de forma comparativa para todos os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detém 100% das ações da Allonda Ambiental S.A. (“Allonda Ambiental”) e, portanto, para fins comparativos os valores apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 serão os da Allonda Ambiental. As duas empresas possuíam os mesmos controladores em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. As demonstrações contábeis da Companhia, com a adoção da prática contábil do custo precedente, foram preparadas para refletir: • os resultados históricos de operações e posição financeira da Companhia e suas controladas, em uma base combinada; e • os efeitos da reestruturação societária com aporte das ações da Allonda Ambiental na Companhia, que representam as informações contábeis base para seu investimento na Allonda Ambiental. As demonstrações financeiras individuais incluem lançamentos para refletir a equivalência patrimonial da investida Allonda Ambiental enquanto as demonstrações financeiras do Consolidado foram preparadas como se a Allonda Ambiental fosse controlada da Companhia desde 1º de janeiro de 2020. **b) Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020:** A Companhia, que individualmente é a controladora da Allonda Ambiental, teve transações limitadas desde sua constituição, tendo como única transação a reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1.1(a). Sendo assim, seu resultado individual ocorre pelo reconhecimento de equivalência patrimonial na Allonda Ambiental. A prática contábil do custo precedente não se aplica para as demonstrações financeiras individuais, portanto, respeitando os requerimentos regulatórios à Companhia individual (“Controladora”), sua apresentação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada nas notas abaixo: **c) Reconciliação do resultado da Controladora e da Companhia e suas controladas**

	2020	
Lucro líquido do exercício da Controladora	6.739	
Resultado Allonda ambiental do 4º trimestre de 2020	13.868	
<b>Lucro líquido controladora e consolidado</b>	<b>20.607</b>	
<b>d) Reconciliação do patrimônio da Controladora e patrimônio da Allonda Ambiental</b>		
Allonda Participações	Ajuste predecessor	Saldo apresentado
Capital social (i)	37.762 (16.868)	20.894
Reserva de lucros (ii)	5.138 16.868	22.006
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>42.900</b>	<b>42.900</b>

i. Os atos societários de formação da Holding resultaram em um capital social de R\$37.762. Considerando que o capital contribuído pelos sócios controladores foi mensurado na data base de 30 de setembro de 2020, sendo o ajuste predecessor nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, leva em consideração os lançamentos para refletir a equivalência patrimonial da investida Allonda Ambiental como se fosse controlada da Companhia desde 1º de janeiro de 2020. Desta forma o saldo de capital social apresentado, representa o saldo de patrimônio líquido da investida Allonda Ambiental em 1º de janeiro de 2020, no montante de R\$ 20.894.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020*	2021	2020
<b>Resultado das operações continuadas</b>				
<b>Receita operacional líquida</b>	21	-	568.948	258.368
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	22	-	(444.192)	(163.736)
<b>Lucro bruto</b>			<b>124.756</b>	<b>94.632</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	22	(333)	(47.573)	(43.985)
Resultado de participações societárias	10	41.024	23.607	-
Outras receitas (despesas)			343	146
<b>Lucro operacional</b>			<b>41.034</b>	<b>23.607</b>
Resultado financeiro, líquido	23	(21.393)	-	(31.497)
<b>Lucro antes dos impostos</b>			<b>19.641</b>	<b>23.607</b>
Impostos de renda e contribuição social – correntes	19.a	-	-	(181)
Impostos de renda e contribuição social – diferidos	19.a	-	-	(26.010)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>19.641</b>	<b>23.607</b>
Média ponderada da quantidade de ações (lote de mil ações)	20.c	37.762	37.762	
<b>Resultado por ação básico (por lote de mil ações, expresso em R\$)</b>	20.c	<b>0,52</b>	<b>0,63</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>19.641</b>	<b>23.607</b>	<b>45.832</b>	<b>36.077</b>
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	-	-	10.712	7.160
Resultado na baixa de ativos imobilizado	-	-	2.340	1.690
Resultado de participações societárias	(41.024)	(23.607)	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	306
Juros e variações cambial, líquidas	22.063	-	29.447	7.935
Perda em recebíveis com partes relacionadas	-	-	-	6.332
Ganho com participação em controlada	(343)	-	-	-
<b>Fluxo de caixa antes das variações de ativos e passivos operacionais</b>	<b>337</b>	<b>-</b>	<b>88.331</b>	<b>59.500</b>
Variações em:				
Contas a receber	-	-	(317.419)	(75.812)
Tributos a recuperar	-	-	(12.962)	333
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(9.715)	(4.765)
Despesas antecipadas	(5)	-	608	(4.375)
Outros ativos	(967)	-	(18.793)	(104)
Aplicações financeiras	104	-	3.634	6.890
Fornecedores	-	-	68.980	17.681
Tributos a recolher	-	-	27.122	5.425
Salários e encargos sociais a pagar	-	-	22.521	1.



... continuação

dos custos incorridos em relação ao total dos custos estimados, vide nota 1.1(a). h. **Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. i. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos e variações cambiais, que são reconhecidos no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas de juros sobre empréstimos e despesas bancárias. Custos de empréstimo e financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida. j. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. k. **Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas, em anos, do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações	10	30
Máquinas e equipamentos	10 a 30	10
Equipamentos de informática	05	05
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	04	04

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. l. **Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contista a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contista a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Allonda mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo Allonda realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo Allonda; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo Allonda. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo Allonda considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o *Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo Allonda considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo Allonda a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte,

valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo Allonda desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • O Grupo Allonda nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo Allonda realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo Allonda desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo Allonda também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Allonda tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. m. **Capital social:** O capital social está representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia não emitiu ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. n. **Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito quando aplicável, sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos de contrato. • A Companhia e suas controladas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos financeiros não derivativos – política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições

que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Grupo Allonda de ativos financeiros. **Ativo financeiro mensurado a custo amortizado:** A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. (v) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Em 31 de dezembro de 2021 não houve tal indicação. o. **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia ou suas controladas tiver uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. p. **Arrendamento:** O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Com base no CPC 06 (R2), a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento e, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. r. **Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Companhia e suas controladas reconhece e mensura o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação, no entanto, não teve efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. s. **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** • As seguintes normas e/ou interpretações serão efetivas nos próximos exercícios, no entanto não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos onerosos, custos para cumprir um contrato (alteração no CPC 25); • Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações no CPC 48, 30, 11 e 06); • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15); • Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alteração CPC 26); e • Contrato de seguros (IFRS17).

4. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	–	–	482	230
Bancos	678	–	17.694	8.701
Aplicações financeiras	352	–	37.145	9.107
	<b>1.030</b>	<b>–</b>	<b>55.321</b>	<b>18.038</b>

As aplicações financeiras apresentam taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (97% em 2020) e possuem liquidez imediata. **5. Aplicações financeiras restritas – Consolidado Não circulante**

	2021	2020
Certificado Depósito Bancário ("CDB")	1.201	4.835
	<b>1.201</b>	<b>4.835</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações vinculadas a captação de empréstimos de capital de giro junto às instituições financeiras Banco do Brasil e Santander. As aplicações possuem uma rentabilidade média de 97% do CDI e os resgates condicionados as amortizações do principal da dívida, respeitando a proporcionalidade de cobertura. **6. Contas a receber – Consolidado**

	2021	2020
Contas a receber de clientes	398.731	86.263
Medições a faturar (i)	21.701	16.750
	<b>420.432</b>	<b>103.013</b>
Circulante	272.963	103.013
Não circulante	147.469	–

(i) Medições aprovadas pelos clientes de serviços prestados e não faturados até 31 de dezembro de 2020. Entretanto o montante foi integralmente faturado em janeiro e fevereiro de 2021. **Composição por vencimento:**

	2021	2020
À vencer	414.406	99.333
Vencidos a 30 dias	778	1.505
Vencidos de 31 a 90 dias	3.090	2.158
Vencidos de 91 a 180 dias	560	17
Vencidos de 181 a 365 dias	1.598	–
	<b>420.432</b>	<b>103.013</b>

**7. Tributos a recuperar – Consolidado**

	2021	2020
INSS a recuperar	14.308	2.869
Imposto de renda retido na fonte	481	620
Contribuição social retido na fonte	208	429
COFINS a recuperar	1.727	570
PIS a recuperar	378	124
Outros	623	151
	<b>17.725</b>	<b>4.763</b>

**8. Arrendamentos a fornecedores – Consolidado –** Refere-se a adiantamentos a fornecedores para compra de materiais utilizados em obras e ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2021 apresenta o saldo de R\$ 16.995 (R\$ 7.280 em 31 de dezembro de 2020).

	2021			2020		
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido
Dalgali	2.486	–	2.486	966	–	966
Falowanie	2.486	–	2.486	967	–	967
Golving	2.494	–	2.494	–	–	–
Allonda Ambiental	–	(57.671)	(57.671)	–	–	–
Allonda Ambiental S.A.S (i)	17.912	–	17.912	–	–	–
Allonda Saneamento (ii)	–	(49.965)	(49.965)	–	(50.000)	(50.000)
Allonda Energia	–	(10.162)	(10.162)	–	–	–
Allonda Engenharia	–	(121)	(121)	–	–	–
	<b>25.378</b>	<b>(117.919)</b>	<b>(92.541)</b>	<b>1.933</b>	<b>(50.000)</b>	<b>(48.067)</b>

é uma empresa que detém o mesmo quadro acionário da Companhia e presta serviços de manutenção e montagem de equipamentos para empresas do Grupo. Durante o exercício de 2021, a 3L prestou serviços sob o montante de R\$ 2.019 (R\$ 3.001 em 31 de dezembro de 2020). i. **Allonda Ambiental S.A.S:** Allonda Ambiental S.A.S surgiu devido projeto realizado na Argentina, faz parte do Grupo Allonda e o projeto está concluído, seus recursos encontram-se disponíveis para uma futura definição da administração. O montante de R\$ 18.537 a receber junto a Allonda Ambiental S.A.S, refere-se ao conta-corrente entre as empresas as quais não há incidência de juros. Esse conta-corrente não possui prazo de vencimento determinado e será pago de acordo com a estratégia de gestão de caixa do Grupo Allonda. ii. **Allonda Ambiental Participações S.A. ("3L")** a 3L



... continuação

pações S.A. e Allonda Ambiental Saneamento S.A. Em 29 de dezembro de 2020, a Allonda Engenharia, cedeu parte do crédito detido junto a Companhia, no montante de R\$ 50.000 para a Allonda Ambiental Participações S.A. Ainda na mesma data, a Participações aportou o crédito na investida Allonda Saneamento S.A., passando a deter o referido crédito junto a Allonda Ambiental. O conta-corrente entre as empresas não há incidência de juros e possui prazo de vencimento de até 36 meses e será pago de acordo com a estratégia de gestão de caixa do Grupo Allonda.

**10. Investimentos – a. Composição – investimentos em controladas**

	% de participação		Patrimônio líquido		Lucros (prejuízos) líquido do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Allonda Ambiental	100%	100%	138.247	38.894	8.733	23.607
Allonda Engenharia	100%	-	209.734	-	32.003	-
Allonda Saneamento	100%	100%	49.914	50.000	(86)	-
Allonda Energia	100%	-	17.432	-	931	-
Allprime	100%	-	445	-	(557)	-
<b>Total</b>			<b>415.772</b>	<b>88.894</b>	<b>41.024</b>	<b>23.607</b>

**b. Movimentação**

	Allonda Ambiental		Allonda Engenharia		Allonda Energia		Allprime		Totais
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
<b>Reestruturação societária (*)</b>	<b>20.894</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>20.894</b>
Aumento de capital	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Equivalência patrimonial	23.607	-	-	-	-	-	-	-	23.607
Dividendos propostos	(5.607)	-	-	-	-	-	-	-	(5.607)
<b>Saldo em dezembro de 2020</b>	<b>38.894</b>	<b>50.000</b>	-	-	-	-	-	-	<b>88.894</b>
Aumento de capital	91.920	-	46.300	16.501	1.002	155.723	-	-	155.723
Equivalência patrimonial	8.733	(86)	32.003	931	(557)	41.024	-	-	41.024
Cisão de ativo líquido (*)	(1.300)	-	(131.431)	-	-	(130.131)	-	-	(130.131)
<b>Saldo em dezembro de 2021</b>	<b>138.247</b>	<b>49.914</b>	<b>209.734</b>	<b>17.432</b>	<b>445.415.772</b>	-	-	-	<b>445.415.772</b>

(\*) Constituição da Allonda Participações com Holding do Grupo Allonda, vide nota 1.1 (a). **c. Aumentos de capital:** No decorrer do exercício de 2021, a Companhia realizou aportes nas investidas no montante de R\$ 155.723 (31 de dezembro de 2020 R\$ 87.762), onde as Holdings aportaram R\$ 2 de Allprime (Nota 1.1(a)) e R\$ 155.721, conforme descrito a seguir:

Período	Allonda Ambiental	Allonda Engenharia	Allonda Energia	Allprime	Totais
01/05/2021	25.695	-	-	-	25.695
30/09/2021	49.000	29.300	16.501	1.000	95.801
01/12/2021	17.225	17.000	-	-	34.225
<b>Total</b>	<b>91.920</b>	<b>46.300</b>	<b>16.501</b>	<b>1.000</b>	<b>155.721</b>

Todos os aportes acima, forma subscritos e integralizados, mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital, formado com remessas em moeda corrente nacional. Em 20 de outubro de 2020, os acionistas do Grupo Allonda: Dalgali, Falowanie e Golwing, aportaram o montante de R\$ 37.762, por meio de ações detidas na Allonda Ambiental. (Nota 1.1 (a)). Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou o capital da Allonda Saneamento, no montante de R\$ 50.000, por meio de crédito detidos junto a controlada indireta Allonda Ambiental, passando a deter 100% de participação na investida. (Nota 1.1 (a)).

**11. Imobilizado**

	Máquinas e equipamentos		Equipamentos de informática		Móveis e utensílios		Imob. em andamento		Total
	Instalações	Equipamentos	Máquina	Equipamentos	Móveis	Utensílios	Imob. em andamento	Total	
<b>Saldo em dezembro de 2019</b>	<b>977</b>	<b>59.262</b>	<b>860</b>	<b>271</b>	<b>3.544</b>	-	-	-	<b>64.914</b>
Aquisições	55	18.788	949	37	10.290	5.444	-	-	35.563
Depreciações	(99)	(5.152)	(250)	(45)	(1.588)	-	-	-	(7.134)
Baixas	-	-	-	-	(1.691)	-	-	-	(1.691)
<b>Saldo em dezembro de 2020</b>	<b>933</b>	<b>72.898</b>	<b>1.559</b>	<b>263</b>	<b>10.555</b>	<b>5.444</b>	<b>91.652</b>	-	<b>91.652</b>
Aquisições	1.098	24.225	3.221	1.581	8.321	4.850	43.296	-	43.296
Depreciações	(107)	(6.451)	(570)	(103)	(3.350)	-	(10.581)	-	(10.581)
Baixas	-	(2.340)	-	-	-	-	(2.340)	-	(2.340)
<b>Saldo em dezembro de 2021</b>	<b>1.924</b>	<b>88.332</b>	<b>4.210</b>	<b>1.741</b>	<b>15.526</b>	<b>10.294</b>	<b>122.027</b>	-	<b>122.027</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há nenhum ativo imobilizado dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

**12. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores – nacionais	104	-	96.434	34.613
Fornecedores – estrangeiros	-	-	7.159	-
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>-</b>	<b>103.593</b>	<b>34.613</b>

**13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos – a) Composição:**

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Capital de giro	CDI + 5,27% a 16,38%	11.540	-	39.977
BNDES	13,35% a 18,02%	-	-	20
CDC(i)	12,01% a 17,30%	-	-	1.130
CCB(ii)	4,00% a 23,87%	-	-	6.982
FINAME e Arrendamentos(ii)	CDI + 0,42% a 1,44%	-	-	30.876
<b>Total</b>		<b>11.540</b>		<b>78.985</b>
Circulante		2.250		121.045
Não circulante		9.290		53.474

(i) Cédula de crédito bancário ("CCB") e Crédito direto ao consumidor ("CDC") (ii) Aquisição de quatro Dragas e um Multibooster junto ao Fornecedor IHF Holland e IHC do Brasil, adquiridas em 2016, 2017 e 2018. Os contratos de arrendamento possuem prazos de 50 a 60 meses com opção de compra ao final do contrato tendo como garantia os próprios bens arrendados. Não há cláusulas restritivas "covenants" para os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, sendo os mesmos garantidos por avais dos acionistas e pelos próprios bens financiados. Composição do não circulante, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	-	-	30.121
2023	5.141	-	27.306	30.067
2024	4.149	-	19.371	21.710
2025 em diante	-	-	6.797	13.433
<b>Total</b>	<b>9.290</b>	<b>-</b>	<b>53.474</b>	<b>95.331</b>

**b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo inicial</b>	-	-	<b>121.045</b>	<b>49.886</b>
Captações (i)	11.540	-	59.641	102.576
Juros incorridos	-	-	7.384	7.934
Amortização de principal	-	-	(102.416)	(31.714)
Amortizações de juros	-	-	(6.669)	(7.637)
<b>Saldo final</b>	<b>11.540</b>	<b>-</b>	<b>78.985</b>	<b>121.045</b>

(i) Principais captações: Em 03 de abril de 2020, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 18.000, na modalidade capital de giro, junto ao Banco do Brasil S.A., com prazo de pagamento de 24 meses e taxa ao ano de CDI+ 5,27%. Sendo retido uma parcela do recurso como aplicação restrita, no montante de R\$ 3.600, sendo o recurso liberado com base nos pagamentos de principal da dívida (vide nota 5). Com a captação da Debênture (nota 14) a dívida foi quitada em 31 de março de 2021. Em 30 de abril de 2020, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 3.500, na modalidade capital de giro, junto à Caixa Econômica Federal, com prazo de pagamento de 24 meses e taxa ao mês de 100% CDI + 0,50%, tendo como garantia avais dos acionistas. Sendo retido uma parcela do recurso como aplicação restrita, no montante de R\$ 1.000, sendo o recurso liberado com base nos pagamentos de principal da dívida (nota 5). Empréstimo esse quitado integralmente no repasse de dívida comentado a seguir, sendo a aplicação restrita liberada para uso da Companhia. No decorrer dos meses de agosto e setembro a Allonda Ambiental captou R\$ 23.800 em dívidas de capital de giro, sendo o recurso utilizado com objetivo de repasse de dívidas, reduzindo a taxa média de juros anuais e alongando os prazos de pagamento das dívidas de capital de giro, foram 3 captações em Bancos de primeira linha, com taxa média de juros anual de 9,4% ao ano. Com a captação mencionada, foram liberados grande parte das aplicações financeiras restritas (Nota 5). Em 30 de setembro de 2020, Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 10.000 na modalidade de capital de giro, junto ao Banco Santander, com prazo de pagamento de 48 meses e taxa ao ano de 9,77%, tendo como garantia avais dos acionistas. Em 26 de novembro de 2020, Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 4.000 na modalidade de CCB, junto ao Banco ABC Brasil, com prazo de pagamento de 18 meses e taxa ao mês de CDI+0,34%, tendo como garantia avais dos acionistas. Em 19 de agosto de 2020, a Controlada Allonda Engenharia obteve a liberação da linha de crédito junto ao Banco Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., tendo como objetivo específico financiar as obras de ação ambiental de redução de DBO dos projetos Córrego Cordeiro e Jaguaré, comentadas na nota 1.ii, a linha de crédito total é de 70.000, sendo a primeira tranche liberada em agosto de 2020, no montante de R\$ 40.000, tendo com prazo de pagamento 56 meses, com carência de 24 meses, taxa de juros Selic + 4% ao ano. Com a captação da Debênture (nota 14) a

**Allonda Ambiental Participações S.A.**

dívida foi quitada em 14 de abril de 2021. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia captou o montante de R\$ 12.000, na modalidade capital de giro, junto ao Banco do Brasil S.A., com prazo de pagamento de 32 meses e taxa ao ano de CDI+ 5,25% tendo como garantia avais dos acionistas. Em 27 de maio de 2021, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 1.120, referente a aquisição de uma escavadeira anfíbia, junto ao Banco Safra S.A., com prazo de pagamento de 48 meses e taxa ao ano de 5,8%, tendo como garantia avais dos acionistas, com taxa de antecipação mensal de 1,05%. Em 15 de junho de 2021, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 910, referente a aquisição de caminhões VW 31.280, junto ao Banco Safra S.A., com prazo de pagamento de 48 meses e taxa ao ano de 5,8%, tendo como garantia avais dos acionistas, com taxa de antecipação mensal de 1,05%. Em 12 de agosto de 2021, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 4.383, referente a aquisição de dez caminhões VM 330, junto à Caixa Econômica Federal, com prazo de pagamento de 48 meses e taxa CDI+0,42 ao mês, tendo como garantia avais dos acionistas, com taxa de antecipação mensal de 1,05%. Em 12 de agosto de 2021, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 1.410, referente a aquisição de três caminhões VW 31.280, junto ao Banco Safra S.A., com prazo de pagamento de 48 meses e taxa ao ano de 5,8%, tendo como garantia avais dos acionistas, com taxa de antecipação mensal de 1,05%. Em 11 de outubro de 2021, a Allonda Ambiental captou o montante de R\$ 999, referente a aquisição de duas bambas Flygt 3300 e três bambas Flygt 3501, junto ao Banco Daycoval S.A., com prazo de pagamento de 48 meses e taxa ao ano de 10,69%, tendo como garantia avais dos acionistas, com taxa de antecipação mensal de 0,9135%.

**14. Debêntures – a) Composição**

Modalidade	Encargos ao ano	2021	2020
1ª Emissão Debêntures simples	CDI + 5,00% a 5,25%	258.117	258.117
		65.197	192.920
		192.920	-

Circulante  
Não circulante  
Em 25 de março de 2021, a Companhia realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, certificada pela Sitawi como Sustainability Linked Bonds, oferta regida pela Instrução CVM 476. Amortização de principal com carência de 12 meses, com duração de 60 meses, e amortizações de juros trimestrais. Adicionalmente, por ser classificada como Sustainability Linked Bonds, a Allonda se compromete com metas de ASG ("Ambiental, Social e Governança"), sendo elas: • Índices de confiança de clima organizacional acima de 80%, medidos pela GPTW ("Great Place to Work"); • Atingir, até 2023, um percentual de 69,9% de destinação de resíduos para reciclagem ou reuso dos resíduos gerais gerados com exceção dos resíduos da construção civil; e • Atingir, até 2024, um percentual de 97,8% de destinação de resíduo para reciclagem ou reuso dos resíduos da construção civil gerados. Composição do não circulante, por ano de vencimento:

	2021	2020
2023	63.529	63.529
2024	65.862	192.920
2025 em diante	128.726	-

**b) Movimentação das debêntures:**

	2021	2020
<b>Captação</b>	<b>256.449</b>	<b>256.449</b>
Juros incorridos	22.063	20.395
Juros pagos	(20.395)	-
<b>Saldo final</b>	<b>258.117</b>	<b>258.117</b>

**c) Garantias:** • Cessão fiduciária de recebíveis da Allonda Engenharia; • Avais de Golwing, Dalgali, Falowanie, Allonda Ambiental, Allonda Engenharia e dos acionistas. **d) Cláusulas restritivas:** Manutenção do índice Dívida Líquida/EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), a ser calculado a partir as Demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas (devendo incluir minimamente, as controladas Allonda Ambiental e Allonda Engenharia) encerradas ao final de cada exercício, auditadas por empresa independente, cadastrada na CVM, e deve apresentar no máximo 3,6x para o exercício de 2021 e 3,0x para os anos subsequentes.

**15. Tributos a recolher – Consolidado**

	2021	2020
ISS (i)	21.139	5.328
PIS e COFINS (j)	17.776	4.931
PIS e COFINS liminar (iv)	346	-
Parcelamento ordinários e simplificados (ii) e (iii)	5.426	2.794
REFIS (ii)	4.326	4.781
PERT (ii)	3.780	4.142
CSLL e IRPJ (Nota 19.a)	181	4.278
IRRF	1.555	1.532
Outros	1.375	815
<b>Total</b>	<b>55.904</b>	<b>28.601</b>

Circulante  
Não circulante  
(i) Considera tributos sobre direitos a faturar no montante de R\$ 31.622 (R\$ 6.398 em 31 de dezembro de 2020), onde a nota fiscal foi emitida em período subsequente, sendo a alíquota média considera como estimativa do tributo de 8,65%. (ii) A Companhia optou por aderir parcelamento ordinário e simplificado para renegociar as dívidas de diversos impostos federais que estavam vencidos e mantém o pagamento em dia desses parcelamentos e dos impostos correntes. (iii) Em 03 de novembro de 2021, a Allonda Ambiental, optou pelo parcelamento simplificado de parte do IR e CS devido do exercício de 2020, sendo devido em 60 parcelas, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 3.728. (IR R\$ 2.853 e CS R\$ 875). (iv) Em 1º de fevereiro de 2021, foi concedida liminar favorável para dedução de ISS da base cálculo da PIS e COFINS para a Allonda Ambiental, sendo que continuamos a provisionar a parcela deduzida a que processo seja transitado em julgado.

**16. Salários e encargos a pagar – Consolidado**

	2021	2020
Provisão de férias e encargos	13.784	5.125
Encargos sociais a recolher	13.736	1.575
Indenizações a pagar	1.682	-
Salários a pagar	16	11
Outros	239	225
<b>Total</b>	<b>29.457</b>	<b>6.936</b>

**17. Adiantamentos de clientes – Consolidado** – Refere-se a adiantamentos efetuados por clientes relativos a contratos de execução de longo prazo. Estes adiantamentos são recebidos pela Companhia de acordo com cronograma financeiro de cada contrato e são realizados mediante faturamento de cada projeto. Os valores recebidos são destinados para custear os gastos incorridos em projetos. Em 31 de dezembro de 2021 no Consolidado apresentam o saldo de R\$ 49.737 (R\$ 10.143 em 31 de dezembro de 2020). **18. Provisão para contingências – Consolidado:** Durante o curso normal dos negócios, a Companhia está exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos trabalhistas em discussão. Com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia e suas controladas possui registrado, no passivo não circulante, os seguintes valores a título de provisão para cobrir eventuais riscos prováveis:

	2021	2020
<b>Processos trabalhistas</b>	<b>649</b>	<b>343</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>649</b>	<b>343</b>
Provisões	-	306
<b>Saldo final</b>	<b>649</b>	<b>649</b>

Os processos com probabilidade de perda possível montam R\$ 2.356 (R\$ 2.440 em 31 de dezembro de 2020). Sendo de natureza cíveis R\$ 414 (R\$ 1.528 em 31 de dezembro de 2020), trabalhistas R\$ 2.727 (R\$ 912 em 31 de dezembro de 2020) e tributária R\$ 425 (não havia processos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2020). **19. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro – Consolidado**

**a) Reconciliação do resultado e do Impostos de renda (IR) e da contribuição social (CS)**

	2021	2020
<b>Lucro antes dos Impostos (IR e CS)</b>	<b>55.313</b>	<b>36.077</b>
Alíquota nominal (%)	34%	34%
IR e CS à alíquota nominal	(18.806)	(12.266)
<b>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</b>		
Diferenças temporárias	(33)	(179)
Prejuízo fiscal Holding (i)	(7.489)	-
Diferenças permanentes	162	(2.199)
Pesquisa e inovação tecnológica (ii)	-	2.527
Outras	(25)	(353)
<b>Imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(26.191)</b>	<b>(12.470)</b>
IR e CS – corrente	(181)	(4.278)
IR e CS – diferido	(26.010)	(8.192)
Alíquota efetiva (%)	47%	35%

(i) Prejuízo fiscal do exercício de 2021 da Allonda Participações, onde não foi constituído imposto diferido, pois a holding não apresenta expectativa de rentabilidade futura. (ii) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

**b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por natureza**

	2021	2020
<b>Ativo fiscal diferido</b>		
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal (i)	9.043	6.584
<b>Passivo fiscal diferido (diferenças temporárias)</b>		
Arrendamento mercantil contábil x fiscal	(7.210)	(5.239)



... continuação

e outros requisitos, assim como promove melhorias nos impactos considerados mais significativos no relacionamento com o meio ambiente. A Companhia possui procedimentos para identificação, avaliação e análise dos aspectos ambientais significativos. O compliance ambiental é garantido por meio da identificação mensal de todos os requisitos legais, contratuais, regras, normas e regulamentos que o escopo de atuação da Companhia está submetido, com avaliação periódica do seu contínuo atendimento nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. A estrutura organizacional, infraestrutura, competências e conscientização são adequadas e compatíveis com os riscos que a Companhia possui. Os cenários de emergência identificados possuem planos de atendimento para atuação de forma a mitigar os impactos. Todos os riscos significativos são monitorados para seu efetivo controle, desempenho e melhorias. Avaliações da conformidade e adequações são realizadas periodicamente e todos os resultados são analisados criticamente pelo Comitê Diretivo da Organização para tomada de ações e melhorias. Além disso, a Companhia contrata seguros de responsabilidade civil geral e profissional em seguradoras de primeira linha para cada operação conforme avaliação de riscos em conjunto com o cliente. As apólices contratadas cobrem inclusive poluição súbita e são válidas por todo período da operação. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.030	-	55.321	18.038
Aplicações financeiras	-	-	1.201	4.835
Contas a receber	-	-	420.432	103.013
Outros recebíveis	967	-	2.219	426
	<b>1.997</b>	<b>-</b>	<b>479.173</b>	<b>126.312</b>

**Perdas por redução no valor recuperável:** A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelo risco de não pagamento. Porém, trata-se de uma carteira com poucos clientes, substancialmente formada por clientes recorrentes, com contratos firmados em médio prazo e sem histórico de perdas. Esses fatores contribuem para a minimização do risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não possui histórico de perda junto aos clientes. Dessa forma, ao analisar os eventos passados, condições atuais e previsões de condições

## Allonda Ambiental Participações S.A.

econômicas futuras, a Administração concluiu que não há necessidade de constituição de provisões para perdas esperadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados.

## a) Controladora

## Saldo em

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos:		
			Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Empréstimos, financiamentos e Finame	11.540	14.148	3.512	9.879	757
Debênture	258.117	367.443	94.288	169.375	103.780
Fornecedores	104	104	104	-	-

## b) Consolidado

## Saldo em

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Vencimentos:		
			Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Empréstimos, financiamentos e Finame	78.985	89.565	34.788	48.788	5.989
Debênture	258.117	367.443	94.288	169.375	103.780
Fornecedores	103.593	103.593	103.593	-	-

**Risco de mercado: Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. **25. Eventos subsequentes**

- a) **Novas conquistas concessão de tratamento de águas:** Em 13 de dezembro de 2021, a Allonda Saneamento se sagrou vencedora de um contrato de concessão plena de água e esgoto, pelo prazo de 35 anos, no estado de Alagoas, com pro-

ximadamente 700 mil habitantes, 34 municípios, com compromisso de pagamento de outorga de 1.2 bi. O projeto prevê: operação, manutenção, gestão comercial dos sistemas, serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e produção de água para as localidades onde a Companhia de Saneamento de Alagoas ("CASAL") não opera atualmente. Com o objetivo de atuar na conquista descrita acima, em 1º de fevereiro de 2022, foi constituída uma sociedade por ações de capital fechado sob a denominação de Águas do Sertão S.A, onde a mesma terá seu prazo de duração por todo contrato de concessão e suas eventuais prorrogações. **b) Constituição Águas do Sertão S.A.** Constituída em 01 de fevereiro de 2022, tem como objeto social operar a concessão de CASAL, mencionada no tópico anterior. O capital social da companhia foi subscrito em R\$ 48 milhões, sendo que o acionista Allonda Saneamento subscreveu 24 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e Conasa Infraestrutura S.A. subscreveu 24 milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Sendo o capital integralizado em sua totalidade, em moeda corrente nacional, de forma proporcional, pelas acionistas entre fevereiro e março de 2022. **c) Captações de empréstimos:** Em 25 de fevereiro de 2022, o grupo realizou as captações como empréstimos ponte, conforme descrito a seguir, que tem como finalidade o pré-pagamento da 1ª emissão de debêntures, capital de giro/reforço de caixa. O prazo de liberação é de até 45 dias ou até a liberação do take-out (2ª emissão de debêntures), o que ocorrer primeiro. A Companhia firmou junto ao Banco do Brasil S.A. uma Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor de R\$ 100.000 em liberação única. A remuneração é CDI + 6,0% a.a. O vencimento do CCB é em 11 de abril de 2022, ou até a liberação da 2ª emissão de debêntures, o que ocorrer primeiro. A Companhia firmou junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. uma CCB no valor de R\$ 101.074 em liberação única. A remuneração é CDI + 6,0% a.a. O vencimento do CCB é em 18 de abril de 2022, ou até a liberação da 2ª emissão de debêntures, o que ocorrer primeiro. A Controlada Allonda Saneamento firmou junto ao Banco Itaú BBA S.A. CCB no valor de R\$ 100.000. A remuneração é CDI + 6,0% a.a. O vencimento do CCB é em 18 de abril de 2022, ou até a liberação da 2ª emissão de debêntures, o que ocorrer primeiro. Os recursos acima foram destinados para pagamento de parte da Outorga de concessão, realizada em março de 2022.

Leo Cesar Melo – Presidente  
Diego Motta – Diretor Financeiro  
Raphael Canhiçares – Contador CRC 1SP 255.052

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

## Allonda Participações S.A. e suas controladas

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Allonda Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Allonda Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Allonda Participações S.A. e da Companhia Allonda Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de Receita – estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão da obra ("POC")** – Controladora e Consolidado: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2(b), a Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão da Obra ("POC") para contabilizar as receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativa dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada

período. Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante a posição patrimonial e o resultado do exercício. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Adicionalmente, confrontamos os índices utilizados pela Companhia no cálculo da atualização das estimativas de custos a incorrer, com os respectivos índices de mercado. Efetuamos comparação de selecionados orçamentos entre exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais. Para selecionados contratos já concluídos, confrontamos o custo total efetivo com os orçamentos previamente efetuados. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as estimativas utilizadas pela administração são consistentes com os dados e informações obtidas. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 03 de maio de 2021, expressa uma opinião sem ressalvas. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP 000.160/O-5(ii)  
Rodrigo Lobenwein Marcatti – CRC MG 091.301/O

## Reuniões virtuais podem esmagar a criatividade, segundo novo estudo

A colaboração está por trás de algumas das maiores conquistas da humanidade – os maiores sucessos dos Beatles, colocar um homem na lua, o smartphone.

O Zoom e outras formas de interação de vídeo esmagam o processo criativo que levou a tais feitos? Sim, de acordo com uma nova pesquisa publicada na quarta-feira que descobriu que é mais fácil ter ideias criativas pessoalmente.

É uma resposta que muitos empregadores têm procurado nos últimos dois anos, já que trabalhar em casa se tornou a norma durante a pandemia de Covid-19. O National Bureau of Economic Research dos Estados

Unidos disse no ano passado que 20% dos dias de trabalho serão em casa quando a pandemia terminar, em comparação com apenas 5% antes.

"Inicialmente iniciamos o projeto (em 2016) porque ouvimos de gerentes e executivos que a inovação era um dos maiores desafios com a interação por vídeo. E admito que inicialmente estava cética", disse Melanie Brucks, professora assistente de negócios marketing na Columbia Business School e autor do estudo publicado na revista científica Nature.

Brucks disse que acreditava anteriormente que a interação virtual imita uma experiência pessoal "muito bem" e assumiu que os opositores da videoconferência eram

luditas. Ela passou quatro anos explorando se isso realmente tinha algum impacto na capacidade das pessoas de gerar ideias inovadoras.

Ela recrutou 602 pessoas, incluindo estudantes universitários e funcionários, e os dividiu em duplas para trabalhar nas tarefas pessoalmente ou virtualmente. As tarefas envolviam novos usos para coisas cotidianas, como plástico bolha e frisbee, e cada sala tinha os mesmos cinco itens.

"Quando inovamos, temos que partir de soluções existentes e apresentar novas ideias, baseando-nos amplamente em nosso conhecimento. Criar formas alternativas de usar objetos conhecidos requer o mesmo processamento psicológico", explicou.

O desempenho de cada par foi determinado por quantas ideias eles apresentaram e pela novidade e valor de suas ideias, classificadas pelos juízes dos alunos. (Por exemplo: um uso criativo para um Frisbee: tire frutas da árvore, entregue uma mensagem. Menos criativo: um prato ou chapéu de piquenique.)

Os pesquisadores também usaram um software de rastreamento ocular, que descobriu que os participantes virtuais passavam mais tempo olhando diretamente para o parceiro, em vez de olhar ao redor da sala. Além disso, ela disse que os pares que estavam fazendo videoconferência se lembravam menos do ambiente, que era idêntico àqueles que estavam se

encontrando pessoalmente.

"Esse foco visual na tela restringe a cognição. Em outras palavras, as pessoas estão mais focadas ao interagir em vídeo, o que prejudica o amplo e expansivo processo de geração de ideias", disse Brucks.

Jay Olson, pesquisador de pós-doutorado da Universidade McGill, no Canadá, que estuda maneiras de medir a criatividade, disse que as pessoas geralmente olham para o ambiente para ajudá-las a gerar ideias.

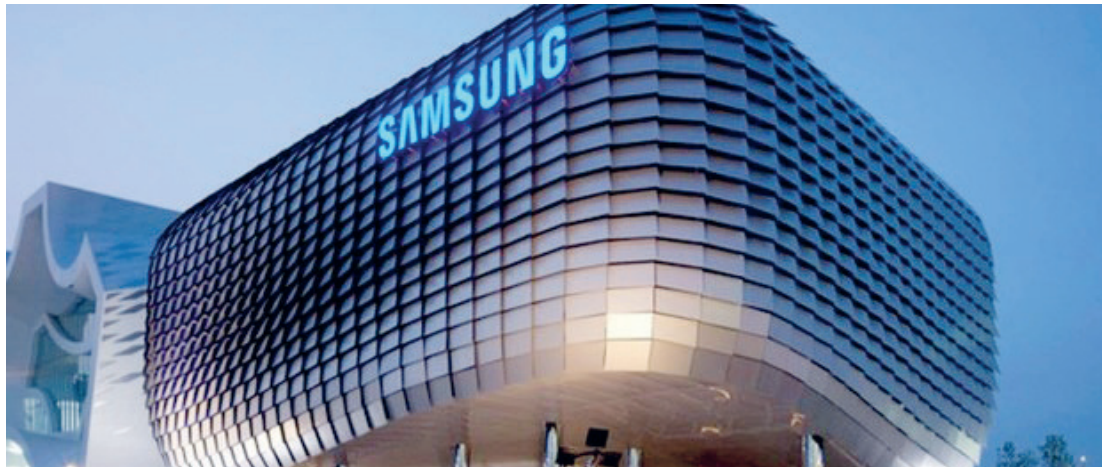
"Objetos na sala podem gerar novas associações com mais facilidade do que tentar gerá-las todas internamente", disse Olson, que não participou da pesquisa.

Reuters



## Negócios

### Samsung vê escassez de componentes persistindo no 2º semestre



A Samsung Electronics disse nesta quinta-feira que espera que a demanda firme de centrais de processamento de dados por chips de memória continue no segundo semestre, mas alertou que a escassez de componentes eletrônicos deve persistir também.

A maior fabricante de chips de memória e smartphones do mundo disse que a demanda por chips para servidores parece relativamente sólida à medida que empresas ampliam investimentos e buscam novas tecnologias para incrementar seus negócios.

“As empresas agora estão expandindo a infraestrutura de tecnologia da informação e as de computação em nuvem estão ampliando investimentos para explorar novas áreas de crescimento, como inteli-

gência artificial e aprendizado de máquina”, disse Han Jin-man, vice-presidente executivo de negócios de chips de memória da Samsung.

“No entanto, ainda há alguns problemas de fornecimento de componentes, que podem levar a interrupções. Vamos monitorar as flutuações de demanda muito de perto”, disse ele.

A Samsung prevê uma demanda mais fraca por telefones celulares e chips de computadores pessoais no segundo trimestre, à medida que os consumidores enfrentam problemas como o aumento da inflação e medidas de isolamento social, mas a demanda por PCs corporativos deve seguir sólida, enquanto mais lançamentos de telefones com capacidades 5G no segundo semestre podem aumentar a demanda por telefonia móvel.

Na divisão de produção de chips para terceiros, que conta com Qualcomm e Nvidia como clientes, a Samsung disse que sua carteira de pedidos para os próximos cinco anos é oito vezes maior que a receita de 2021.

A Samsung previu um crescimento contínuo no mercado de smartphones no segundo semestre, apesar da escassez de componentes eletrônicos e esperava que o mercado de telefones dobráveis duplique de tamanho em relação ao ano anterior.

A gigante sul-coreana teve alta de 51% no lucro operacional, a 14,1 trilhões de won (11,1 bilhões de dólares) no trimestre encerrado em março, em linha com previsão anterior. O resultado marcou seu maior lucro para um primeiro trimestre desde 2018.

Reuters

### Twitter tem lucro de US\$ 513 mi e amplia receita e base de usuários no 1º tri

O Twitter teve lucro líquido de US\$ 513 milhões no primeiro trimestre de 2022, equivalente a US\$ 0,61 por ação, bem acima do ganho de US\$ 68 milhões registrado em igual período do ano passado, segundo balanço publicado nesta quinta-feira.

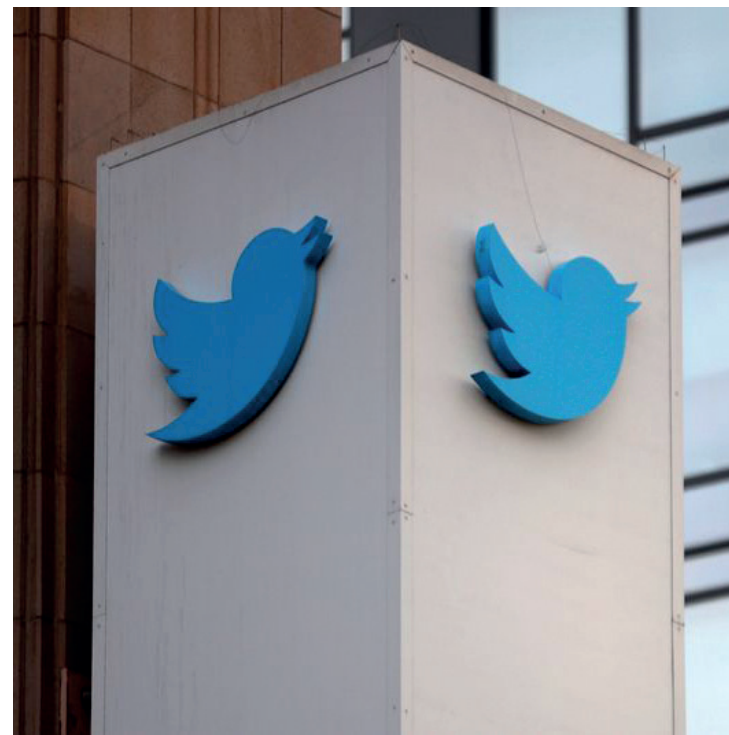
Com ajustes, o lucro por ação entre janeiro e março foi de US\$ 0,90, superando de longe a projeção de US\$ 0,05 de analistas consultados pela

FactSet.

A receita, por sua vez, teve expansão anual de 16% no trimestre, a US\$ 1,20 bilhão, ficando levemente abaixo do consenso da FactSet, de US\$ 1,23 bilhões.

O Twitter informou também que sua base diária de usuários subiu para 229 milhões em março, ante 217 milhões em dezembro. Analistas consultados pela FactSet previam uma contagem de usuários de cerca de 226 milhões.

Reuters



### Nubank afirma que executivos só ganharão R\$800 milhões se metas ambiciosas forem atingidas



O Nubank deve pagar até 816 milhões de reais em remuneração aos seus principais executivos e aos membros do conselho de administração em 2022, segundo um documento regulatório publicado pelo banco digital.

Segundo o formulário de referência, documento que empresas enviam à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cerca de 804 milhões de reais serão distribuídos entre os oito membros da diretoria estatutária do Nubank.

Outros 11 milhões de reais serão divididos por oito membros remunerados dentre os nove que compõem o conselho de administração do banco digital criado em 2013 e que tem hoje mais de 54 milhões de clientes.

As informações do formulário do Nubank geraram discussões em redes sociais nesta quarta-feira, já que o banco, que fez sua estreia na Bolsa de Nova York em dezembro com uma oferta inicial de ações (IPO) de 2,6 bilhões de dólares — que o avaliou em 48 bilhões de dólares na ocasião — teve em 2021 um prejuízo líquido de 165,3 milhões de dólares.

Procurado na véspera, o Nubank afirmou nesta quinta-feira que só deverá pagar a remuneração aos seus diretores este ano se metas ambiciosas de preço de suas ações forem atingidas.

“Mais de 85% da previsão de compensação em ações da diretoria estatutária da Nu Holdings em 2022 depende da realização de metas ambiciosas, específicas e

sustentadas de preço da ação, alinhadas aos interesses de longo prazo de nossos ‘stakeholders’”, informou o banco digital num comunicado à Reuters.

Segundo o banco, essa remuneração só ocorrerá “se níveis pré-determinados do preço da ação forem atingidos, de acordo com acordo contingente de ações aprovado pelo conselho de administração em novembro e divulgado nos documentos de registro do processo de IPO em 2021”.

As condições para que essa remuneração se concretize incluem que a média do preço da ação ordinária classe A nunca fique abaixo de 18,69 dólares por um período de 60 dias consecutivos no mercado.

Reuters